



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania

JANAÍNA MATOS DOS SANTOS

**AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE
ESCOLA PÚBLICA NO MERCADO DE TRABALHO DE SALVADOR
NO PERÍODO DE 2011 A 2017**

**SALVADOR
2018**

JANAÍNA MATOS DOS SANTOS

**AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE
ESCOLA PÚBLICA NO MERCADO DE TRABALHO DE SALVADOR
NO PERÍODO DE 2011 A 2017**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Maria Carvalho Borges.

**SALVADOR
2018**

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S237 Santos, Janaína Matos dos

As trajetórias de jovens egressos do ensino médio de escola pública no mercado de trabalho de Salvador no período de 2011 a 2017/Janaína Matos dos Santos. – Salvador, 2018.

136 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Carvalho Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Juventude 2. Mercado de trabalho 3. Trajetórias escola X trabalho 4. Desemprego I. Borges, Ângela Maria Carvalho – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.346.32-053.6

TERMO DE APROVAÇÃO

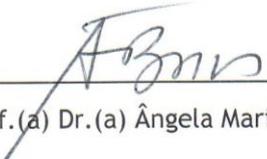
JANAÍNA MATOS DOS SANTOS

“AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLA PÚBLICA NO MERCADO DE TRABALHO DE SALVADOR NO PERÍODO DE 2011 A 2017”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 13 de julho de 2018.

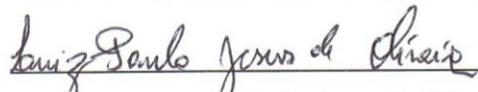
Banca Examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Ângela Maria Carvalho Borges - UCSAL (orientadora)



Prof.(a) Dr.(a) Inaiá Maria Moreira de Carvalho - UCSAL



Prof.(a) Dr.(a) Lutz Paulo Jesus de Oliveira - UFRB

Dedico este trabalho [in memoriam] aos meus pais Jorge e Dionísia, por terem me transmitido a importância dos estudos, do conhecimento para a vida, e de jamais desistir de persegui-los. A eles, a minha gratidão e o meu amor maior.

AGRADECIMENTOS

Os desafios para escrever essa dissertação foram muitos. Talvez eu não tivesse conseguido chegar até aqui sem a minha orientadora, prof.^a Ângela Borges. A ela, minha gratidão especial pela sensibilidade em compreender as minhas capacidades e os meus limites, com muito respeito e doses quase diárias de incentivo. Sua competência e dedicação à academia e aos seus orientandos são admiráveis e inspira a todos que a cerca.

Agradeço aos membros da banca examinadora, professores Inaiá de Carvalho (UCSAL) e Luiz Paulo Oliveira (UFRB) por aceitarem o convite, e pelas importantes críticas e sugestões que fizeram ao meu trabalho.

Ao Prof. Carlos Silva (UCSAL), pela capacidade de compartilhar seus conhecimentos de maneira tão extraordinária, encantando a todos que tiveram o privilégio de terem sido seus alunos.

Aos meus colegas de turma, pela solidariedade, carinho e amizade, especialmente, aos amigos: Eduardo Rodrigues, Maria Carmen Novaes e Sheila Rolemberg pela sintonia, união e bom humor que tornaram mais leves os momentos mais difíceis desse caminhar. Que sorte a nossa em nos encontramos. Eu os levarei por onde eu for, por toda a vida.

Aos meus alunos (e ex-alunos), jovens trabalhadores, que lutam por “um lugar ao sol” no mercado de trabalho num sistema muitas vezes injusto e desigual. Agradeço em especial àqueles que se disponibilizaram para conceder as entrevistas fundamentais para enriquecer essa pesquisa.

À minha irmã Fabiana, ao meu sobrinho e afilhado Davi, e minha cadelinha Jade, por compreenderem minha ausência e encherem minha vida de amor e sorrisos.

Ao meu esposo Vilcemar, pelo apoio incondicional a este projeto, por todo amor dispensado, quer seja nos lanches da madrugada ou nas idas ao supermercado sozinho para não atrapalhar os meus estudos.

Por fim, agradeço de todo meu coração aos meus alicerces, as fontes de onde emana as minhas forças: Deus, meu pai Jorge e minha mãe Dionísia.

“Um povo educado não aceitaria as condições
de miséria e desemprego como as que temos”

Florestan Fernandes.

RESUMO

O sistema capitalista vive mais uma das suas crises recorrentes, e apesar da centralidade do trabalho, enquanto gerador de valor para o funcionamento do próprio sistema, muitas nações são atingidas pelos altos índices de desemprego. Nesse cenário, os jovens acabam sendo as principais vítimas, com maior dificuldade de colocação no mercado de trabalho. Essa conjuntura traz preocupação para o desenvolvimento de um país e por isso mobiliza chefes de governo a pensarem estratégias para identificar o problema e resolvê-lo. A partir de 1990, o Brasil ampliou o espaço na sua agenda de políticas públicas para conhecer seus jovens de forma mais aprofundada, buscando ir além das estatísticas, com a realização de diversas pesquisas institucionais, teses e dissertações. Com o propósito de contribuir para os debates sobre o desemprego juvenil, o estudo tem por objetivo analisar a trajetória do jovem oriundo de escola pública para o mercado de trabalho na cidade de Salvador. Para isso, são observadas as trajetórias de 10 ex-alunos do Colégio Landulfo Alves, concluintes do ensino médio nos anos de 2011 a 2017. A pesquisa é contextualizada a partir da análise do cenário econômico, político e social do final do século XX e início do século XXI. Foram utilizadas a análise documental, análise de dados secundários sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador e entrevistas semiestruturadas, onde se constatou que 9 entre os 10 jovens que responderam à pesquisa deram continuidade aos estudos, sendo beneficiados por um momento de expansão do ensino superior no país, porém, apesar da elevação da escolaridade continuar sendo importante para a inserção no mercado de trabalho, o diploma não garante o pleno emprego nem a estabilidade profissional, pois mesmo nos períodos de crescimento econômico, os postos de trabalho criados foram marcados pela precariedade e falta de segurança, por outro lado, nos momentos de intensa crise econômica, os jovens são os primeiros a serem expulsos do mercado de trabalho. Por fim, a reforma trabalhista de 2017 que destrói direitos e flexibiliza ao máximo as formas de contratação e de remuneração torna ainda mais negativas as perspectivas de trabalho das gerações de jovens que estão por vir.

Palavras-Chave: Juventude. Mercado de trabalho. Trajetórias escola X trabalho. Desemprego.

ABSTRACT

The capitalist system is experiencing one of its recurrent crises, and despite the centrality of labor, as a generator of value for the functioning of the system itself, many nations are affected by high unemployment. In this scenario, young people end up being the main victims, with greater difficulty in placing them in the labor market. This situation is of concern for the development of a country and therefore mobilizes heads of government to think strategies to identify the problem and solve it. Since 1990, Brazil has expanded the space in its agenda of public policies to know its youth in a more in depth way, seeking to go beyond the statistics, with the accomplishment of several institutional researches, theses and dissertations. With the purpose of contributing to the debates on youth unemployment, the study aims to analyze the trajectory of young people from public schools to the labor market in the city of Salvador. For this, the trajectories of 10 former students of the Landulfo Alves College, who completed high school in the years 2011 to 2017, are observed. The research is contextualized from the analysis of the economic, political and social scenario of the late twentieth and early twentieth century of the 21st century. Documentary analysis, secondary data analysis on the labor market of the metropolitan region of Salvador, and semi-structured interviews were used, where it was found that 9 of the 10 young people who responded to the survey gave continuity to the studies, benefiting from a moment of expansion of the higher education in the country, but despite the fact that higher education continues to be important for labor market insertion, the diploma does not guarantee full employment or professional stability, because even in periods of economic growth, the jobs created were marked by precariousness and lack of security, on the other hand, in times of intense economic crisis, young people are the first to be expelled from the labor market. Finally, the 2017 labor reform that destroys rights and makes flexibilities to the maximum possible forms of hiring and remuneration makes the perspectives of future generations of young people even more negative.

Keywords: Youth. Job market. Trajectory school X work. Unemployment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipología Socioespacial Salvador - 2000	103
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Taxa de desocupação, na semana de referência das pessoas com 14 anos ou mais de idade (%) (RMS-Salvador/BA).....	50
Gráfico 2 - Comparativo Taxa Desemprego (%) no Brasil (2011-2017).....	65
Gráfico 3 - Taxa Desemprego (%) por Região do Brasil no 1º trimestre 2017	67
Gráfico 4 - Taxa de desocupação (%) 18 - 24 anos por Região - 2017	68
Gráfico 5 - Recuo de Renda - Período: 1ºTrimestre 2015 para 1º Trimestre 2017...	85
Gráfico 6 - Evolução Taxa Desemprego (%) Brasil - 1º Trimestre (jan-mar)	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados	112
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CESIT	Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho
CESLA	Colégio Estadual Landolfo Alves
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
MP	Medida Provisória
NRF	Novo Regime Fiscal
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pesquisa Mensal de Emprego

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNJ	Política Nacional da Juventude
PNPE	Programa Nacional de Estímulo de Primeiro Emprego para Jovens
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa de Apoio à Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEC	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Metodologia e hipóteses levantadas	22
2	OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO	25
2.1	Um breve debate sociológico sobre juventude	25
2.2	Juventude: é possível definir o termo?	29
2.3	De repente adulto? Características da transição da juventude para a vida adulta.....	38
2.4	A juventude brasileira: são jovens trabalhadores ou trabalhadores jovens?	41
2.5	O jovem em foco: políticas públicas e currículo escolar.....	50
2.6	O jovem no mercado de trabalho.....	59
2.7	O desemprego entre os jovens no Brasil e na RMS.....	64
3	O TRABALHO CONTEXTUALIZADO NO SISTEMA ECONÔMICO E POLÍTICO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS	69
3.1	As transformações do capitalismo no final do século XX e início do século XXI	69
3.2	Impactos das transformações econômicas e políticas no mercado de trabalho no Brasil.....	76
3.3	Reflexos do esgotamento do ciclo econômico, ajustes ultraliberais e reformas políticas para o mercado de trabalho no Brasil	83
4	ESTUDO DE CASO: TRAJETÓRIAS DE JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL LANDULFO ALVES NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR	96
4.1	Breve caracterização do Colégio Estadual Landulfo Alves: onde fica e quem são seus alunos.....	96
4.2	Perfil dos ex-alunos entrevistados	103
4.3	Trajectoria dos jovens entrevistados	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS	125
	ANEXO A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PESQUISA EXPLORATÓRIA	134
	ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA	135

1 INTRODUÇÃO

Apresento este trabalho como o resultado final do projeto de pesquisa de mestrado realizado no Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, onde foi dada continuidade a trajetória de estudos na área da sociologia iniciados na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. A construção do conhecimento elaborada durante o mestrado trouxe-me crescimento tanto na área acadêmica, quanto profissional, pois trata-se de uma temática relacionada a um público-alvo presente nas minhas experiências diárias.

O estudo pretende analisar o desemprego juvenil e suas implicações, procurando compreender o sentido do trabalho para os jovens, e os motivos das taxas de desemprego entre esse segmento da sociedade, ser muito superior à dos adultos. A motivação para realização da pesquisa surgiu a partir das inquietações advindas da carreira de professora de escola pública, desde o ano de 2004. Acompanhar os últimos anos de alunos concluintes do ensino médio, repletos de anseios e projetos em relação a seus futuros profissionais, entretanto, sem saber o que viria depois da escola, como o mercado de trabalho recepcionaria esses jovens, despertou o meu interesse em investigar como esse percurso é construído. Sobretudo por conta das particularidades da classe social dos sujeitos em questão, dos altos índices de desemprego – uma constante presente no Brasil e na cidade de Salvador, e como esses dois aspectos interferem no momento de vida em que eles se encontravam: da adolescência para a fase adulta.

O Brasil possui especificidades no que se refere a transição escola-trabalho do jovem, onde muitos deles começam a trabalhar ainda enquanto estudam, tornando-se estudantes-trabalhadores, enquanto outros retardavam a entrada na fase adulta por não conseguir inserção no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão dos estudos. Em ambas as situações, há um comprometimento na transição para a vida adulta, Segundo Cardoso (2008):

O que caracteriza o mundo contemporâneo é o fato do desemprego juvenil retardar a trajetória dos jovens, empurrando o emprego para cada vez mais tarde na biografia dos indivíduos, enfraquecendo com isso a coincidência entre a vida adulta e independência financeira, com esta a responsabilidade pelo provimento de si e de sua própria família. [...] A questão, pois, não é meramente econômica. No tratamento da transição da escola para o trabalho, estão em causa os processos mais gerais de construção de identidades sociais e de delimitação de oportunidades de vida de indivíduos e coletividades. (CARDOSO, 2016, p.571).

Assim, como objetivo específico da pesquisa, e levando-se em consideração as variáveis que impedem o jovem estudante de concluir o ciclo escolar para só então iniciar sua vida profissional, é relevante perceber: Quais aspectos estão sendo condicionantes para a inserção do jovem de escola pública no mercado de trabalho? Para tanto o estudo pretende analisar as trajetórias do jovem oriundo de escola pública para o mercado de trabalho na cidade de Salvador. O período escolhido para análise das trajetórias, 2011 à 2017, teve por objetivo contemplar diferentes momentos da conjuntura recente da economia brasileira e assim enriquecer a pesquisa a partir da ampliação da possibilidade de contrapor períodos onde os índices de desemprego estavam mais baixos, com aqueles em que eles bateram recordes.

A conjuntura política e econômica interfere diretamente no mercado de trabalho, assim faz-se necessário compreender de que maneira os impactos trazidos pelos momentos de reconfiguração da economia, refletem no mundo do trabalho, particularmente para os jovens.

No primeiro trimestre de 2018, houve um crescimento na taxa de desemprego no país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa Pnad Contínua (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018) a taxa de desocupados subiu de 11,8% no último trimestre do ano de 2017, para 13,1% no primeiro trimestre de 2018, encerrado em março. Entretanto, é possível ter um panorama mais completo do desemprego no país, considerando a taxa composta de subutilização da força de trabalho. Segundo o IBGE (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018), essa taxa é calculada pela soma de três variáveis. Primeiro considera-se aqueles que estão em busca de trabalho. Depois inclui aqueles indivíduos que têm potencial para trabalhar, mas estão em casa porque desistiram de procurar emprego, considerados como os desempregados por desalento, para fins de pesquisa. O IBGE adiciona a essas duas variáveis, uma terceira: aquelas pessoas que, apesar de estarem trabalhando, continuam à procura de emprego, de um emprego melhor, ou de um outro emprego, pois trabalham menos do que estão disponíveis e a sua renda não está sendo suficiente para pagar as contas mensais. Então elas acabam ampliando a carga horária de trabalho para mais de 8 horas diárias. O motivo não é só a necessidade de aumentarem suas rendas, muitas vezes, é também para suprir a falta da renda de algum membro da família que contribuía com as despesas, mas no momento encontra-se desempregado. Considerando essa taxa mais completa, temos um aumento de 23,6% no 4º

trimestre de 2017 para 24,7% no primeiro trimestre de 2018, na média do país¹ (NEDER, 2018). Esses índices são alarmantes, pois significa dizer que quase um quarto da população brasileira encontra-se em busca de emprego, além de ter atingido o recorde da série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012.

Nesse contexto, os jovens representam o segmento da sociedade mais atingido pelo desemprego, realidade que não se limita ao Brasil:

O elevado desemprego entre jovens é um fenômeno mundial. No Brasil, assim como nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na União Europeia e na zona do Euro, a taxa de desocupação entre os jovens de 15 a 24 anos de idade gira, em média, em torno do dobro da taxa de desemprego total da economia. (FURTADO, 2016, p.5).

Além de serem protagonistas dos maiores índices de desocupação, os jovens levam mais tempo para conseguirem uma colocação no mercado de trabalho do que os indivíduos das demais faixa etária que compõem a PEA (população economicamente ativa), e se a busca for pelo primeiro emprego, a espera é ainda mais longa (FURTADO, 2016).

Esse fato interfere na transição da vida do jovem para a fase adulta, pois o trabalho é uma das formas centrais de organização da sociedade capitalista. É através do trabalho digno e formal que o jovem é reconhecido socialmente, que constrói sua identidade e pode receber proteção social do Estado ao longo da vida. Assim, para Anete Ivo (2008, p.210), as “[...] análises de vulnerabilidade e do desemprego tomaram por referência a dinâmica do mercado de trabalho como matriz fundamental da inserção social”. O papel do emprego como um tipo de trabalho criado pelo capitalismo é um recurso para a sobrevivência, a partir do momento em que a maioria das pessoas se não trabalhar, morre. Assim:

O modo principal pelo qual os indivíduos proveem as condições de reprodução social, nas sociedades capitalistas, é o trabalho remunerado ou assalariado, comumente definido como emprego. A norma do emprego, nas modernas sociedades capitalistas, constitui uma forma de pertencimento na ordem produtiva e, ao mesmo tempo, de integração social, o lugar onde os indivíduos desenvolvem parte de suas capacidades, ampliam sua sociabilidade e

¹ Taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade; Taxa composta de subutilização da força de trabalho, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%) (NEDER, 2018).

formalizam as condições fundamentais de acesso à proteção social, na forma de direitos sociais. (IVO, 2013, p.508).

No caso da Região Metropolitana de Salvador (RMS), o desemprego juvenil, em relação às outras regiões metropolitanas do país, concentra os piores indicadores da precarização do trabalho para os jovens, resultado da formação histórica do mercado de trabalho na Bahia, caracterizado por uma economia concentrada em poucas atividades, levando a grande desigualdade social que permeia a região (CARVALHO; BORGES, 2014).

Ademais, a sociedade valoriza moralmente o trabalho, de modo que todos têm que estar trabalhando, independentemente se é um emprego protegido ou não. A pessoa que trabalha, ainda que sob condições precárias, é vista com apreço, têm algum “valor” social, não é um preguiçoso ou aproveitador. Essa supervalorização social do trabalho leva muitos que estão desempregados a terem vergonha de falar sobre sua própria condição, como se fosse uma escolha estar desempregado. E os leva também a aceitar mais facilmente subempregos ou empregos decadentes e precários, pois a necessidade moral tem um peso muitas vezes maior do que a própria necessidade material de sobrevivência.

A consequência visível desse processo é o retorno do trabalhador pobre na paisagem social. Se no passado o estatuto do emprego havia livrado a grande maioria dos trabalhadores da pobreza, paradoxalmente no presente já não dispõe das mesmas prerrogativas e se assiste ao retorno da figura do trabalhador pobre. A lógica da produção das situações de trabalho degradado tem como fundamento ideológico a premissa de que “se é absolutamente necessário trabalhar, é absolutamente melhor estar trabalhando do que ficar fora dele”, de modo que é muito mais interessante ser um trabalhador pobre, do que ser “mal pobre”, ao menos tem o mérito de trabalhar, ainda que seja em situações e condições de trabalho degradantes, sem se tornar um parasita social ou inútil socialmente. (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

Nesse sentido, a presente pesquisa é de extrema relevância por discutir a questão do desemprego juvenil, uma vez que o trabalho ocupa posição central para os indivíduos no sistema capitalista, particularmente entre os jovens, parcela da população sobre a qual mais recaí os altos índices de desemprego, com maior vulnerabilidade à precarização do trabalho, resultado que os levam a situação de desvantagem social.

Tendo como referência os países centrais até os anos 90, Maruani e Reynaud (1999), *apud* Borges (2003), o emprego:

[...] não é uma questão social” entre outras: é um dos elementos estruturantes do funcionamento da sociedade, um dos que dão sentido às outras questões

sociais [...] a construção do emprego é uma das atividades sociais essenciais da sociedade atual e a maior parte dos debates sociais de hoje são perpassados de maneira mais ou menos visível pelas questões do emprego [...] é o emprego que ordena, de maneira mais ou menos direta, as principais clivagens sociais e as dinâmicas sociais de base que modelam os status e as capacidades individuais e coletivas [porque] ele embasa e questiona a maneira de abordar processos sociais essenciais: educação e formação, socialização e **status da juventude**, formas familiares, vidas urbanas (MARUANI; REYNAUDI, 1999, apud BORGES, 2003, p. 57, grifo nosso).

Essa centralidade do emprego deve ser relativizada no caso brasileiro, onde o mercado de trabalho sempre foi marcado por elevada informalidade, com a maioria dos trabalhadores fora do assalariamento ou submetidos a vínculos informais. Apesar disso, também aqui o emprego protegido colocou-se historicamente como o principal meio de acesso a alguma proteção social, o que explica a relevância a ele atribuída pelos jovens.

Arriscaria, então, a hipótese de que a centralidade do trabalho para os jovens não advém predominantemente do seu significado ético (ainda que ele não deva ser de todo descartado), mas resulta da sua urgência enquanto problema; ou seja, o sentido do trabalho seria antes o de uma demanda a satisfazer que o de um valor a cultivar. Para argumentar melhor nessa direção convém observar em maior detalhe quais são as dimensões do trabalho que o colocam no centro da agenda de necessidades, interesses e urgências, pessoais e sociais. Diria que é, sobretudo enquanto um fator de risco, instabilizador das formas de inserção social e do padrão de vida, que o trabalho se manifesta como demanda urgente, como necessidade, no coração da agenda para uma parcela significativa da juventude brasileira. Ou, de outra forma, é por sua ausência, por sua falta, pelo não-trabalho, pelo desemprego, que o mesmo se destaca. (GUIMARÃES, 2004, p.12).

O fato do desemprego também gerar pobreza e colaborar para o crescimento da desigualdade social tão persistente no país, já coloca o tema como fundamental para compreensão de todos os problemas sociais decorrentes diretamente ou indiretamente das reduzidas oportunidades de inserção no mercado de trabalho da juventude. Não obstante o desenvolvimento de uma nação, no capitalismo, esteja diretamente ligado à capacidade de incorporação produtiva dos trabalhadores, Ivo observa que:

Se, ao longo da história das sociedades capitalistas, o trabalho se organiza com base na relação do emprego, como norma constitutiva da sociabilidade, a relação contraditória entre trabalho e pobreza se atualizou nas sociedades contemporâneas, com a emergência do fenômeno da nova pobreza, diante do desemprego de massa (de longa duração) e da precarização das relações de trabalho” (IVO, 2013, p.508).

Espera-se que o estudo trazido aqui possa corroborar para futuros projetos de implementação de políticas que objetivem a inserção dos jovens no mercado de trabalho- ou ainda, que contribua com outras pesquisas sobre o tema.

A escolha do recorte dado aos estudos da trajetória dos estudantes egressos de escola pública ocorre devido a observações feitas enquanto professora da disciplina de Sociologia, no ensino médio da rede pública de ensino, tarefa iniciada há quase vinte anos. Ainda como estagiária, percebi que os alunos ansiavam pela conclusão dos estudos. Isso porque acreditavam na maior possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho, ou pretendiam dar continuidade aos estudos, buscando fazer uma graduação com a mesma intenção: aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho tão restrito a essa parcela da sociedade. Para aqueles que já haviam iniciado a trajetória profissional, a expectativa era conseguir melhores colocações após a conclusão dos estudos.

Vale ressaltar que por ser professora e atuar com jovens concluintes de escola pública, a pesquisadora tem consciência da dificuldade maior em manter a neutralidade ideal no momento que o objeto da pesquisa faz parte de sua prática profissional. Apesar disso, fora dispensado um esforço para a ruptura do olhar “viciado”, referido por BOURDIEU e CHAMBOREDON e PASSERON (2000), que desconstruíram toda a ideia possível de neutralidade e métodos eficazes nas ciências do homem, e colocaram o princípio da não-consciência como necessário para impor que seja possível a construção do sistema de relações objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos.

A pesquisa será do tipo qualitativa, pois ela

[...] traz a possibilidade da relação próxima entre o pesquisador e os atores sociais o que permite uma construção do objeto mais real, pois o pesquisador se insere no campo de estudo desprovido de predeterminações e vai se rendendo as condições próprias do campo sem perder a proporção do que possa vir a surgir durante esse processo. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2000, p.150).

A seguir serão apresentados os recursos que associados, culminaram na metodologia utilizada na pesquisa, além das hipóteses levantadas no ponto de partida do presente estudo.

O capítulo 2 discute sobre a possibilidade de definição do termo “juventude”, e mostra o papel da sociologia enquanto campo de conhecimento capaz de romper com a “doxa” dominante sobre o significado de “ser jovem”. Aqui também é travado um debate teórico-analítico sobre juventude e o mercado de trabalho, demonstrando as características específicas da transição da juventude para a vida adulta na sociedade

contemporânea, além de traçar o perfil do jovem brasileiro e sua relação com o trabalho. O referido capítulo discute ainda sobre as políticas públicas voltadas para os jovens e o novo currículo escolar direcionado a esse público-alvo enquanto ferramenta resultante da reforma do ensino médio realizada pelo governo federal brasileiro em 2016. Por fim, o capítulo encerra com um estudo estatístico-analítico acerca do desemprego juvenil na RMS, correlacionando o resultado com as taxas de desemprego por região do país, e entre o número de total de trabalhadores de todo o Brasil.

No capítulo 3, analisamos o trabalho a partir da sua contextualização econômica e política das últimas décadas, no Brasil e no mundo, enfocando os reflexos do esgotamento do ciclo econômico, ajustes ultraliberais e reformas políticas para o mercado de trabalho brasileiro.

O capítulo 4 tem por objetivo traçar um comparativo analítico entre as teorias trazidas nos capítulos anteriores com as trajetórias escola-trabalho, dos jovens entrevistados, tendo em vista o contexto político e econômico e a precarização social do trabalho juvenil no Brasil.

Finalmente, as considerações finais.

1.1 Metodologia e hipóteses levantadas

A metodologia utilizada para a pesquisa combinou vários recursos. Inicialmente serão sistematizados os dados secundários sobre o jovem e o mercado de trabalho e observados os indicadores de caracterização das áreas atendidas pela escola localizada no bairro da Calçada, na cidade de Salvador. Será realizada ainda, uma revisão bibliográfica a partir de estudiosos especialistas no tema em questão.

Utilizei como estratégia para acessar os sujeitos da pesquisa, o fato de ser professora e ter muitos alunos e ex-alunos conectados a redes sociais, onde pude estabelecer contato com vários deles. Tomei como referência uma turma de 32 alunos que concluiu o terceiro ano do ensino médio no ano de 2011. Após retomar o contato com os primeiros, pedi que os mesmos indicassem outros colegas da turma, utilizando a técnica da bola de neve (VINUTO, 2014), e a partir daí estabeleci conversas regulares com 10 destes ex-alunos.

Para ter um contato mais fácil e direto, criei um grupo no WhatsApp – denominado “Grupo de pesquisa da professora Janaína” com esses 10 ex-alunos e iniciei com a aplicação de uma entrevista preliminar, em outubro de 2016, para levantar informações básicas sobre a relação destes alunos com o estudo e como trabalho a partir da conclusão do segundo grau e colher elementos para a construção da entrevista semiestruturada. A aplicação da entrevista exploratória (ver em anexo) teve um papel fundamental para identificação e seleção da amostra. Além de ser importante para planejar os passos seguintes e realizar novas entrevistas semiestruturadas, em profundidade, para melhor explorar as trajetórias dos egressos.

Posteriormente foram marcadas entrevistas individuais com cada um dos ex-alunos, onde também pude gravá-las, com o consentimento dos mesmos. Os resultados das entrevistas estão apresentados no capítulo 4 e, neles, os nomes dos entrevistados são fictícios, afim de preservar o anonimato dos mesmos.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e junho de 2018. Metodologicamente ela está dividida entre 3 partes. A primeira parte consta 10 perguntas para identificação pessoal além de buscar reconhecer o nível de escolaridade e ocupação dos pais dos jovens entrevistados.

A segunda parte é composta por perguntas com o objetivo de obter informações sobre a transição escola-trabalho. Portanto, foi indagado se a trajetória profissionais deles iniciou-se ainda durante o ensino médio ou não, além de buscar compreender os motivos que os levaram a procurar emprego, e até que ponto a credencial do ensino médio corroborou para a inserção no mercado de trabalho.

Por fim a terceira parte traz perguntas mais específicas sobre o desemprego juvenil, e aborda questões como em quais períodos, entre 2011 e 2018 ficaram desempregados, se houve mudança de emprego e, em caso positivo, como cada um qualifica essa mudança. Além de serem questionados também sobre a continuidade dos estudos, suas participações na renda familiar e, na opinião deles, qual seria a maior dificuldade para os jovens conseguir emprego com carteira assinada hoje no país.

Os jovens que responderam a entrevista, tinham idades entre 16 e 18 anos quando concluíram o ensino médio e são moradores da região da Cidade Baixa ou

Subúrbio de Salvador. Porém, no momento em que responderam às perguntas, tinham entre 23 e 24 anos, razão pela qual o recorte etário de 18 e 29 anos foi a opção escolhida para este trabalho.

A pesquisa tem como objetivo principal, a análise das trajetórias de trabalho e estudo desses jovens relacionando-as com o fenômeno do desemprego na cidade de Salvador, especificamente a partir da contextualização da economia nos anos de 2011 a 2017.

As hipóteses levantadas no início da pesquisa foram que:

- a) A escolaridade é um critério que vai ordenar o lugar na fila por uma vaga de emprego;
- b) Aqueles que têm mais anos de estudo recebem salários maiores em relação àqueles com menos anos de escolaridade;
- c) A conjuntura econômica é um critério fundamental na determinação das chances dos jovens conseguirem se inserirem no mercado de trabalho.

As redes de relações: amigos, parentes e círculos de convivência mais próximo, acionadas por quem normalmente procura emprego, tende a corroborar para a reprodução da classe social a que o sujeito desempregado pertence, posto que a tendência é o jovem encontrar empregos parecidos com os de seus pais ou das redes de relações provenientes da classe social a que ele pertence, reproduzindo assim, um ciclo precário preexistente.

2 OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

Nesse capítulo de modo breve, serão mostradas as contribuições das Ciências Sociais para a temática da juventude, apesar desse objeto nunca ter ocupado o centro de interesse da sociologia, é salutar trazer aqui alguns debates importantes de sociólogos como por exemplo, Bourdieu (1983) que escreveu “A juventude não é mais que uma palavra”, uma entrevista que se tornou clássica para os estudiosos da juventude. Em seguida serão debatidos os variados conceitos de juventude, demonstrando as diferentes perspectivas de análises e a fragilidade de alguns critérios estabelecidos para compreensão dessa fase de vida tão complexa.

A juventude foi considerada como sendo uma fase de transição entre a infância e a condição de adulto pela sociedade burguesa (SALLES, 2005). Há várias implicações nesse processo de transição, com particularidades como se dá no Brasil. Portanto o terceiro tópico desse capítulo trata do modelo de transição “ideal” e dos percalços desse caminho que separa a criança do adulto. Logo depois, há uma análise sobre a característica principal do jovem brasileiro: são trabalhadores. O tópico seguinte vai discutir as principais políticas sociais criadas no país para os jovens, comentando ainda sobre a reforma do ensino médio implantada no ano de 2016.

Por fim, os dois últimos tópicos investigam a relação próxima e conturbada do jovem com o mercado de trabalho, analisando o desemprego, suas causas, principais índices, e consequências para a vida do jovem no Brasil e na região metropolitana de Salvador.

2.1 Um breve debate sociológico sobre juventude

A compreensão do sentido moderno de *juventude* nasceu com Rousseau ao separar a criança do adolescente e atribuir três sentidos ao conceito, na sua obra *Emílio*, publicada em 1762. O aspecto mais utilizado pelo autor foi a *pedagógica*, onde ele lançou mão desse caminho para estabelecer fundamentos sobre a educação estatal do séc. XVIII, defendendo por um lado, uma formação específica para cada criança e adolescente, respeitando a personalidade de cada um, e por outro enfatizando

a educação como sendo um direito de todos os jovens. O segundo sentido foi o *psicológico*, onde Rousseau coloca a fase da adolescência como um “renascimento”, enfatizando a importância da crise de adolescência e pontuando como esse processo se dava diferentemente para homens e mulheres. E o terceiro sentido foi o *social*, que aborda o jovem como um segmento específico da sociedade, com características, necessidades e comportamentos que se modificam de acordo com as transformações da própria sociedade (ISLAS, 2009). É justamente a partir desse olhar *social* que será traçado um breve voo sobre as contribuições de algumas escolas sociológicas sobre *juventude*.

No campo da sociologia clássica, é inegável que o tema da juventude nunca ocupou o centro dos debates sociológicos. Um bom exemplo dessa afirmativa é lançar um olhar para as contribuições dos fundadores da Sociologia - Durkheim, Marx e Weber sobre os estudos juvenis. Durkheim é o mais claro dos três em relação aos estudos sobre juventude, ao analisar os aspectos da educação sobre um determinado grupo geracional e definir “[...] a educação como uma ação exercida pelos adultos sobre os jovens”. (DURKHEIM, 1976, p.98, *apud* ISLA, 2008, p.19). Já Weber foi dos três autores, quem menos analisou o jovem, de modo que não há definições evidentes para exemplificar.

Marx se refere muito pouco aos jovens na sua principal obra, O Capital. Na terceira parte do livro o autor refere-se ao jovem para explicar a exploração sobre a jornada de trabalho, onde muitas vezes a criança e o jovem chegavam a trabalhar 36 horas seguidas, de forma exaustiva. Além de associar juventude a temática do trabalho, Marx menciona o jovem nos seus estudos sobre ideologia, e critica a ideologia da educação, onde a formação da criança não deveria estar desassociada do adulto, pois para a formação humana ser completa, deveria ser contínua e única, predominando a socialização por familiaridade.

A antropologia interessou-se pelos assuntos juvenis em 1920, foi uma das primeiras áreas das Ciências Sociais a analisar questões relacionadas ao jovem. Os antropólogos norte-americanos afirmaram que critérios definidores como idade e sexo não são naturais, mas sim construções culturais. Margareth Mead (1928) foi para uma ilha (Tau) ao sul do Oceano Pacífico observar 50 moças e concluir que elas não tinham nada dos traços de adolescentes rebeldes das jovens dos Estados Unidos, nem do ocidente no geral (ISLAS, 2009).

Já Benedict (1938 *apud* ISLAS, 2009) reitera a teoria de Mead ao afirmar que a cultura media a natureza x comportamento humano e menciona três oposições no processo que identifica os papéis sociais dos indivíduos: a oposição da responsabilidade contra a não-responsabilidade, a relação domínio e submissão e o contraste do papel sexual (ISLAS, 2008).

Pertencente a Escola de Chicago², Frederic M. Thasher (1927) foi o pioneiro dos estudos acerca da delinquência juvenil, ao analisar as *gangues* como sendo o resultado de falhas na organização social que levam a conflitos de ordem social. É relevante comentar que a delinquência juvenil é um aspecto preocupante para muitos líderes políticos atualmente, na primeira metade do século XXI, levando-os a criar políticas públicas de inserção social para o jovem mais vulnerável, a fim de evitar que ele se torne um delinquente (ISLAS, 2009).

Representante principal da corrente geracional, Wilhelm Dilthey (1890) trouxe para o conceito de geração, a noção de *contemporaneidade* para os indivíduos que compartilham das mesmas experiências e influências durante suas vidas. Em seguida destaca-se o espanhol Ortega y Gasset (1923) ao afirmar que geração é o compromisso mais dinâmico entre a massa e o indivíduo. Outro representante importante da escola geracional é Karl Mannheim (1928), autor mencionado ao longo do trabalho aqui presente, pela sua significativa contribuição nas análises sobre juventude e geração. Alguns críticos da corrente geracional, sustentam que ela apenas substitui a ideia de conflitos de classes por conflitos de geração, onde os jovens, substituindo os trabalhadores, seriam o motor propulsor da história (ISLAS, 2009).

A contribuição de Talcon Parsos (1942 *apud* ISLAS, 2009) enquanto representante do Funcionalismo foi importante, pois foi o primeiro a utilizar o termo “cultura juvenil” e a definir como uma ação contrária ao papel social do adulto. Seguindo a linha de Parsos, o funcionalista James S. Coleman (1961) afirma que os adolescentes vivem tão separados dos adultos que formam pequenas “sociedades de adolescentes”, e alerta para a necessidade de a sociedade aprender a controlar esses grupos sob o risco de ter dificuldade de se reproduzir, ou seja, a sociedade deve “aprender a

² A Escola de Chicago é uma corrente fundada por Albion Woodbury Small em 1882, desenvolvida pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, onde vários autores foram reunidos nos Estados Unidos para formarem a primeira grande escola de sociologia no país (ISLA, 2009).

controlar a comunidade adolescente como comunidade e utilizá-la para promover as metas da educação” (COLEMAN, 1961, p.120 *apud* ISLAS, 2009, p. 28).

Outro sociólogo da Escola Funcionalista que vale a pena mencionar, é Shmuel N. Eisenstadt (1964). Para ele, quando a transmissão geracional é realizada por meio do processo de socialização, ela cria papéis sociais específicos para crianças e jovens, que contribuem na transição entre as idades. No tópico sobre a transição da juventude para a vida adulta, fica demonstrado que o desemprego juvenil pode vir a comprometer a transição para a vida adulta dos jovens, impedindo-os de exercer o papel social próprio dessa fase da vida. Assim como, quando uma criança ou jovem precisa trabalhar por conta de sua situação social de pobreza, ela adianta uma etapa e deixa de exercer apenas os papéis sociais designados para ela naquele momento da infância/adolescência e a transição entre as idades, mencionada por Eisenstadt, tende a ficar conturbada. Portanto, é relevante trazer à tona o pensamento da Escola Classista (ISLA, 2009).

É indiscutível que para debater o tema juventude, faz-se necessário contextualizar a classe social enquanto um elemento de influência para reprodução da origem social ou para sua negação e transformação. Apesar de Marx não ter dispensado muita atenção para as questões da juventude, seus seguidores, como Lenin, fizeram análises marxista acerca da ligação entre juventude e reprodução social, criticando o modelo escolar que ensinava os operários e camponeses “para favorecer a burguesia” (ENGELS, 1976, p.253 *apud* ISLAS, 2009). Após quase cinco décadas, a crítica de Lenin ainda parece ter alguma relevância no momento em que o ensino médio no Brasil, acaba de passar por uma reforma curricular – em 2016, onde as alterações realizadas criam uma escola pragmática com cursos profissionalizante de curta duração, diminuindo a carga horária das disciplinas que colaboram para a formação de cidadãos críticos. Essas mudanças parecem ser ideais para os filhos da classe trabalhadora, em sua maioria pobres, frequentadores da escola pública, e destinados as vagas de menor salário e menos prestígio social, muitas vezes servindo às elites que continuarão tendo maior preparo para os melhores cursos nas universidades.

Antônio Gramsci (1975 *apud* ISLAS, 2009), contribuiu para o debate de juventude e classe social, ao pontuar que os conflitos geracionais são resultados da existência da relação de poder e autoridade elaborados a partir de contextos históricos e não condicionados a natureza própria do jovem. Outro sociólogo que é salutar trazer

para o debate, é Bennett Berger (1960 *apud* ISLAS, 2009). Pertencente a ala crítica norte-americana, discordava da ideia que a cultura adolescente fosse unicamente juvenil. Para o autor, alguns indivíduos podem não transitar nunca do período juvenil para a fase adulta, permanecendo-se nesse período para sempre -ou por não poderem ou não quererem crescer. Assim, o autor critica critérios de idade para designar juventude, deixando aberto a possibilidade de várias culturas juvenis (ISLA, 2009). Vale ressaltar que quando um jovem não quer concluir a transição para a fase adulta, é uma escolha, o que é bem diferente de quando não conseguem efetuar a transição por fatores alheios a sua vontade, por falta de oportunidade de emprego, o que gera angústias e consequências que serão melhor discutidas mais adiante.

Em 1962, na França, Edgar Morin já se preocupava com os jovens que estavam sendo produzidos numa sociedade de massa (ISLAS, 2009). A esse processo,

[...] o autor denominou de “desgerontocratização”, o qual se dá na política, na família e na cultura de massas. Segundo essa compreensão, a questão juvenil não é apenas uma questão dos jovens, mas dos adultos que também não querem deixar de ser jovens, transformando-os em adolescentes permanentes (ISLAS, 2008, p.34).

Ainda sob a perspectiva francesa, destaca-se a entrevista de Bourdieu (1983), “A juventude não é mais que uma palavra”, um clássico que deixa claro que as associações entre idade biológica e idade social são extremamente complexas.

2.2 Juventude: é possível definir o termo?

O termo *juventude* tem-se instituído objeto de estudo para muitas pesquisas, sob diversas perspectivas: históricas, pedagógica, sociológica, antropológica, psicológica, que buscam investigar transformações físicas, psicológicas, sociais e comportamentais dessa fase de vida. Não obstante, nota-se grande preocupação de análises sociológicas acerca de problemas ligados a juventude, como a delinquência juvenil, o vício de drogas e álcool na juventude, gravidez na adolescência, entre outros.

Entretanto, é necessário ter cautela ao referir-se a *juventude* como um conceito pré-concebido. Nesse sentido, caberia a sociologia romper com as representações existentes, isto é, com a “*doxa*” dominante, para desenvolver o que seria *juventude*, a partir da relação construída com a sociedade, ou seja, deixar de analisar a juventude

enquanto problema social e passar a percebê-la como um problema sociológico (PAIS, 1990).

Dentro do campo da sociologia existem diversos critérios definidores para o conceito de *juventude*, cabendo assim ao objeto de investigação nortear os caminhos da pesquisa. Vejamos:

A construção sociológica da juventude, do ponto de vista epistemológico, é formulada a partir de perspectivas sociológicas diferenciadas, que nem sempre compartilham dos mesmos critérios definidores, ou seja, é uma categoria com conteúdo heurístico e implicações heterogêneas, objetivada, por exemplo, nas múltiplas formas de concebê-la enquanto objeto de investigação. (OLIVEIRA, 2013, p.28).

Historicamente, a construção do que seria *juventude*, enquanto categoria e representação social, nasceu em paralelo com a complexidade da sociedade industrial que exigiu um tempo maior para o jovem se preparar e se integrar ao sistema produtivo do capitalismo. A socialização primária envolveria as instituições familiar e escolar do indivíduo enquanto responsáveis pela formação inicial do mesmo, ao passo que no segundo momento, a socialização secundária demarcaria a maturidade do jovem que estaria pronto para adentrar o mundo do trabalho, deixando para trás sua condição juvenil.

Desde que o Estado moderno passou a exercer o papel de protetor social do indivíduo, incluindo aí a esfera da educação sistemática das crianças e jovens, a escola tornou-se instituição universal e obrigatória, o que significa que “a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna” (PERALTA, 2007).

Ao tornar-se obrigatória, a instituição escolar substitui um papel que antes do período da Idade Moderna, limitava-se exclusivamente as famílias. Nesse contexto, a criança aprendia um ofício com os familiares e começava a trabalhar precocemente, passando diretamente da infância para a fase adulta. Com o advento do processo de escolarização, e delegação desse papel para a instituição educacional, há uma dicotomia da relação direta de aprendizagem entre os que estão em processo de formação, com os adultos do âmbito familiar. Essa nova configuração acaba adiando a entrada do jovem no mundo do trabalho. Assim, compreende-se que, os conceitos de infância e juventude como momentos específicos da vida, além de serem uma cons-

trução cultural, com o processo de escolarização através da presença do Estado enquanto instituição organizada, passam a compor também uma categoria administrativa e jurídica (PERALVA, 2007).

Nesse sentido, e constituindo a mesma categoria descrita acima, encontram-se os conceitos de juventude pautados na faixa etária. A Lei da Juventude³ (BRASIL, 2013) e o IBGE (2018) consideram jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos. A Secretaria Nacional de Juventude, seguiu os mesmos critérios para estabelecer os limites de faixa etária do seu público alvo (BRASIL, 2013). Já para a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), jovens são aqueles que têm de 16 a 24 anos (IBGE, 2018), enquanto que a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) declara a faixa etária de 15 a 24 anos para os jovens, restringindo esse intervalo um pouco mais que as outras instituições de pesquisa.

A legislação brasileira fornece pistas para a faixa etária que ela considera o ponto de partida para a juventude, quando estabelece que para trabalhar como menor aprendiz é necessário ter 14 anos e somente a partir dos 16 anos o indivíduo pode ter sua carteira de trabalho assinada e exercer seu direito de votar. O Código Civil de 2003 reduziu a maior idade civil de 21 para os 18 anos, concedendo ao jovem direitos como: casar, comprar imóveis, viajar para o exterior, ser preso, entre outros (BRASIL, 2002).

Percebe-se que o Estado pode modificar a lei e alterar as idades estabelecidas para ser definir quem seria criança, jovem ou adulto. São os interesses e os olhares da sociedade, representados pelas instituições, que corroboram para a construção do conceito de juventude nessas categorias. Assim, todas essas definições para juventude, a partir de critério etário, são resultado da invenção e manipulação estatal, por meios de suas instituições, e portanto, também encontram-se na categoria administrativa, institucional e jurídica colocada por Peralva (2007).

Ocorre que “[...] a idade não é somente um conjunto de anos que se vai agregando num processo linear, mas determina expectativas e comportamentos, podendo tornar o tempo um inimigo” (SOUZA, 2004). Ou seja, os momentos da vida não são

³ Definido no artigo 1º, § 1º, da Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

estanques, eles se acumulam, o que significa dizer que a fase seguinte contém a anterior. Esse é um processo sistêmico, que vai se acumulando a cada dia, a cada idade e a cada estágio da existência dos indivíduos.

Para o senso comum, a *juventude* estaria relacionada ao período situado após a infância e antes da fase adulta. Essa seria uma condição social atribuída e associada a um determinado momento da vida. Já a acepção da palavra “jovem” na sociedade brasileira se reveste de um adjetivo significando um elogio. É comum expressões como: “Você é muito jovem ainda” ou “o importante é manter a cabeça jovem”. Ou ainda a própria pessoa se auto definir como “jovem” ao querer expressar uma qualidade pessoal, mesmo que a idade cronológica seja bem posterior a esse momento.

Se por um lado o sentido de juventude no Brasil tem valor exaltado por estar associado a vitalidade, beleza e maiores capacidades de realizações pessoais e de transformações sociais, por outro lado, os jovens são associados também a instabilidade, imaturidade, impulsividade, inconsistência, irresponsabilidade ou até mesmo delinquência. É o outro lado da moeda onde sentidos negativos são atrelados a esse momento meio indefinido da vida, onde o indivíduo, apesar de não ser mais criança, ainda não se tornou adulto. De acordo com Peralta (2007):

Não por acaso, parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á então como uma sociologia do desvio: jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo. (PERALTA, 2007, p.18).

Compreende-se que existe uma representação social culturalmente construída, onde o jovem pode tornar-se um “modelo cultural” a ser seguido por muitos que optam por enfatizar e alimentar positivamente essa fase da vida, ou ao contrário, pode pertencer ao conjunto de “desvios” sociais capazes de oferecer perigo a ordem estabelecida. Na verdade, o tipo de olhar lançado sobre o jovem, mais voltado para um modelo ou para um desvio, irá depender da representação social que cada sociedade constrói sobre sua juventude, e sua expectativa acerca da adequação do jovem a ordem social preestabelecida, o que irá variar a depender do momento histórico e de cada lugar.

O conceito de juventude relacionado com a da idade biológica, é o ponto mais criticado dos estudos da sociologia da juventude. Segundo Singer (2005), a partir dessa delimitação etária, os jovens fazem parte de um coorte geracional, onde a cada coorte pertenceria as pessoas que nasceram no mesmo momento histórico, e por isso

compartilhariam da mesma situação política, econômica e social durante suas trajetórias de vida.

Há duas questões a levantar sobre esse conceito de juventude: a primeira, seria a delimitação da idade cronológica para definir quem é jovem, pois significa fazer um recorte muito frágil e impreciso, sem observar a variação da correspondência entre a idade e a construção da identidade que faz com que muitas vezes um indivíduo de 13 anos já pertença, na prática, ao mesmo grupo de jovens com 15 anos. Essa construção de identidade dependerá do local de nascimento, como esse jovem foi socializado pelas instituições que o cercaram, qual sua classe social, sua capacidade de ver o mundo e interpretá-lo. A segunda, seria afirmar que todas as pessoas nascidas num mesmo momento histórico, vivenciam da mesma forma os reflexos culturais, sociais e econômicos de sua época. Nessa acepção:

O que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. (MANNEHEIM, 1964, p. 528, apud WELLER, 2010, p. 212).

Ainda que um corte fosse feito em determinado ano e constatado que as pessoas jovens em um período de crise econômica compartilhariam das consequências desse momento, incluindo os altos índices de desemprego, por exemplo, não se pode perder de vista a maneira com que cada um percebe a crise, isso vai variar não apenas da classe social de cada jovem, mas também do “capital social” (BOURDIEU, 1985 *apud* OLIVEIRA, 2013), da formação profissional e das aptidões pessoais que cada indivíduo possui. Portanto, a faixa etária não pode ser um critério objetivo para definir quem é jovem, como bem colocou Regina Novas: “[...] qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais, vivem juventudes desiguais” (NOVAES, 2006, p.105, *apud* OLIVEIRA, 2013, p.133.).

Essa delimitação etária associada ao local de nascimento, estabelecido por Singer, se aproximaria mais de um critério demográfico, do que propriamente geracional, levando-se em conta o conceito de geração para Karl Manneheim (1964 *apud* WELLER, 2010):

O pertencimento a uma geração não pode ser deduzido imediatamente das estruturas biológicas: “O problema sociológico das gerações começa somente onde a relevância sociológica desses dados prévios forem realçadas”. A situação de classe e a situação geracional apresentam aspectos similares

devido à posição específica ocupada pelos indivíduos no âmbito sócio-histórico. Mas essa posição gera uma modalidade específica do viver e do pensar, da forma como os membros interferem no processo histórico, ou seja: uma tendência inerente a cada posição e que só pode ser determinada a partir da própria posição. (MANNEHEIM, 1964, p. 528, apud WELLER, 2010 p.210-211).

Para Manneheim (1964 apud WELLER, 2010), “O que define a posição geracional não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou “potencialidade” de poder vir a adquiri-las”. (MANNEHEIM, 1964, p. 528, apud WELLER, 2010 p.214). Segundo o autor, cinco características fazem das gerações organismos “dinâmicos” e “interativos”, capazes de adquirir experiências. O primeiro deles seria a entrada de novos “portadores de cultura”, útil para mostrar ao grupo o que não é mais relevante e deve ser descartado. O segundo, justamente o contrário, seria a saída desses portadores, importante para manter viva a memória social que pode servir tanto como parâmetro e orientações para os mais novos, quanto para guardar experiências e sentimentos advindos dela.

A terceira característica coloca que a maneira como cada indivíduo irá processar suas experiências, é relativo. Ainda que pertençam aos mesmos grupos geracionais. A quarta característica refere-se à necessidade da transmissão dos bens culturais acumulados. Aqui o autor ressalva a dificuldade encontrada entre a geração dos mais velhos – a quem caberia esse papel social, com os mais novos, presentes inclusive na instituição escolar entre professores e alunos. É necessário superar esses conflitos, através da interação social que irá enriquecer ambas as partes e promover a aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos. Por fim, a quinta característica seria o caráter contínuo das mudanças geracionais, onde o autor destaca a existência de uma geração intermediária - entre os mais jovens e os mais velhos. Essa geração estaria mais próxima das outras duas nos extremos, (jovens e velhos) portanto, pode vir a exercer influência e interação mais facilmente com elas, amenizando a questão complexa da interação por conta das distinções que compõem cada geração.

Estabelecer uma relação entre a idade biológica e a idade social é complexo. Na pesquisa “Retratos da juventude brasileira”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2005 (ABRAMO; BRANCO, 2004), a maioria dos próprios jovens não associam a fase da juventude e transição para a vida adulta, com a idade biológica. Apenas 7% responderam que se tornam adultos quando atingem a maior idade civil, 32% deles afirmaram que assumindo responsabilidades é que estariam chegando na

fase adulta e 12% disseram que começar a trabalhar demarcaria essa transição. Percebe-se que a maioria dos jovens vinculam a fase adulta com as suas capacidades de contrair um papel social revestido de responsabilidade, ou quando iniciam um trabalho. O critério etário não é considerado por esses atores, mas sim a etapa da vida social onde eles se encontram, a qual irá variar muito de acordo com a trajetória biográfica de cada um.

O jovem está em um momento de transição da sua vida, com inúmeras variáveis interferindo nesse processo, de modo que, não necessariamente há uma correspondência exata entre a faixa etária e características atribuídas a esse segmento da sociedade. Um indivíduo mais novo, de 14 ou 15 anos pode já carregar características do jovem mais velho, assim como o processo de retardamento do fim da “juventude” pode incluir jovens de mais idade, como 25 ou 26 anos que têm comportamento similar aos de 24 anos, limite estabelecido por Paul Singer (2005) e pela PNAD (IBGE, 2018b) para determinar o fim da juventude. Por isso é muito importante não perder de vista a flexibilidade social ao serem definidas faixas etárias para determinar quem são os jovens.

Percebe-se ainda diferenças entre jovens de diferentes regiões, etnias ou gênero. Portanto, o entendimento trazido por Bourdieu (1978) de que tanto a juventude quanto a velhice são conceitos socialmente construídos coaduna com a ideia da dificuldade de criação de um único conceito para o que seria “ser jovem”, pois o sociólogo acredita que:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. (BOURDIEU, 1978, p.113).

Assim, cada momento histórico e cada lugar, traz em si um interesse peculiar de determinar quem seriam os atores inseridos no grupo denominado de “juventude”. Nesse rol de interesses encontra-se inclusive a área de trabalho que cada um pertence, pois “causaria espanto um jogador de futebol que continuasse bem-sucedido ao ultrapassar a avançada casa dos 30 anos, mas nem de longe essa seria uma idade de envelhecimento entre cirurgiões pediátricos, por exemplo” (GUIMARÃES, 2004, p.6).

Foi a sociedade moderna burguesa que estabeleceu a associação do termo juventude a transição para a vida adulta. Nesse cenário, caberia ao Estado, enquanto

instituição responsável pela educação e formação desse jovem, prepará-los para a vida adulta, incluindo a responsabilidade de capacitá-los para a inserção no mercado de trabalho.

A ideia de transitoriedade de um lado pressupõe a estabilidade do outro. Ora, se a juventude seria esse “caminho”, a vida adulta seria justamente a “chegada”, o momento de obter segurança e equilíbrio tanto no sentido comportamental, como financeiro.

Nesse processo de mudança de ciclo e completude da vida adulta, que circunda o jovem, a independência financeira se faz necessária. Para tanto, a grande maioria deles precisam trabalhar, pois além do trabalho proporcionar a própria sobrevivência, ele carrega em si a oportunidade do jovem ser aceito e reconhecido socialmente. Ocorre que o próprio significado de trabalho não é igual para todos. A heterogeneidade dos jovens irá refletir no olhar particular que cada um lança sobre todas as instituições sociais e conseqüentemente sobre o trabalho em si. A construção do trabalho no imaginário de cada jovem está atrelada, entre outros fatores, a posição ocupada por ele na sociedade. A partir de todas essas diferenças contornando o campo da juventude, há de se falar em “*juventudes*”, no plural. Assim:

Quando a referência é “juventudes”, há de se estar atento à diversidade e como esta pode se confundir ou camuflar os processos de desigualdade sociais. Importante combinar, no campo da educação, políticas universais e políticas focalizadas, considerando que existem distintos tipos de sujeitos jovens. (ABRAMOVAY ; CASTRO; WAISELFISZ, 2015, p. 22).

Atentos as condições específicas do Brasil, Gustavo Venturi e Danilo Torini⁴ (2014) estenderam para 29 anos o limite da faixa etária (normalmente estabelecida entre 15 e 24 anos), para definir juventude como estratégia metodológica de sua pesquisa sobre transições para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil. Para os autores, a mudança:

⁴ Gustavo Venturini e Danilo Torini (2014) são autores do relatório “Transições da escola para o mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil. Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada numa amostra representativa composta por 3.288 questionários aplicados a jovens no Brasil, é um produto do Projeto “Work4Youth”, fruto de uma parceria entre a OIT e a Fundação Mastercard, envolvendo a participação de 28 países. O objetivo principal do projeto é realizar pesquisa sobre o tema de transição da escola para o trabalho, com o objetivo de contribuir para a elaboração de políticas públicas e para a implementação de atividades e estratégias por parte dos parceiros sociais”. Ao longo desse trabalho serão utilizados alguns dados trazidos pelos autores no relatório, com o propósito de elucidar debates teóricos presentes.

Decorre do reconhecimento de que os processos de transição para a idade adulta têm se estendido, considerando-se não só a formação escolar e a inclusão no mundo do trabalho, como a aquisição de autonomia e, em geral, a constituição da nova unidade familiar- processo que para muitos jovens se superpõem ao longo do período dos 15 aos 29 anos. Abarcar a juventude até esse limite permite captar a complexidade de experiências de transição dos jovens para o trabalho, tanto ao longo, quanto depois de completarem os estudos. (VENTURINI; DANILO, 2014, p. 08).

Nota-se que ao flexibilizar o período da faixa etária da pesquisa, estendendo-a em 5 anos a mais do que a média das definições de outros órgãos de pesquisa ou autores, é possível englobar um número maior de jovens brasileiros que ainda correspondem a esse momento da vida (juventude) mas não conseguiram realizar a transição para a vida adulta devido as particularidades que circundam a situação do país.

Apesar da impossibilidade de tratar os jovens com uniformidade através de conceitos bem definidos e recortados, há de se identificar traços característicos em comum nesses sujeitos. A faixa etária semelhante, ainda que um critério impreciso, seria apenas o ponto de partida. Ademais, os jovens se reconhecem por possuírem aspirações parecidas, bem como a visão lançada sobre o futuro com um leque de possibilidades. Essa visão é consequência da certeza compartilhada, que todos os jovens têm, de que teoricamente ainda existem muitos anos de vida para viver e todo esse tempo pela frente traz consigo a ideia de que muitas oportunidades poderão surgir nessa longa caminhada.

Cada grupo de “juventudes” irá partilhar de um conjunto de atributos próprios da sua classe social, etnia, região onde vivem, gênero, grau de instrução, inconstância natural desse momento de vida, receio do futuro incerto, além de confiança na própria capacidade de contribuir para efetuar mudanças na sociedade, além da necessidade de indagar outras gerações. Só assim, lançando mão do conceito de “juventude”, para “juventudes” (CASTRO, 2015), pode se compreender melhor toda a diversidade que permeia essa fase da existência humana e perceber que há um relativismo próprio a se considerar ao buscar definir essa parte tão importante da vida dos indivíduos.

Ademais, Marília Spósito (2003) destaca a imprecisão que permeia a definição do termo *juventude* e reconhece a importância do uso recorrente de *Juventudes* no sentido plural para tentar dar conta da diversidade presente nessa fase de vida, entretanto, a autora acredita que parte dessa imprecisão transcorre da justaposição indevida da fase da vida com os sujeitos concretos. Para Spósito (2003) a categoria sociológica *juventude* não contempla uma contradição intrínseca ao próprio termo: se por

um lado contempla um ciclo da vida, a partir de seus recortes socioculturais, por outro refere-se ao modo de inserção na estrutura social.

2.3 De repente adulto? Características da transição da juventude para a vida adulta

A sociedade burguesa definiu o período da juventude como sendo uma fase de transição entre a infância e a condição de adulto. Na segunda metade do século XX esse período de transição passou a compreender uma sucessão de eventos que levaria a criança a tornar-se adulta: primeiro a conclusão dos estudos, em seguida o ingresso na carreira profissional, independência financeira, o casamento e filhos. Esse modelo desenvolvido sobretudo nos países capitalistas centrais foi denominado “*modelo fordista de trajetória de vida*”, onde a inserção na vida profissional ocupa lugar privilegiado na passagem da adolescência para a vida adulta. Diante disso:

Com efeito, os ganhos do trabalho são o esteio da almejada autonomia ante o grupo familiar de origem, facultando a montagem do domicílio próprio e apropriado a independência material requerida para a constituição de família e descendência, outros sinais socialmente relevantes em nossas culturas, da passagem ao mundo dos adultos. (GUIMARÃES, 2006, p.171).

É importante mencionar que a conexão entre “juventude” e “trabalho” não é algo natural. Foi socialmente construída no momento que a escolarização foi institucionalizada, tornando-se obrigatória (Séc.XX):

O “dever de inserir-se” na tentativa de encontrar um trabalho, uma vez finda a escola ou a universidade, não é de modo algum um “dado” natural que tenha sempre existido. Ao contrário, é uma exigência relativamente recente, na França como alhures. Mesmo a palavra “inserção” (tanto quanto transição, empregada em outras realidades) é utilizada nesse sentido há pouco tempo, o mesmo acontecendo com a questão da “inserção dos jovens” que só se tornou um “problema social” e um objeto de políticas públicas, na França, há não mais que um quarto de século aproximadamente. (DUBAR apud GUIMARÃES, 2006, p.174)

Somente a partir dessa organização da educação formal pelo Estado, a ideia de transição da escola para o trabalho pode ser implantada para todos, independentemente da origem social. Em momentos de crescimento do sistema capitalista com geração de empregos, essa transição se efetua de modo quase que automático, possibilitando a efetivação do modelo instituído pela burguesia. Não obstante, recentemente, esse modelo linear tornou-se ineficaz para explicar a transição da infância para

a maturidade. O que se vê, é o desordenamento, adiamento ou descumprimento de alguma fase desse processo. Assim:

O que ocorre hoje é que as transições que antecedem a vida adulta – conclusão dos estudos, ingresso no mercado de trabalho, casamento e saída de casa – não seguem mais uma ordem linear, ou seja, houve uma desvinculação e uma dessincronização entre as etapas. Frequentemente, estas transições são adiadas ou nem sempre cumpridas, permitindo aos jovens que experimentem outras situações que não estavam inicialmente previstas no modelo tradicional. (CARVALHO, 2009, p. 23).

Segundo Nadya Guimarães (2006), as mudanças recentes ocorridas no mercado de trabalho, são responsáveis pela “fragilização dos vínculos”, tornando fluídas as transições num contexto de desemprego, transitoriedade e precariedade do trabalho. Os estudos que associam a entrada na vida adulta a inserção no mundo do trabalho, demonstram também que a expectativa do início da vida profissional sempre vem imbricada ao término do ciclo escolar.

Ocorre que o Brasil possui particularidades em relação a transição da passagem da condição infantil para a condição adulta. O país nunca conseguiu implantar o modelo fordista de transição da escola para o trabalho, de forma plena. Primeiro porque muitos jovens começam a trabalhar cedo, concomitantemente com a escola, ou seja, iniciam suas trajetórias profissionais antes de concluir o período escolar. Essa característica brasileira afeta justamente o modo de transição, rompendo a vinculação entre escola-trabalho e conseqüentemente a transição para a vida adulta. Conforme Cardoso:

Sair da escola deixou de significar arrumar um emprego. Primeiro porque, para a proporção crescente dos jovens, emprego e trabalho deixaram de ser alternativas excludentes. Uma porção cada vez maior deles passou estudar e trabalhar. (CARDOSO, 2008, p. 587).

Segundo porque o fenômeno de crescimento dos níveis de escolaridade é algo recente, “[...] apenas no curso dos anos 1990, consolida-se a universalização do ensino básico e, no final dessa mesma década, ocorre uma expansão significativa do acesso ao ensino de nível médio” (GUIMARÃES, 2006, p.172). Terceiro porque ainda que o jovem ingresse na vida profissional, a inserção não ocorreu seguindo os padrões *fordistas*. “O assalariamento urbano nunca foi universal no Brasil” (CARDOSO, 2008, p.586), ao contrário da precarização do trabalho e rotatividade dos postos de trabalho que crescem cada dia mais (CARDOSO, 2008).

O comprometimento da precária transição escola-trabalho reflete não apenas na vida profissional do jovem, mas interfere em todos os aspectos de autonomia e formação de família, e almejado pela maioria. Perceber esse fenômeno em sua complexidade, significa expandir a compreensão para a variação de estilos de vida e maneiras de adentrar no universo adulto, bem como os novos arranjos familiares. Portanto:

A transição para a vida adulta não é considerada apenas como a passagem da escola para o trabalho, mas como um processo complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e familiar, articulando um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem na vida das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais. Parece consenso na literatura que o estudo da transição para a vida adulta não pode estar limitado a indicadores socioeconômicos que expliquem apenas o universo escola-trabalho. (CAMARANO et al., 2004, p. 8).

A transição escola-trabalho sujeita-se ao funcionamento do mercado de trabalho e ao modo como está organizado os sistemas educacionais mais do que as características individuais de cada um. Portanto, as trajetórias juvenis podem ser denominadas muitas vezes “trajetórias iô-iô”, como traz Pais e Cairns e Pappámikail (2005), pois estão relacionadas a incertezas e variáveis instáveis, onde o jovem pode arranjar um emprego, mas em seguida perdê-lo; sair da casa de seus pais, mas depois retornar; iniciar os estudos, mas interromper, para um dia quem sabe, voltar. Toda essa insegurança gera o que Pais e Cairns e Pappámikail (2005) denominou de “labirinto”, obrigando os jovens a perder o rumo entre os questionamentos e escolhas acerca do que fazer em relação a vida e ao futuro.

Outro fator importante nesse processo também seriam as condições socioeconômicas e políticas, que poderão contribuir ou dificultar o modo como essa transição é realizada. Nesse sentido:

Para a juventude trabalhadora as mutações do mundo do trabalho interferem decisivamente sobre suas experiências, e sobre tudo na relação dos jovens com o tempo. Ao longo do processo de consolidação da modernidade, o trabalho assalariado, na forma histórica de “empregos”, se consolidou como um mecanismo central de suporte e vinculação social dos indivíduos à estrutura social, e assim sendo, a inserção no mundo do trabalho se configurou como uma forma de antecipação do porvir para os jovens, ou seja, como um mecanismo de transição para o futuro, a vida futura- associada à capacidade de independência e autonomia. (OLIVEIRA, 2013, p. 116).

A partir do momento que a intensa pobreza e desigualdade social no Brasil “empurram” o jovem estudante para o mercado de trabalho antes dele concluir o ciclo

dos estudos- quer seja ele na escola ou na faculdade, a possibilidade de evasão escolar aumenta. De acordo com a pesquisa realizada pela PNAD contínua e publicada em 2016, o motivo principal para o afastamento dos jovens em relação à escola foi a necessidade de trabalhar, citada por 41% dos jovens (FERREIRA, 2017). Para Cardoso (2008), as altas taxas de desemprego “inauguram um novo cenário de transição, que já não pode ser chamada “da escola para o trabalho”. Agora os jovens transitam da escola para a força de trabalho, não necessariamente empregada, ou para inatividade pura e simples” (CARDOSO, 2008, p.587).

A categoria dos jovens que concluem a escola mas que não completam a transição para o trabalho por não encontrarem emprego difere-se do grupo daqueles que abandonaram a escola, mas não estão trabalhando— são os *Nem-Nem*, aqueles que nem estudam, nem trabalham, como será demonstrado melhor mais adiante. A pesquisa da PNAD contínua publicada em 2017, afirmou que de 2016 para 2017, o contingente de pessoas com 15 a 29 anos que não trabalham nem estudam ou se qualificam cresceu 5,9% (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018). Essa trajetória pode estar associada ao momento de crise econômica vivido pelo país. Esse ponto será melhor analisado mais adiante.

Conforme observado, o modelo de transição escola-trabalho centrado na inserção profissional é uma construção social, elaborada pela modernidade, justificada pelo interesse do modelo social fordista e oportunizado pela institucionalização da educação formal nas escolas. Países periféricos como o Brasil possui especificidades em relação ao modelo de transição estabelecido pela burguesia no século XX, por isso nunca conseguiu seguir esse modelo linear de transição por completo. O aumento das taxas de desemprego juvenil rompe com o modelo padrão de transição da escola para o trabalho, causando a falta de emprego justamente no início da trajetória da vida, gerando o adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, e o aumento da competitividade pelas posições no mercado.

2.4 A juventude brasileira: são jovens trabalhadores ou trabalhadores jovens?

De acordo com dados publicados pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2017, o Brasil tinha 51,6 milhões de jovens. O

estudo refere-se ao ano de 2016 e faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) (CNTTL, 2014). O país já foi conhecido como um país jovem, mas nas últimas décadas, houve um decréscimo dessa categoria, ainda que os números representem que um quarto da população brasileira é composta de jovens.

Analisando por grupos etários, o crescimento populacional do Brasil, dos anos 2000 a 2010 sofreu uma diminuição em números absolutos dos jovens até 20 anos. O que significa que se a população absoluta do país cresceu⁵, foi por conta do aumento da população adulta e idosa, segundo o IBGE (CNTTL, 2014).

As regiões Norte e Nordeste são as mais jovens do país, apesar de terem sofrido uma queda nas taxas de fecundidade⁶ (IBGE, 2011). Em contrapartida, as regiões Sul e Sudeste são as regiões mais envelhecidas do país, ambas com 8,1% de idosos com 65 anos ou mais no ano de 2010 e a proporção de crianças até 5 anos era de 6,4% e 6,5% respectivamente em cada região em 2010 (IBGE, 2011).

Os jovens brasileiros também são conhecidos como “juventude trabalhadora”, pois de acordo com dados levantados pelo Censo 2010⁷, dois terços dos jovens entre 18 e 24 anos estão trabalhando ou procurando emprego. Nesse contexto, a educação é importante na construção simbólica dos jovens, pois aparece em paralelo com o trabalho: metade dos que estudam, também trabalham. Além disso, verifica-se que a maioria dos que combinam as duas atividades, trabalho e estudo, esforçando-se para darem continuidade a ambos (CNTTL, 2014).

Nessa circunstância encontram-se mais mulheres dispostas a permanecerem estudando após iniciarem a vida laboral, do que os homens. Cabe ressaltar aqui que apesar de não ser objeto dessa pesquisa fazer o recorte de gênero, esta é uma variável relevante tanto no debate sobre transição escola-trabalho, como no mercado de

⁵ De acordo com o IBGE, no último Censo, a população absoluta do Brasil no ano 2000 era de 175,3 milhões de habitantes, saltando para 196,8 milhões em 2010. No último levantamento anual de 2016, publicado em 2017 pelo IBGE, esse índice fechou em 206,08 milhões de habitantes (IBGE, 2011).

⁶ De acordo com o IBGE, no último Censo, no ano 2000, o número de crianças até 5 anos, na região Norte caiu de 12,7% no ano 2000 para 9,8% em 2010. O número de idosos com 65 anos ou mais cresceu de 3,6% no ano 2000 para 4,6% em 2010. Já a região Nordeste o número de crianças até 5 anos em 2000 era de 10,6% caindo para 8% em 2010 e a proporção de idosos passou de 5,8% em 2000 para 7,2% em 2010 (IBGE, 2011).

⁷ O Censo Escolar é um levantamento de dados estatísticos realizados todos os anos em parceria com as secretarias de educação dos municípios e Estados, com a participação das escolas públicas e privadas do país (CNTTL, 2014).

trabalho. De acordo com Borges (2016), a análise da trajetória da mulher no mercado de trabalho só poderá ser feita após a compreensão da própria reconfiguração da transição feminina ocorrida a partir de 1990, quando as diferenças entre os modelos de trajetórias masculinos e femininos foram diminuindo. Desse modo, a autora coloca que:

[...] é muito mais elevada entre as mulheres do que entre os homens a proporção das que não estudam nem trabalham, a qual atingia, em 2006, cerca de 30% das mulheres dos dois grupos geracionais, então com idades entre 29 e 38 anos. Tais percentuais são coerentes com as elevadas taxas de desemprego das mulheres jovens e parecem sugerir a persistência de relações de gênero tradicionais que reservam às mulheres as obrigações com as tarefas ligadas à reprodução, aprisionando-as no espaço privado. Nesse sentido, seria interessante, por exemplo, indagar em que medida e em quais segmentos sociais as condições adversas do mercado de trabalho não estariam agindo no sentido de levar uma parcela das mulheres jovens a reproduzirem a trajetória das suas mães. Informações mais detalhadas sobre as jovens que não estudam nem trabalham, apresentadas mais à frente, corroboram a hipótese da persistência, no século XXI, do padrão tradicional de transição feminina para uma parcela significativa das mulheres jovens. (BORGES, 2016, p. 1).

Assim, são as mulheres quem mais estão na inatividade, em especial, as que são mães, que não estudam nem trabalham (NEM-NEM), sendo excluídas da esfera privada e confinada ao espaço privado, especialmente na medida em que a renda de suas famílias decresce. Vejamos:

Em 2012, 25% dos jovens com ensino fundamental incompleto não estudavam nem integravam a PEA. Para os jovens com escolaridade superior ao ensino fundamental completo, essa proporção reduzia-se à metade. No que diz respeito à renda domiciliar per capita, a proporção de “nem-nem” é decrescente com o nível de renda: em 2012, 35% de jovens provenientes dos 10% mais pobres da população eram “nem-nem”; já essa proporção nos 10% mais ricos era de 8%. (FURTADO, 2016, p. 30).

Assim como há uma conexão entre os jovens que não trabalham nem estudam, a partir da classe social, a taxa de jovens desempregados é decrescente de acordo com a faixa etária: “Enquanto 23,4% dos jovens economicamente ativos de 15 a 17 anos de idade encontravam-se desempregados, essa proporção caía para 14,7%, no caso das pessoas entre 20 e 24 anos” (FURTADO, 2014, p. 7).

Constata-se que fatores como cor, gênero, classe social, região onde moram e faixa etária dos jovens brasileiros irão interferir em todas as análises sobre o mercado de trabalho. Tem-se que: “a probabilidade de uma jovem negra, vivendo no Nordeste, estar desempregada em 2014 era de 28,6%, ao passo que essa probabilidade, para um jovem branco, vivendo no Sul, era de apenas 7,6%” (FURTADO, 2016, p. 7).

Essa diferença de 21 pontos percentuais que coloca a mulher negra da região nordeste em desvantagem em comparação com um homem branco sulista, frente a possibilidade de estar empregada, evidencia o quanto as heranças históricas da colonização brasileira estão presentes ainda hoje (2017) na sociedade. Por terem sido abandonados à própria sorte após sua libertação, os negros e miscigenados formam a parte mais pobre da população brasileira. Conseqüentemente têm menos oportunidade de estudar, fazer cursos e acabam ficando com os trabalhos de menor remuneração e que exigem menor qualificação, inserindo-se na informalidade ou, engrossando a fila dos desempregados. O paradigma machista predominante na sociedade brasileira também reflete no mercado de trabalho, colocando sempre a mulher num patamar inferior ao homem. Nessa perspectiva:

No Brasil, o processo de instituição de uma regulação social protetora acompanhou o tardio processo de transformação do capital no país. O ímpeto inicial é encontrado na formação de uma mão de obra livre e barata, garantida tanto pela abolição quanto pelo processo migratório europeu, incentivado pela preferência pela mão de obra estrangeira com absorção remanescente da força de trabalho nacional em sua maioria formada por negros libertos, que eram socialmente rechaçados pelo estigma da sociedade escravocrata que os acompanhou. A repercussão disso ainda pode ser sentida nos dias de hoje, quando olhamos as taxas de desocupação e podemos identificar **a desigualdade instaurada na sua concentração entre mulheres e homens negros**. (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.11, grifo nosso).

Assim, para conhecer o jovem brasileiro é necessário saber que eles pertencem a uma nação extremamente desigual. E as origens dessa desigualdade estão na própria construção histórica e social do trabalho no país. Portanto, o resultado dos dados estatísticos das pesquisas sobre trabalho⁸ mudam drasticamente a partir de características como a cor da pele, renda familiar, gênero, idade e região onde esses jovens estão inseridos, não podendo se falar em juventude brasileira como se fosse um grupo homogêneo.

⁸ Todas as características citadas interferem também nos resultados das pesquisas sobre violência no país, evidenciando a desigualdade marcante que permeia o Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, lançou o resultado de uma pesquisa sobre violência dia 05 de junho de 2017, revelando que os homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País. A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios (<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>).

Segundo CARDOSO (2010), os miscigenados, ex-escravos ou seus descendentes eram discriminados dentro do cenário de formação da mão-de-obra assalariada do sistema capitalista no país. Ainda pela mesma justificativa lá atrás de que o negro africano era inferior, rude, desumanos, brutos, portanto “coisas” propícias a vagabundagem e preguiça, e só trabalhariam sob coação e força. Assim, os trabalhadores nacionais foram sendo preteridos pelos imigrantes na “*sãopaulocêntrico*”, restando-lhes apenas o trabalho mais braçal, degradante, aquele que não tinha outra pessoa para fazer e por isso sobrava para aqueles considerados inferiores na sociedade.

O estado de São Paulo mencionado acima acaba remetendo a outro tipo de desigualdade presente no país: as diferenças regionais, que interfere no expressivo número de jovens que mudam de cidade para trabalhar ou por motivos relacionados a emprego (25,4%) (VENTURINI, G. e TORINI, 2014, p.14). Isso significa que mais de um quarto dos jovens saem de suas cidades motivados por trabalho. Como os altos índices de desemprego no país atinge sobretudo esses atores, eles são “obrigados” a migrar em busca de trabalho ou para conseguir promoções ou permanência de onde já trabalham.

Em relação a evasão escolar dos jovens brasileiros, a pesquisa realizada por VENTURI e TORINI (2014),⁹ apontou que o principal motivo declarado por 52,7% dos jovens do sexo masculino para terem abandonado os estudos é a necessidade de trabalhar para sobreviver ou ajudar a família, devido a viverem em significativa pobreza.

Se os jovens brasileiros que são obrigados a abandonar os estudos para trabalhar tivessem a oportunidade de concluí-los, aumentariam suas chances de melhores colocações no mercado de trabalho? Será que com mais anos de estudos e oportunidades de melhores empregos o jovem pobre do país conseguiria ter alguma chance de romper com o ciclo de reprodução da desigualdade social e pobreza tão presentes no país?

Em 2006 Ângela Borges fez um estudo sobre a precarização dos trabalhadores escolarizados e sua pesquisa na RMS (Região Metropolitana de Salvador) na década de 1990 concluiu que como resultado das transformações do cenário internacional do

⁹ Esses dados estão presentes no relatório que apresenta os resultados da pesquisa realizada numa amostra representativa composta

trabalho, os países (e regiões) de centro tendem a absorver mais os trabalhadores com escolaridade elevada, enquanto os países (e regiões) periféricas (como o Brasil ou a região Nordeste) “[...] encontram poucas possibilidades de expandir as atividades mais nobres, as quais tendem a se concentrar, cada vez mais, nas áreas que comandam o processo de acumulação em nível nacional” (BORGES, 2006, p. 98).

Outra conclusão da pesquisa da autora acerca das causas de desvalorização dos diplomados de nível superior, foi a adoção do Brasil, a partir da década de 1990, pelo modelo de política em consonância com os interesses da economia globalizada (neoliberalismo) onde a abertura desregulada da economia aliada às privatizações, fecharam muitos postos de trabalho. Essa tendência foi algo atenuada na primeira década dos anos 2000, com a expansão da economia, aumento dos investimentos públicos e expansão dos serviços públicos, essa característica do mercado de trabalho nacional recrudescceu a partir da profunda crise econômica, política e social que assola o país a partir de 2015. A profunda recessão eliminou maciçamente postos de trabalho e ao desmonte de cadeias produtivas capazes de gerar empregos mais qualificados somou-se nova vaga de privatizações maciças com repercussão extremamente negativa sobre a geração de postos de trabalho com essas características, levando à rápida elevação das taxas de desemprego dos mais escolarizados, exatamente em na fase de expansão do número de titulados, como será mostrado (BORGES, 2006).

O que significa dizer que a educação por si só não garante a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O desemprego e subempregos persistem apesar do aumento de mão-de-obra escolarizada e mais qualificada no Brasil. São necessárias políticas sociais com o intuito de contribuir para a inserção da juventude no mercado de trabalho.

A elevação da escolaridade da população pode não resultar em maior número de ocupados, mas na elevação da escolaridade dos desempregados: no Brasil urbano, em 2009, 51,1% dos desempregados tinham, pelo menos o diploma do Ensino Médio. (BORGES, 2010, p. 628).

De acordo com pesquisa realizada pela PNAD contínua em 2016 e publicada pelo IBGE em 2017 (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2018), para as pessoas de 6 a 14 anos as taxas de escolarização chegaram a 99,2%, e para as pessoas de 15 a 17 anos, 87,9% entre os jovens de 18 a 24 anos, 32,8% estavam frequentando escola e 23,8% cursavam o ensino superior. Em relação a conclusão dos estudos, a mesma

pesquisa apontou que 51% da população com 25 anos ou mais tinha concluído o ensino fundamental ou equivalente, 26,3% tinham o ensino médio ou equivalente, e 15,3% tinham o ensino superior. Vale ressaltar que a pesquisa considerou as pessoas com 25 anos ou mais, porque são indivíduos que já poderiam ter concluído o processo regular de escolarização.

Nota-se que o número de jovens com o ensino médio não atinge nem a metade desse segmento, mas cresceu significativamente em comparação com a geração anterior, onde apenas 22% dos seus pais haviam concluído o ensino médio e 23% de suas mães. Esse crescimento nas taxas de jovens com escolaridade se deu devido aos investimentos em políticas sociais implementadas pelo governo do PT de 2002 a 2016 (CNTTL, 2014), sobretudo os programas de ação afirmativa voltados para inserção das crianças e jovens na escola e nas faculdades, de subsídios para inserir os jovens de baixa renda no setor privado de ensino superior.

Com isso, houve um crescimento maior entre os portadores dos diplomados de nível superior no Brasil nas últimas três décadas, do que nos outros níveis de escolaridade. De acordo com Comin e Barbosa (2011, p. 2), “[...] o percentual de graduados no mercado de trabalho praticamente triplicou; em números absolutos o aumento foi cerca de cinco vezes, passando de 1,9 milhão, em 1982 para mais de 10,3 milhões, em 2009”¹⁰. Vale ressaltar que esse crescimento dos índices de nível superior no país ocorreu devido a vários fatores: o aquecimento do mercado de trabalho, valorização maior de salários na última década, políticas públicas voltadas para a inserção e permanência do jovem nas universidades, entre outros.

Ter um nível superior representa muitas variáveis para os indivíduos no contexto brasileiro: maiores chances de inserção no mercado de trabalho, mobilidade social através de carreiras profissionais melhores, realização pessoal, status social, melhores ganhos salariais, entre outros. Comin e Barbosa (2011) pontuam uma situação peculiar e recente nesse processo de crescimento nas taxas de portadores de diplomas de nível superior nas últimas décadas no país: “um padrão invertido” que leva os jovens do trabalho de volta à escola, como estratégia de migrar para profissões mais atraentes, do ponto de vista salariais, ou até mesmo para se manter nas suas vagas

¹⁰ Os autores Álvaro A. Comin e Rogério Gerônimo Barbosa utilizam os dados da PNAD para traçar um comparativo entre os períodos de 1982, 1995 e 2009.

de trabalho. Acreditando que suas maiores credenciais escolares são mais valorizadas no mercado de trabalho, muitos jovens investem nesse retorno para os estudos, muitas vezes após anos de carreira profissional.

Apesar do crescimento do nível de escolaridade no país, sobretudo do ensino superior, identifica-se uma redução de salários e um aumento de ocupação de pessoas com nível superior em cargos que só exigem a escolaridade de ensino médio, no entanto, ao contrário do que muitos especulam:

Os prêmios salariais declinantes na última década devem-se mais ao movimento generalizado de redução dos diferenciais salariais – fruto do crescimento dos salários mais baixos- do que a um excesso de oferta de trabalho qualificado ou à baixa qualidade do ensino superior. Não foi apenas entre os diplomados e os não-diplomados que as diferenças salariais encolheram, em termos relativos; o mesmo se observa entre homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos, regiões mais pobres e mais ricas. (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 2).

O mercado de trabalho não cria vagas e oportunidade para absorver todos os portadores de diplomas, e a crise econômica deixa esse cenário pior. Porém, o mérito dos indivíduos que estão, muitas vezes fazendo um grande esforço para concluir um curso de nível superior, traz possibilidades para o país- ainda que nem todos os cursos tenham a qualidade ideal, uma força de trabalho mais qualificada será sempre mais vantajosa para o desenvolvimento de um país, do que ao contrário (COMIN; BARBOSA, 2011).

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), analisou a relação entre o retorno em forma de emprego ou renda trazidos pelo aumento do nível de escolaridade. Entre 2003 e 2012 houve uma relação inversamente proporcional entre essas variáveis: enquanto o número de jovens que concluíram o ensino médio cresceu em 32%, houve um decréscimo de 29% no retorno em relação a emprego e renda no mesmo período. Situação similar para os que concluíram o nível superior no país (FURTADO, 2008).

Talvez a explicação para o fato do aumento dos anos de estudo não corresponder sempre a uma elevação da renda esteja no fato de que, quando o mercado de trabalho aumenta a exigência de qualificação, o empresariado busca interferir no sistema educacional afim de promover rápido aumento de escolaridade média dos trabalhadores, “[...] assegurando, deste modo, a oferta de trabalhadores com a formação profissional adequada às necessidades do momento” (BORGES, 2006, p. 87). Porém,

o objetivo do empregador com essa estratégia, não se limita a formar trabalhadores especializados para atender suas necessidades, mas também criar um grande exército de reserva de mão-de-obra que contribuirá para a exploração e precariedade do trabalhador. Esse fenômeno de qualificação excessiva foi analisado por Venturini e Torini (2014):

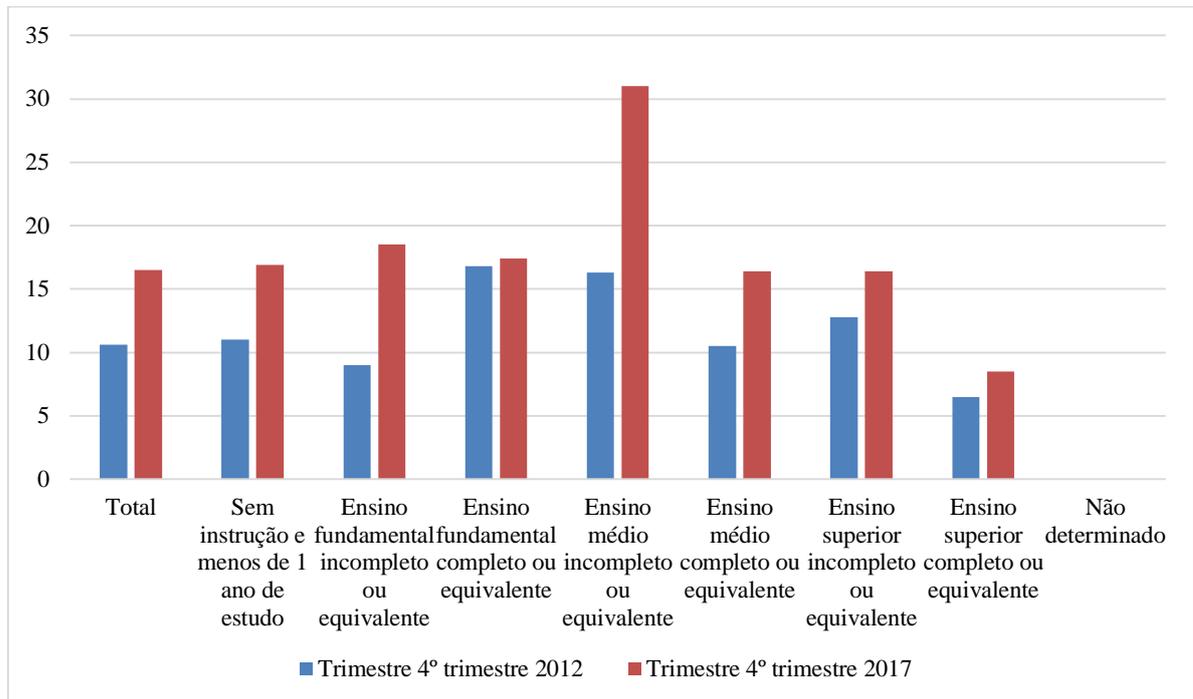
O fenômeno da qualificação excessiva tende a ocorrer quando há um número insuficiente de empregos compatíveis com um certo nível educacional. A incompatibilidade entre oferta e demanda força alguns graduados a aceitar trabalhos para os quais estão excessivamente qualificados. No Brasil, jovens excessivamente qualificados são encontrados basicamente em ocupações elementares (52,8 por cento dos jovens trabalhando em ocupações elementares são excessivamente qualificados) e, em grau menor, em serviços administrativos (17,9 por cento) e vendas (6,9 por cento). A consequência é que o jovem excessivamente qualificado irá ganhar menos do que ele ou ela poderia e também não estará realizando todo o seu potencial produtivo. (VENTURINI; TORINI, 2014, p. 47).

Ademias, dados recentes do IBGE demonstram um crescimento nas taxas de desocupados por nível de instrução num comparativo entre o 4º trimestre de 2012 e o mesmo período de 2017 (Gráfico 1).

O gráfico comparativo mostra que houve um aumento na taxa de desocupação para todos os níveis de instrução no 4º semestre de 2017 no comparativo com o mesmo período em 2012 que foi o ano em que os jovens entrevistados lançaram-se em busca de emprego com a credencial mínima de ensino médio concluída. Nota-se que a diferença maior está naqueles que possuem o ensino médio incompleto. No geral, os menores índices de desocupação estão entre aqueles que possuem o ensino superior completo. O que significa dizer que apesar de não garantir a inserção, o nível de escolaridade contribui para sua redução.

Assim, jovem brasileiro já percebeu que a maior qualificação não garante sua inserção no mercado de trabalho, o que pode levar a um declínio na procura pelo ensino superior, principalmente quando pesquisa publicada em julho de 2016 pela Associação brasileira de mantenedora de ensino superior (ABMES), demonstrou que dos jovens entre 18 e 30 anos que pretendem cursar uma graduação, 57,9% esperam contar com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e outros 50,3% com o Financiamento Estudantil (FIES). Num contexto onde a PEC 241 congelou por 20 anos os recursos para educação, a expectativa do futuro para mais da metade dos jovens que pretendem concluir o nível superior com incentivo de políticas públicas, não é das mais animadoras.

Gráfico 1- Taxa de desocupação, na semana de referência das pessoas com 14 anos ou mais de idade (%) (RMS-Salvador/BA)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.
Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

2.5 O jovem em foco: políticas públicas e currículo escolar

Desde a década de 1970 organizações internacionais, como a ONU e a CEPAL buscaram intensificar os debates sobre juventude, incluindo o tema nas pautas dos países da América Latina, mas somente a partir de meados de 1990 o Brasil implantou políticas públicas específicas para esse segmento (OLIVEIRA, 2012). A partir de 1950, com o início do período denominado de *desenvolvimentista*, a preocupação do governo era capacitar o jovem profissionalmente para este corroborar para o crescimento do país.

Em meados de 1990, iniciou-se a implementação de políticas públicas voltadas diretamente para o público-alvo juvenil, como por exemplo a criação do ECA (Estatuto da criança e do adolescente). Esse momento histórico do país lança um olhar para os mais vulneráveis, apesar de não tratar dos direitos dos jovens após atingirem a maioridade, é inegável a importância da criação do estatuto.

Finalmente a partir do século XXI as políticas públicas passaram a ser geridas de maneira mais democrática, dando voz aos próprios jovens, que passaram a ter

visibilidade enquanto sujeitos ativos no processo onde o tema da juventude ganhou as mídias e os discursos políticos, graças a um exercício de crítica social mais apurado (CASTRO E ABROMOVAY, 2003).

Observa-se que houve um avanço relevante nas últimas duas décadas no lugar que o jovem brasileiro passou a ocupar enquanto temática importante a ser discutida e incluída nas agendas de debates políticos no país. Inúmeros estudos e pesquisas, vários deles incluídos nas referências dessa dissertação, foram realizadas com o objetivo de conhecer melhor o jovem brasileiro e a partir desses dados criar programas que possam atender os interesses e anseios desse segmento.

Todo esse interesse em ampliar as políticas públicas voltadas para os jovens no Brasil tem alguns motivos específicos. De acordo com CASTRO E ABROMOVAY (2003), *os porquês* para as políticas públicas voltadas para os jovens pautam-se nas seguintes causas: a quantidade expressiva de números de jovens na parcela da população brasileira, apesar da transição demográfica que o país sofreu nas últimas décadas, diminuindo o número de jovens e aumentando o número de adultos que em 2018 representam mais de 50% de sua população adulta.

No modelo de produção capitalista vigente, o jovem se tornou elemento central no mecanismo da produção econômica. A juventude é uma parcela relevante do mercado consumidor, isso é consequência natural de uma etapa da vida onde a própria identidade encontra-se em processo de construção, levando muitos jovens a buscarem referências em outras pessoas, que acabam se tornando modelos a serem seguidos pela maioria. Por outro lado, o “mundo da juventude” inspira a criação de inúmeros produtos representativos desse segmento, com a garantia que se tornarão cobijados por uma sociedade que associa a imagem do jovem sempre a beleza, frescor, coragem, utilidade e ousadia, portanto, uma elaboração ideológica positiva, a qual todos querem estar sempre relacionados. Vale ressaltar que o modo de valorização do jovem irá variar de uma cultura para outra. Enquanto nos países ocidentais há uma tendência a prestigiar os mais jovens, no Japão, por exemplo, são os idosos que recebem um reconhecimento maior da sociedade, visto que normalmente as nações orientais reverenciam características como a e sabedoria e a experiência adquiridas ao longo da vida.

Se o jovem é peça fundamental na cadeia de consumo do sistema capitalista, e na engrenagem do desenvolvimento de qualquer nação, é contraditório observar

como o modo de produção se reestruturou de maneira que interferiu drasticamente na escassez de postos de trabalhos para essa parcela da sociedade. Os jovens acabam sendo os “últimos” e os “primeiros”: os últimos a serem contratados e os primeiros a serem demitidos. Pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), publicada em maio de 2017, aponta que no primeiro trimestre do referido ano, 28,7% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam desocupados no país (G1, 2017). Essa taxa foi a maior dos últimos 16 anos. Mas quais seriam os motivos responsáveis por deixar tantos jovens excluídos do mercado de trabalho? Seriam reflexos da conjuntura econômica? Falta de qualificação adequada? Ineficiência de políticas públicas voltadas para qualificações e inserções do jovem no mercado de trabalho?

O interesse do Brasil para os jovens, enquanto objeto de política, é relativamente recente. “Até 1960, a visibilidade da juventude no Brasil ficou restrita a jovens escolarizados de classe média” (ABRAMO, 2005, p. 38). No final da década de 1980 surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos a tratar do tema de políticas públicas específicas para os jovens.

Logo após assumir o governo do país, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Programa nacional de estímulo de primeiro emprego para jovens (PNPE), a partir da Lei 10.748/2003. Esse programa tinha por objetivo promover a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, além da qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social (BRASIL, 2003). Assim:

O PNPE foi criado atendendo a duas intenções do governo federal. A primeira delas diz respeito ao comprometimento de Lula com a juventude, na medida em que, durante sua campanha, prometeu criar medidas de estímulo à criação de empregos aos jovens e de diminuição da exclusão social da classe menos favorecida dos brasileiros entre 16 e 24 anos. A segunda motivação veio do compromisso feito pelo governo junto à ONU, durante a Assembléia Geral de 2003, quando os 173 países membros da Organização Internacional do Trabalho, em Genebra, na chamada Rodada do Milênio, comprometeram-se a apresentar planos de ação sobre empregos para os jovens. (WEYRICH, 2007, p.34).

O programa alcançaria jovens em situação de desemprego involuntário, com idade de 16 a 24 anos, desde que preenchessem os requisitos estabelecidos, entre eles, o de renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo. Essa característica do PNPE deixou claro o interesse de inclusão social presente no programa, buscando contemplar os jovens com menores renda.

Em 2004, o ex-presidente Lula criou um grupo interministerial, composto por 19 ministérios e coordenados pela Secretária-geral, para diagnosticar a situação dos jovens no país. Ocasão onde foi realizado um levantamento sobre os programas do governo federal destinado a esse público. O grupo ministerial sugeriu a implementação da Secretaria Nacional da Juventude, que foi logo estabelecida naquele momento.

Em 2005, com a Lei 11.129, o país instituiu o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), responsável por sugerir diretrizes e ações governamentais voltadas para os jovens, além da Política Nacional da Juventude (PNJ) que acabou sendo um marco divisor no reconhecimento das particularidades dos jovens, já que até o momento só existia o Estatuto da criança e do adolescente. Após completar 18 anos, os jovens eram considerados adultos, sem uma política específica para perceber as especificidades próprias dessa fase da vida, que seria melhor definida como um período de transição para a fase adulta, e somente a PNJ propiciou a criação de políticas públicas direcionadas para esse público alvo em transição.

Ainda nesse período foi criado o PROJOVEM, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, destinado aos jovens de 15 a 24 anos que não tinham concluído o ensino fundamental, com o objetivo de reintegrá-los a escola e oferecer lhes uma qualificação profissional. Em 2012, já na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, o programa foi transferido da Secretaria Nacional da Juventude para o Ministério da Educação.

Em 31 de agosto de 2016 a ex-presidente Dilma Rousseff foi deposta do cargo e um ano depois, em agosto de 2017, a Secretaria Nacional da Juventude ainda se encontra em funcionamento e alguns programas criados em gestões anteriores permanecem ativos, como por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Concebido em 2011, o programa visa ampliar a oferta de cursos profissionais e de formação tecnológica para os jovens que não têm condição financeiras de custear estes estudos, com o objetivo preparar melhor os jovens para o mercado de trabalho (MEC, 2018).

Inaugurando seu projeto de alinhar o país ao novo modelo neoliberal, o governo do presidente Michael Temer que assumiu o país oficialmente¹¹ no dia 1º de setembro de 2016, aprovou no dia 22 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº746/16 com

¹¹ O Presidente Michael Temer já se encontrava no posto de presidente interino do país desde 22 de maio de 2016.

o objetivo de promover uma reforma na estrutura vigente do ensino médio do país, alegando a falência dessa etapa da educação básica, justificada na alta evasão escolar e na estagnação da avaliação do desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com RAMOS (2016), o problema da evasão escolar não se encontra dentro do ensino médio:

Trata-se de uma questão da sociedade brasileira, da juventude brasileira, em especial da classe trabalhadora, daqueles que estudam na escola pública. Porque a faixa etária a partir da qual esses jovens ingressam no ensino médio, é uma faixa etária também que desafia o jovem a realidade do emprego, do trabalho. (RAMOS, 2006, p. 2).

O momento para o jovem cursar o ensino médio é muito difícil para muitas famílias pobres que têm dificuldade de sustentar o filho na escola. A gravidez na adolescência também é outro fator que corrobora para os altos índices de evasão escolar. Pesquisa inédita realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), publicada no portal do Ministério da educação e cultura (MEC) em junho de 2017 (MEC, 2017b), registrou que, entre 2015 e 2016, o índice de evasão foi de 12,7% para os alunos matriculados no primeiro ano do ensino médio. Essa foi a maior taxa já registrada pelo Censo Escolar.

É inegável a necessidade de se promover debates para pensar formas de melhorar a estrutura do ensino médio, afinal, existem muitos problemas internos à escola. Porém, a medida provisória não dialogou com estudos e pesquisas sobre educação básica e por isso encontrou forte oposição dos especialistas na área da educação, dos docentes e estudantes. Ela foi feita de forma autoritária e às pressas, sem passar por debates e sem ouvir os segmentos da sociedade mais interessados e atingidos diretamente com as mudanças, ou seja, os professores, alunos e autoridades no campo educacional, atropelando as possibilidades de discursos já em curso na Câmara dos Deputados.

Entre os pontos mais polêmicos da MP aprovada, destaca-se o paradoxo de se aumentar a carga horária de 800 para 1,4 mil horas anuais, buscando oferecer o estudo em tempo integral, justamente no momento onde fora aprovada, do outro lado, também como pauta das mudanças exigidas pelo novo neoliberalismo, a Proposta de Emenda Constitucional nº 241, (PEC 241), que determina o congelamento dos gastos sociais por 20 anos. Não ficou claro como será a materialização do ensino em tempo

integral, visto o próprio governo não disponibilizar os recursos financeiros necessários para realizar uma mudança dessa magnitude.

Além disso, esse modelo exclui automaticamente os jovens que precisam conciliar trabalho e estudo ou ajudar em casa. A precariedade que se encontra grande parte das escolas públicas brasileiras demonstra que essas instituições, já há muitos anos, são carentes de todo tipo de recurso, portanto, antes de realizar qualquer mudança pedagógica, deveria melhorar a estrutura do ensino, ou seja, proporcionar o funcionamento satisfatório da estrutura física das escolas, viabilizar o mínimo de materiais necessários para o andamento das aulas, e criar estratégias que freiem a evasão escolar.

Outra urgência para a reestrutura do ensino médio, seria o investimento na valorização e qualificação de professores, sobretudo num momento onde ele precisa dar conta de uma juventude, que apesar de ser contemporânea a seu tempo, muitas vezes está sendo educada em valores, princípios e métodos ultrapassados” (CARRANO, 2016). A escola cabe conhecer os interesses dos jovens e confrontá-los com as necessidades de uma formação plena para esses jovens, convergir a finalidade da escola aos interesses dos jovens (RAMOS, 2016). Mas na contramão de ofertar melhor formação para os educadores, a medida dispensa a exigência de licenciatura como pré-requisito para os docentes das disciplinas profissionalizantes, trazendo em seu lugar, no art. 61, o termo “[...] profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação” (BRASIL, 2016, p.1).

Em relação ao currículo escolar, a Medida Provisória 746/16, prevê a diminuição de carga horária de disciplinas de base e deixa de considerar obrigatório o ensino de Sociologia, Filosofia e Educação Física, para inserir o aprofundamento de estudo nas disciplinas eletivas da área escolhida pelo aluno ou em disciplinas de formação técnico profissionalizante. Ocorre que tanto Sociologia quanto Filosofia e Educação Física, são disciplina indispensáveis para o desenvolvimento do espírito crítico dos jovens, “[...] deve contribuir para que o estudante pense sobre si, sobre o seu próprio corpo, sobre a sua própria consciência sobre si, sobre a sua relação com o outro e como essa relação se insere na sociedade” (CARRANO, 2016, p. 2).

Suprimir a obrigatoriedade de disciplinas que corroboram para a reflexão e análise crítica sobre a realidade foi uma das primeiras providências do governo Michael

Temer ao assumir a presidência no primeiro semestre de 2016. Essa ação é um retrocesso da redemocratização da educação proposta pela gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que sancionara a lei que tornou obrigatório o ensino das disciplinas Sociologia e Filosofia nos três anos do Ensino médio desde o dia 5 de junho de 2008, através da Lei nº 11.684.

Modificar as diretrizes que norteiam o ensino médio do país, sem promover antes discussões fundamentais que gerem reflexões sobre quais mudanças o Brasil deveria realizar no âmbito da área educacional, demonstra que os interesses da atual gestão, não está em buscar saber quais são as reais necessidades da população do país, nem tão pouco em preparar cidadãos críticos e capazes de interferir politicamente na sociedade. O argumento do governo de que o ensino médio não é atraente para os jovens é uma maneira de mascarar o verdadeiro objetivo que é ofertar uma formação precária para os filhos da classe trabalhadora. Para CARRANO (2016), a reforma do ensino médio nesses moldes seria um recuo ao século XIX, onde era defendida:

[...] a existência de uma escola rica em conhecimento, cultura, etc., para os que tinham tempo de estudar e se destinava a dirigir no futuro a outra escola rápida, pragmática, para os que não tinham tempo para ficar na escola e se destinavam (por natureza) ao duro ofício do trabalho. (CARRANO, 2016, p. 1).

Esse modelo de escola condiz perfeitamente com as configurações do sistema capitalista, onde a ideologia ultraliberal prioriza a educação de indivíduos competitivos e individualistas, direcionados para o mercado de trabalho, ou seja, seria a mercantilização do ensino.

Para tanto, o governo busca formar sujeitos voltados para área profissionalizante, onde o conhecimento intelectual desassocia-se do trabalho experimental e manual, contribuindo para a alienação do trabalhador. Assim, a medida provisória prevê a redução de 2400 horas para 1200 a carga horária máxima da formação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), deixando os jovens com uma formação deficitária, sem contemplar o mínimo necessário para uma educação plena (BRASIL, 2016). A partir da reforma, o estudante terá apenas 1 ano e meio para trabalhar conteúdos da BNCC e terá que optar por áreas de seu interesse, sendo que não necessariamente a escola mais próxima da sua casa oferecerá esses cursos.

Este modelo de educação está de acordo com a conveniência dos formuladores do capital do século XXI, ajustando-se ao modo de produção de acumulação flexível, que se baseia numa qualificação pobre e limitada, nesse sentido, dando continuidade ao modelo taylorista-fordista que trouxe a centralidade da formação técnica-profissional, a saber:

O taylorismo-fordismo colocou como horizonte um projeto de educação baseado nas escolas técnicas ditas “profissionalizantes”, cujo mote era formar os/as estudantes para o trabalho assalariado, ou melhor, **formar a sua força de trabalho para o mercado**. Toda mercadoria deve ter valor de uso, portanto, os saberes-fazerem a serem formados estão, evidentemente, determinados já nos currículos a serem cumpridos nessas instituições. (ANTUNES, 2017, p. 78, grifos nosso).

O objetivo do modo de produção taylorista-fordista é “[...] reduzir toda atividade de trabalho a tarefas rotinizadoras” (ANTUNES, 2017) e assim diminuir o valor da força de trabalho, ampliando a margem de lucros dos que detêm os meios de produção. O modo-de-produção de acumulação flexível do capital estabelecida no século XXI busca mão-de-obra que atenda às suas necessidades, sem perguntar se os interesses e necessidades dos futuros trabalhadores alinham-se a demanda do capital, dos empresários e do mercado.

Em consonância com o paradigma de ensino trazido pela MP, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2016 foi realizado em Brasília um seminário intersetorial sobre *empregabilidade* juvenil, onde os 35 países da OEA (Organização dos Estados Americanos) reuniram-se com o objetivo de discutir e apresentar estratégias do Ministério da Educação e do Trabalho para melhorar a empregabilidade entre os jovens (MEC, 2016).

Ao final do evento, os países-membros concluíram que é necessário a criação de procedimentos capazes de oferecer uma qualificação profissional para os jovens, em consonância com as demandas de seus setores produtivos de trabalho. O novo ministro da Educação, Mendonça Filho ressaltou no seminário, que a implantação da Medida Provisória 746/16 irá proporcionar a ampliação da formação técnica profissionalizante, alegando que isso trará aumento de renda e mais empregos para os jovens.

Vale ressaltar que o conceito de *empregabilidade* foi trazido pela primeira vez por especialistas em outplacement (MEHDEFF, 1996 apud OLIVEIRA, 2009). De origem inglesa, o termo inicialmente significava a assessoria de um profissional de recursos humanos dispensada a uma empresa para colaborar com a recolocação de

profissionais de nível superior que ao serem demitidos, precisavam se inserirem novamente no mercado de trabalho.

Posteriormente, adequando-se a ideologia neoliberal, o termo *empregabilidade* passou a ser utilizado para se referir “as necessidades” de profissionais com menor nível de escolaridade e que estão competindo por uma vaga no mercado de trabalho. Então:

No sentido mais comum, ‘empregabilidade’ tem sido compreendida como a capacidade de o indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, denotando a necessidade de o mesmo agrupar um conjunto de ingredientes que o torne capaz de competir com todos aqueles que disputam e lutam por um emprego. (OLIVEIRA, 2009, p. 1).

Se lançou mão do termo empregabilidade para justificar o desemprego e transferir a responsabilidade de estar fora do mercado de trabalho para o próprio trabalhador, sem qualificação adequada para conseguir um emprego ou permanecer neste. E ao Estado que caberia o papel de fornecer a educação como serviço social básico para a população, passou a ser o de se ajustar ao modelo econômico, e como a instituição que deverá criar políticas educacionais que ofertem cursos profissionalizantes e qualificações de acordo com a demanda da economia. Desse modo:

Essa é a moldura que as chamadas “reformas da educação” trazem embutidas em sua concepção: uma escola (e uma “educação”) flexibilizada para atender às exigências e aos imperativos empresariais; uma formação volátil, superficial e adestrada para suprir as necessidades do mercado de trabalho “polivalente”, “multifuncional” e flexível. Não é difícil perceber que a educação instrumental do século XXI, desenhada pelos capitais em sua fase mais destrutiva, não poderá desenvolver um sentido humanista e crítico, que deve singularizar as *ciências humanas*; ao contrário, poderá concebê-las como *decalque* das ciências exatas, como um prolongamento residual, quiçá desnecessário. (ANTUNES, 2017, p. 104).

O enfoque dado a ampliação da formação profissionalizante, muda a rota do ensino voltado para a preparação dos alunos para o vestibular e para o ensino superior, e sem disfarces, os gestores responsáveis pela reforma do ensino médio, trazem a valorização de uma educação mais utilitarista e fragmentada visando atender aos interesses da produção e da economia. “A educação passa a ser um serviço que tem que se ajustar as demandas do mercado” (FRIGOTTO, 2016, p.1). A partir dessa alteração, levanta-se o seguinte questionamento: até que ponto essa reforma do ensino médio legaliza ainda mais a desigualdade social no Brasil, a partir do momento que estabelece uma escola diferente para cada classe social?

Apesar da reforma abranger as escolas particulares, a experiência que se tem sobre a posição dessas instituições no passado, provavelmente irá se repetir. Quando a lei 5.692/61 tornou o ensino profissionalizante obrigatório, as escolas particulares transgrediram a lei, ou ofertaram a profissionalização como ampliação da formação geral, posto que as elites não negligenciaram a formação completa de seus filhos, e não o farão dessa vez. E aos filhos de trabalhadores pobres restará adaptar-se ao novo modelo de escola pública, onde o argumento do governo federal de que poderão “escolher” a área de seu interesse, se torna uma ilusão, pois não puderam escolher ter uma formação plena, restando-lhes um estudo minimalista e fragmentado ao receberem os conteúdos do BNCC prontos e reduzidos pela metade. Ademais, os alunos farão as escolhas de itinerários a partir do que o próprio sistema de ensino disponibilizar. Assim, não há o que se falar em liberdade de escolhas, o que não surpreende já que foi um currículo imposto por um governo que não promoveu previamente os debates e discussões necessários antes de realizar uma mudança cujas consequências apontadas no horizonte futuro, não são nada animadoras.

2.6 O jovem no mercado de trabalho

Nas sociedades pré-capitalistas o trabalho era um recurso para sobrevivência, produzia-se o necessário para viver e para integrar as pessoas. Por conseguinte, não existia o desemprego, sempre era possível incorporar mais uma pessoa no processo produtivo. Já nas sociedades capitalistas, o trabalho assumiu o papel de integrar socialmente os indivíduos, tornando-se rentável e com valor atrelado ao consumo. Logo, quem não está inserido no mercado de trabalho, não é rentável porque não consome. Além de ter sua sobrevivência comprometida, os desempregados sofrem exclusão da sociedade que num movimento criado pelo sistema para parecer natural, os vê como uma “anomalia social” (GUIMARÃES, 2004). O trabalho confere sentido ao indivíduo e norteia suas ações perante a sociedade e a si mesmo, portanto:

O âmbito do trabalho é o lócus da produção de bens e serviços e, simultaneamente, o lócus da produção de ideias, de representações e simbolizações que informam, vale dizer, são condições de possibilidade, ao darem forma concreta à maneira de se organizar socialmente a produção de bens e serviços. Mas ainda, tal produção simbólica está, ela mesma, enraizada na vida social que transcorre dentro e fora dos espaços onde se tecem as relações sociais de trabalho. (GUIMARÃES, 2004, p. 4).

Todos os sentimentos negativos que um indivíduo desempregado sofre, de exclusão, discriminação, baixo estima, pode ser muito mais devastador quando atinge um jovem que está em transição para a fase adulta, então por si só já se encontra numa posição mais vulnerável, de construção de identidade, de processo a se tornar adulto, mas diante da não inserção no mercado de trabalho, essa identidade pode ficar comprometida.

O retardamento da independência financeira ou de ter seu valor reconhecido enquanto trabalhador e consumidor útil ao sistema pela sociedade e gerador de status, pode comprometer a formação do adulto em construção, principalmente se for um indivíduo que não tenha suportes sociais para acionar.

Por necessidade de contribuir com a renda de suas famílias, muitos jovens começam a trabalhar ainda enquanto estão na escola, o que torna mais difícil a conclusão do ensino médio e contribui para as altas taxas de evasão escolar. Sem o mínimo de escolaridade, nas condições atuais do mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador, esses jovens tornar-se-ão adultos com maior risco de estarem desempregados ou ocupando os postos de trabalho mais precarizados da sociedade.

A dificuldade do jovem se inserir no mercado de trabalho, aliado a outros fatores socioeconômico e de ordem familiar, pode colaborar para o risco do aumento da delinquência juvenil. Essa preocupação acabou colocando o debate sobre o desemprego entre os jovens na lista do OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (VEJA, 2013). O receio das consequências sociais que a desocupação do jovem pode trazer para a sociedade faz com que o tema esteja cada vez mais em destaque nas agendas de prioridade dos Chefes de Estado de todo o mundo. Em sua mensagem de ano novo em dezembro de 2016, por exemplo, o Papa Francisco, autoridade máxima da Igreja Católica, pediu aos líderes mundiais que se empenhassem mais para combater o desemprego entre os jovens, pois uma geração inteira está se perdendo diante da imigração, do desespero e falta de oportunidade (HUFFPOST BRASIL, 2016).

A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, realizou um levantamento entre abril e maio de 2013, para analisar o perfil dos jovens brasileiros, onde ao se perguntar quais os problemas que mais afligem os jovens brasileiros, obteve-se 43% das respostas para violência e segu-

rança, e em segundo lugar, 34% responderam o desemprego (BRASIL, 2014). Percebe-se que quase a metade da juventude brasileira aponta a violência como o maior dos problemas sociais, um resultado previsível frente a realidade em que vivem. As estatísticas mostram que a violência se transformou em uma das principais causas de morte de jovens. Um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), publicado em novembro de 2017, aponta que o Brasil é o sétimo país que mais mata jovens no mundo (ONU-BR, 2017).

Assim como a violência é uma realidade inegável no Brasil, atingindo tantos jovens, o desemprego também é um problema que está cada no dia-a-dia deles. Ainda que algum jovem ainda não esteja procurando emprego, é muito provável que ele veja ao seu redor alguém da sua família, amigos ou vizinhança se defrontando com a enorme dificuldade de arranjar emprego. “É o desemprego, ou a falta de empregos, a faceta problemática do trabalho, sentida praticamente em igual medida por todos os jovens, independente da sua condição em face ao mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2004, p.13).

Para aqueles estão empregados, observa-se que é muito elevado o número de jovens insatisfeitos com seus trabalhos no país: 87,2% (VENTURI; TORINI, 2014). O motivo principal desse número são os baixos salários pagos e a condição do labor. Os trabalhos precários acabam sendo a única alternativa para muitos jovens que veem a idade avançar e precisam iniciar suas vidas profissionais, por isso acabam aceitando posições degradantes no mercado de trabalho. Em 2014, 45% dos jovens entre 15 e 24 anos só encontravam trabalho na economia informal. Esse alto índice atinge mais jovens de baixa renda e diminui à medida que aumenta a idade e os anos de estudo, ficando gritante a reprodução da desigualdade social (FURTADO, 2016).

Num contexto onde o governo atual do Brasil (2017) coloca em prática a ideologia de um novo modelo neoliberal que difunde mais intensamente a ideia de todos se percebam empreendedores, uma pesquisa realizada em 2014 por Venturini e Torini, aponta que quatro a cada dez jovens (40,5%) brasileiros gostariam de trabalhar por conta própria (VENTURI; TORINI, 2014). Esse número elevado dá indícios que a ideia de ser empreendedor envolve os jovens que não desejariam ter chefes. É provável que esses resultados sejam reflexos da experiência que muitos jovens têm de

ocupar postos de trabalhos precários, aliado a isso, quiçá está a ideia de *meritocracia*¹², propagada pela mídia, onde o jovem acredita no alcance de seus resultados a partir, exclusivamente, de seus esforços, ignorando fatores e condições externas que são, na maioria das vezes, determinantes para esses indivíduos.

É um paradoxo notar que a maioria dos jovens que trabalham por conta própria (29,8%) e que responderam à mesma pesquisa de Venturini e Torini (2014), afirmaram que o motivo de exercerem esse tipo de atividade é a falta de emprego, ou seja, ao mesmo tempo que a maior parte deles desejam trabalhar por conta própria, parcela predominante dos que estão trabalhando como autônomos, só estão ali por falta de opção, isto é, por falta de oferta de empregos formais disponíveis para eles. Entre a parcela da juventude brasileira que está trabalhando, a maioria (24%) encontram-se no setor de comércio atacadista e varejista, percebe-se que não é um setor com variedade de cargos que exigem formação técnico-profissionalizante. Assim, ratifica-se o questionamento sobre como a economia brasileira irá absorver os jovens com formação profissionalizante que em poucos anos serão um número elevado no país, devido a reforma do ensino médio, aprovada no segundo semestre do ano passado (2016) que irá investir as bases curriculares nessa modalidade de ensino.

Não obstante, quando se observa os índices de desemprego divulgados pelo PEA, contidos no estudo de Venturini e Torini (2014), percebe-se que as taxas de desemprego aumentam para as jovens que têm ensino tecnológico (24,8%)¹³ em relação ao ensino fundamental (20,4%). Esse resultado contraria a estatística geral que aponta a diminuição do desemprego a mediada que mais anos de estudos são alcançados. Aqui têm duas particularidades: o jovem ser do sexo feminino, que sempre lidera o ranking das estatísticas de desemprego em relação ao homem, e a outra é que fica claro o aumento desse desemprego para as jovens que têm formação profissionalizantes. Num momento de retração da economia, o setor industrial no país tende a diminuir seu quadro de funcionários.

¹² Apesar do Brasil ter promovido uma universalização do acesso ao ensino para as crianças, nas últimas décadas, a realidade é outra quando se refere ao ensino médio ou ensino superior. Além disso, os alunos apresentam base e formação distintas a depender da classe social onde estão inseridos. Portanto, há uma injustiça muito grande em querer atribuir ao próprio indivíduo a responsabilidade por seus méritos.

¹³ É contraditório os números demonstrarem que o desemprego veem aumentando entre os que possuem formação tecnológica, e a Reforma do Ensino Médio realizada em 2016 buscar expandir o ensino técnico e profissionalizante nas escolas do país.

De acordo com o PEA (2014) é crítico o número de jovens entre 15 e 24 anos, que possuem emprego informal: 44,0%, sendo maior ainda entre as mulheres, alcançando o índice de 45,3% (FURTADO, 2016). Observa-se dois problemas presentes aqui: a precariedade do trabalho, presente nesse tipo de emprego e mais uma vez, a discriminação com a mulher que também recebe uma remuneração menor que as dos homens. Nesse sentido, “O emprego precário, “sem carteira assinada” constitui-se na principal forma de inserção dos adolescentes e jovens entre 15 e 19 anos, reduzindo a sua importância a partir dos 20 anos” (BORGES, 2010, p. 12).

Preocupante ainda que muitos jovens não têm consciência de seus direitos trabalhistas nos dias de hoje (2017). Os órgãos do direito do trabalho responsáveis por fiscalizar a contratação de mão-de-obra informal também não conseguem alcançar cobertura completa no país, o que propicia mais a situação irregular em que se encontra quase metade dos jovens trabalhadores no Brasil. É o que ficou demonstrado ainda na pesquisa realizada por Venturini e Torini (2014):

É importante ressaltar que muitos jovens com carteira de trabalho assinada afirmaram, na pesquisa, não saber ou não possuir alguns direitos que, supostamente, estão garantidos por lei. Entre os jovens com carteira de trabalho assinada, 4,5 por cento afirmam não saber ou não possuir férias anuais remuneradas, 13,3 por cento dizem o mesmo no que concerne à licença por enfermidade e quase um terço dos pesquisados (28,8 por cento) afirmam não ter ou desconhecer a existência de contribuição à seguridade social. Se fossem incluídos como trabalhadores com emprego informal aqueles que, mesmo com carteira de trabalho assinada, disseram não conhecer ou não possuir alguns dos direitos trabalhistas citados [...]. (VENTURINI; TORINI, 2014, p. 45).

As consequências dos períodos de maior recessão da economia brasileira, reflete de forma mais dura sobre os jovens. Durante o quadro de recessão econômica analisado em 2015 e no primeiro trimestre de 2016, os índices de desocupação entre os jovens tenderam a crescer mais rapidamente do que a taxa média de desemprego (VENTURINI; TORINI, 2014). Além do desemprego, a juventude brasileira é vítima de sua duração. Em 2011, pesquisa realizada pela PNAD contínua, demonstrou que metade dos jovens desempregados estavam há no mínimo 1 ano em busca de emprego. Além de serem o segmento mais atingido pelo desemprego e pelo maior tempo à procura de trabalho, o jovem também é o grupo de trabalhador sobre o qual mais recai o fenômeno da precarização do trabalho.

2.7 O desemprego entre os jovens no Brasil e na RMS

De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre desse ano (2017) as taxas de desemprego no país bateram recorde: 13,7% (PAMPLONA, 2017). Entretanto, para os jovens entre 18 e 24 anos, esse número é muito maior: 28,7% (G1, 2017). Esse é o pior resultado apontado pela pesquisa, desde que ela foi criada, em 2012 (Pnad Contínua).

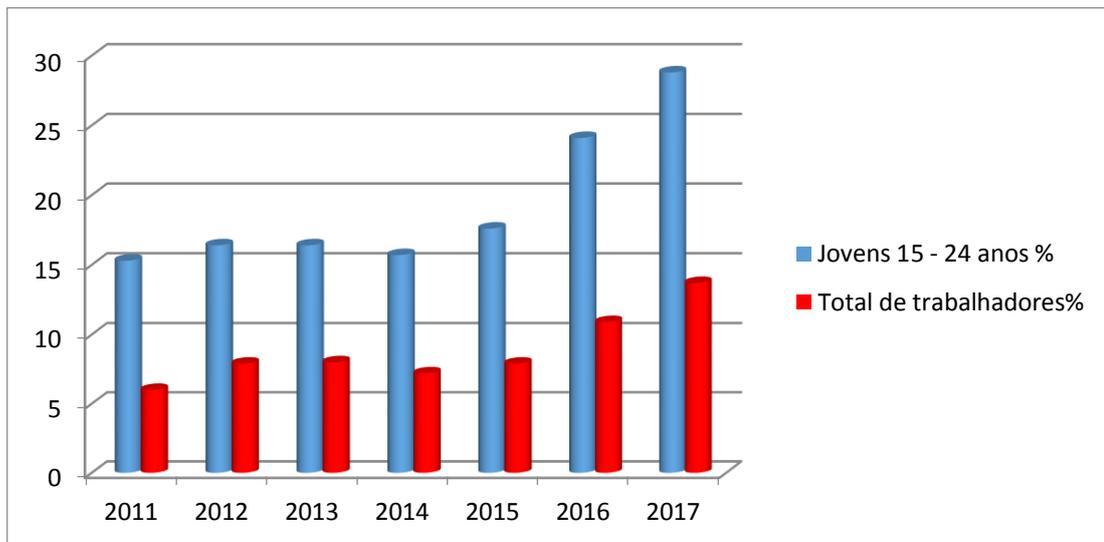
A taxa de desemprego entre a população jovem normalmente gira em torno de duas vezes o valor da taxa total de desocupados. Porém, com o índice de 28,8% o número de jovens desempregados no país ultrapassa o dobro da taxa geral (13,7%) e atinge quase um terço da juventude brasileira. Esse quadro é tão alarmante que não passou despercebido pelas instituições internacionais.

A OIT lançou em novembro de 2017, o relatório: “Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2017”, alertando para os índices de jovens desempregados no mundo: 13% em 2016 e provavelmente fechará um pouco maior em 2017 com 13,1%. Em números absolutos seriam 70,9 milhões de jovens sem trabalho. O texto menciona o Brasil de forma negativa, que se destaca por possuir mais do dobro da média global de jovens desempregados (28,8%). Essa taxa aproxima-se da projeção que a OIT fez, para 2018, dos Estados Árabes, que ocupariam o primeiro lugar no *ranking* mundial: com 29,7% de sua juventude fora do mercado de trabalho (OIT, 2017).

O relatório mostrou ainda que cresceu o número de jovens trabalhando na informalidade, atingindo 76,7% dessa categoria e que o jovem está indo mais em busca de trabalho e de empreendedorismo na direção da internet. A OIT alerta para o perigo que esse modelo de trabalho que deixa o trabalhador sem proteção social.

O gráfico a seguir mostra um paralelo traçado entre o índice total de trabalhadores desempregados no Brasil e os jovens de 15 a 24 anos, faixa etária mais vulnerável ao desemprego, no primeiro trimestre dos últimos anos. Nota-se que as taxas de desemprego para os jovens sempre ultrapassaram o dobro da média geral do país, mesmo nos anos com as menores taxas, como foi no ano de 2011 onde haviam 6% de desempregados no país contra 15,3% de desempregados jovens.

Gráfico 2 - Comparativo Taxa Desemprego (%) no Brasil (2011-2017)



Fonte: IBGE (Pnad contínua).

Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

A partir dessa análise é possível inferir que mesmo nos anos de expansão econômica no país, onde os índices de desemprego eram relativamente baixos, os jovens eram demasiadamente atingidos. Esse segmento acaba “pagando a conta” sempre muito mais alta em relação aos outros grupos etários.

A medida que a faixa etária aumenta, inversamente diminuiu o número de desempregados. Outra constatação importante, é que nos períodos de maior crise econômica, as taxas de desemprego entre os jovens tendem a crescer mais do que a taxa média de desemprego. Além da extensão da taxa de desemprego juvenil, a duração de tempo em busca de trabalho é também uma variável preocupante: “O Brasil figura em primeiro lugar no ranking de desemprego de longa duração entre os jovens, em uma amostra de 32 países” (FURTADO, 2016, p.22).

De acordo com REIS (2014 *apud* FURTADO, 2016, p.22), ao analisar dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, para o período de janeiro de 2003 a maio de 2013, estimou que “[...] após oito trimestres, a probabilidade de os jovens em busca do primeiro emprego ainda se encontrarem desempregados é de 58%. Para os jovens que já trabalharam anteriormente, a probabilidade é de 38%[...]”.

O primeiro emprego é mais difícil para os jovens brasileiros, logo “Três em cada dez jovens que tentam se empregar pela primeira vez ficam nada menos do que cinco

anos desempregados, até encontrarem uma primeira colocação no mercado de trabalho” (FURTADO, 2016, p.24).

O número de desempregados juvenis no Brasil vai oscilar de acordo com algumas variáveis, como já foi demonstrado no capítulo que analisa quem é a juventude brasileira. A etnia, gênero, faixa etária, região onde mora e renda familiar interfere diretamente nas taxas de desocupação entre os jovens. As mulheres, mais jovens, negras e residentes na região Nordeste do país tendem a serem mais atingidas com o desemprego.

De acordo com dados do IBGE (apud REDE BRASIL ATUAL, 2017), no primeiro trimestre de 2017 as taxas de desemprego aumentaram em todas as cinco regiões do país, porém, houve variação nos índices de desocupação entre elas (Gráfico 3).

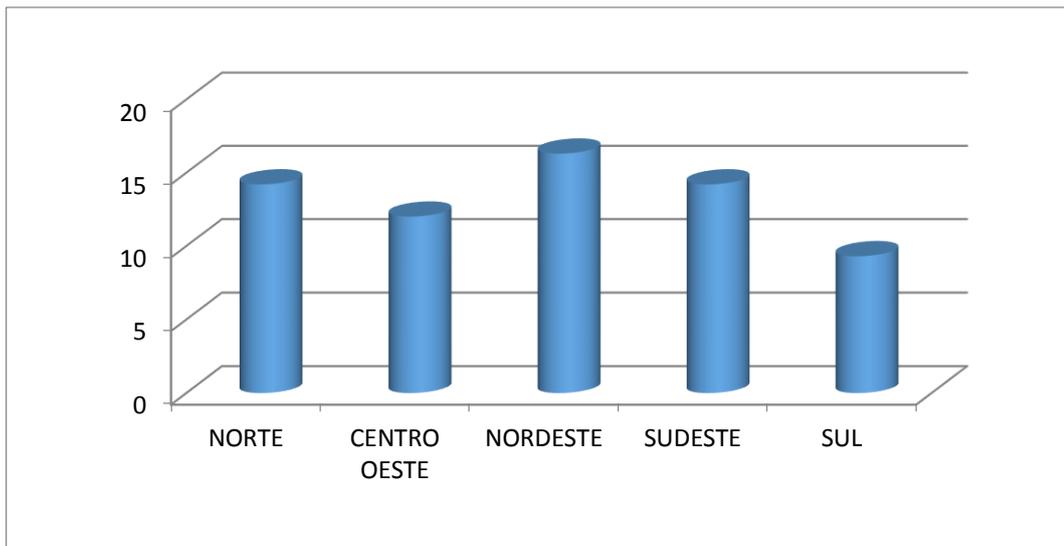
A região Nordeste fechou o primeiro trimestre com 16,3% de pessoas desempregadas. Nas regiões Sudeste e Norte esse número foi de 14,2%, no Centro-Oeste a taxa foi de 12% e na região Sul, de 9,3%. Apesar de todas as regiões terem sofrido um crescimento nas suas taxas de desemprego, a região Nordeste foi a única que iniciou os primeiros meses do ano com uma taxa superior à média nacional, de 13,7% (REDE BRASIL ATUAL, 2017).

Nesse cenário, Bahia é o estado da região Nordeste com o maior número de desempregados: 18,6%, e nesse cenário, a RMS iniciou o ano de 2017 com 25,1% de desempregados, tendo uma pequena queda ao fim dos dois primeiros meses do ano. Assim, no final do mês de fevereiro (2017), o número de desocupados na RMS era de 24,7%.¹⁴ Apesar da diminuição da taxa, ainda é um número alarmante: um quarto da população economicamente ativa da RMS está sem trabalhar. Adiante veremos também que o emprego na capital baiana não é ofertado de maneira uniforme, que a “[...] distribuição desigual da atividade econômica no espaço urbano vai se traduzir na concentração dos empregos formais em algumas regiões, de modo desproporcional à distribuição da população” (BORGES; CARVALHO, 2017, p. 132).

¹⁴ Dados fornecidos pelo DIEESE.

A tímida desaceleração do desemprego vista no início do ano (2017) foi resultado do pequeno aquecimento no mercado de trabalho em decorrência de vagas criadas na alta estação do turismo, aliado aos postos de trabalho relacionados aos festejos do carnaval na capital baiana.

Gráfico 3 - Taxa Desemprego (%) por Região do Brasil no 1º trimestre 2017



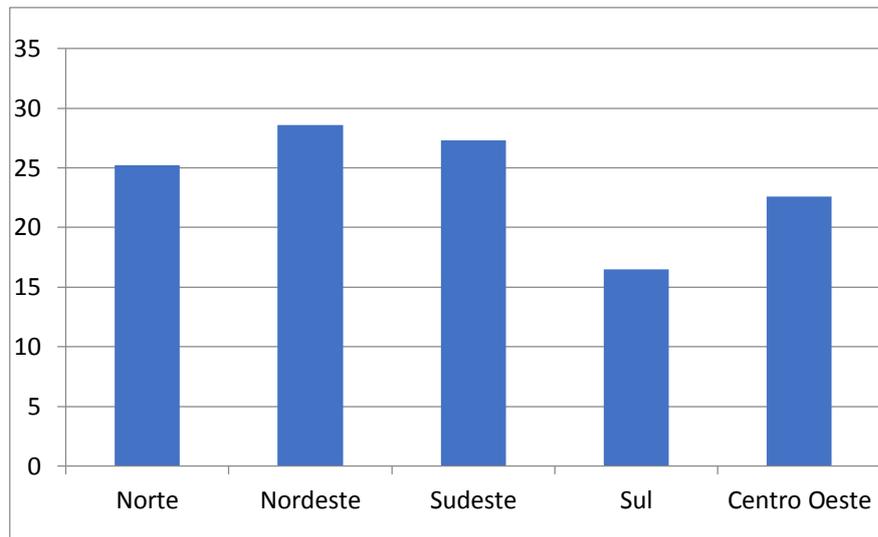
Fonte: REDE BRASIL ATUAL, 2017.
Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

Nesse contexto, é a renda familiar a variável mais relevante na determinação das chances de fixar desemprego: “Os jovens brasileiros oriundos de famílias cuja renda está entre os 20% mais pobres tinham uma taxa de desemprego de 27,4%, contra 8,8% para os jovens de famílias localizadas nos 20% mais ricos”. (FURTADO, 2016, p.24).

Os indicadores de pobreza e desemprego estão imbricados, de tal forma que a região Nordeste do país obteve os maiores índices de desemprego porque, junto com a região Norte, concentra a população mais pobre do Brasil. Estudos publicado em maio de 2016 pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), concluiu que, entre 2004 e 2013, apesar dos índices de pobreza caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema, os principais aspectos ou perfis da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no

meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sendo que a última ocupa o primeiro lugar no *ranking* nacional (ONUBR, 2016).

Gráfico 4 - Taxa de desocupação (%) 18 - 24 anos por Região - 2017



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral
Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

Para a reprodução da estrutura desigual, com a concentração de renda, na medida que o nível de rendimentos é o principal fator determinante para a inserção do jovem no mercado de trabalho, fica mais comum a perpetuação da classe social originária de cada um para as gerações futuras, tornando mais difícil a mobilidade social ascendente.

3 O TRABALHO CONTEXTUALIZADO NO SISTEMA ECONÔMICO E POLÍTICO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Neste capítulo são analisadas as principais transformações do capitalismo no final do século XX, onde a crise do modo de produção fordista e implantação da acumulação flexível geraram impactos importantes para as relações de trabalho e para toda a sociedade. Esse modelo econômico, exigiu o retorno de um Estado liberal que pudesse viabilizar seus interesses. Com a promessa de superar as crises econômicas, as políticas neoliberais foram implantadas, porém não resolveram o problema, levando a questionamentos de autores sobre o porquê da permanência e hegemonia de um modelo fracassado, por mais de trinta anos. As possíveis respostas são comentadas, bem como a busca pelo entendimento das características particulares desse modelo que se tornou uma ideologia e uma tentativa consciente de organizar as ações dos governantes e dos governados.

Em seguida, serão debatidos os impactos das transformações econômicas e políticas das últimas décadas sobre o mercado de trabalho brasileiro, levando em consideração as particularidades do Brasil e sua posição periférica em relação às nações-potências, destacando a aguda crise econômica e política que culminou na retirada da presidente da república em 2016. Neste cenário são feitas críticas ao conjunto de ações neoliberais implantadas pelo novo presidente que resultará num retrocesso de direitos sociais, atingindo os mais pobres e a classe média do país. Por fim, são comparados os índices de desemprego nos períodos de 2011 a 2017, contextualizando-os os momentos políticos e econômicos que corroboraram para as acentuadas diferenças nos períodos mencionados.

3.1 As transformações do capitalismo no final do século XX e início do século XXI

A crise do modo de acumulação fordista iniciada na década de 1970 trouxe profundas transformações para o sistema capitalista. O modelo conheceu seu apogeu após a Segunda Guerra Mundial, mas não conseguiu superar as próprias contradições intrínsecas ao capitalismo. A produção estagnou, a inflação disparou e a tentativa de segurá-la desencadeou uma crise mundial no mercado imobiliário em 1973. Além

disso, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) disparou o preço do petróleo, encadeando um colapso no setor de energia, e conseqüentemente em toda a economia, gerando muito desemprego. Nesse contexto, o capital flexível confrontava-se ao regime de acumulação de capital, e a ideologia neoliberal modificava as formas de gestão, suprimindo direitos sociais conquistados pelos trabalhadores através de sindicatos ativos durante o fordismo (HARVEY, 1993).

Apesar de não ter se desenvolvido de maneira uniforme em todos os países centrais, foi entre 1965 a 1973 que ficou mais clara a impossibilidade do sistema fordista de superar os problemas presentes no capitalismo que, segundo David Harvey (1993), colidiam em uma única palavra: “rigidez”. Assim:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrenchado da classe trabalhadora- o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão, etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. (HARVEY, 1993, p.135).

Em contraposição a essa rigidez do fordismo, surgiu a acumulação flexível, onde os processos de trabalho, os próprios padrões de consumo e a produção foram flexibilizados por completo. A partir desse modelo de acumulação foram criados novos setores de produção, novos mercados, inovações no campo tecnológico, comercial e organizacional. Cresceu o número de empregos no setor de serviços, além de conjuntos industriais em regiões antes subdesenvolvidas (HARVEY, 1993).

A globalização intensificada com o desenvolvimento tecnológico encurtava distâncias, possibilitava a democracia e facilitava a comunicação. Toda essa capacidade de transitar geograficamente pelo espaço e pelo tempo, permitiu ao modo de produção flexível, expandir-se e exercer maior controle sobre o trabalho, segmento que se encontrava enfraquecido pelo crescimento do desemprego gerado pela crise do fordismo. Logo:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical-uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1993, p. 141).

Nesse momento de tantas mudanças trazidas com o novo modelo de acumulação, o mercado de trabalho sofre uma reestruturação significativa. O empregador aproveita-se da grande quantidade de mão-de-obra excedente, aliada a competitividade e a menor margem de lucro que está obtendo para explorar o trabalhador de todas as formas: com contratos mais flexíveis; aumentando a jornada de trabalho nos momentos de maior demanda para depois apenas fazer a compensação de horas nos momentos de menor necessidade para a empresa; submetendo o trabalhador a subcontratação, a trabalhos temporários ou de tempo parcial.

Vale ressaltar que entre todas as perdas para o trabalhador, a redução do emprego de forma regular é a mais devastadora. (BORGES, 2016). Além disso, na acumulação flexível (ou toyotismo) o físico e psique do empregado são “apropriados” pelo empregador, que sabe do poder que o número elevado de desempregados exerce sobre aqueles que estão empregados, funcionando como uma espécie de “ameaça” e pressão para que a eficiência do trabalho seja alcançada sob pena de demissão num mercado onde a oferta é menor que a demanda (ALVES, 2011). Nesse sentido:

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe dos trabalhadores assalariados[...]Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “pró-ativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam [...]. (ALVES, 2011, p.111).

Percebe-se que sob toyotismo, o trabalhador é obrigado a colocar a própria inteligência a disposição do capital, o trabalhador que antes estabelecia uma relação mais “mecânica” com a máquina, agora precisa demonstrar habilidades necessárias ao manuseio de tecnologias da comunicação, intervindo na produção não somente produzindo, mas também “agregando valor” (ALVES, 2011).

Nesse novo modelo de produção, a intervenção estatal para a acumulação de capital permanece¹⁵, mas quando se coloca a favor da proteção dos trabalhadores passa a ser vista como obstáculo ao desenvolvimento do mercado autorregulável. Assim, atendendo aos interesses da economia, o Estado liberal retorna mais intenso e

¹⁵ “Se admitirmos que sempre há “intervenção”, esta é unicamente no sentido de uma ação pela qual o Estado mina os alicerces de sua própria existência, enfraquecendo a missão do serviço público previamente confinada a ele. “Intervencionismo exclusivamente negativo, poderíamos dizer, que nada mais é que a face da política ativa da preparação da retirada do Estado por ele próprio, portanto de um anti-intervencionismo como princípio (DARDOT; LAVAL, 2014, p.15).

repaginado¹⁶: é o neoliberalismo, cujo objetivo fora bem narrado por Ângela Borges (2016):

Desde o final dos anos 1970, com a crise do fordismo, assiste-se ao avanço neoliberal sobre o trabalho e sobre as condições de reprodução da força de trabalho, tendo como horizonte transformar em realidade a ficção de que a força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra, com sua compra e venda sendo decididas no mercado de acordo com a lei da oferta e da procura, sem interferências externas, extraeconômicas – assim consideradas a regulação do Estado e a atuação dos sindicatos [...]. (BORGES, 2016, p. 713).

Os Estados neoliberais sob o poder do capital veem suprimir o papel do Estado social, edificado no século XIX, deixando não apenas as relações de trabalho cada vez mais desprotegidas, mas eliminando serviços públicos antes disponibilizados. Em nome de resolver a crise econômica com a decadência do modelo fordista, o neoliberalismo, foi implantado.

A prioridade do neoliberalismo no mundo capitalista nos anos 80 era deter a inflação dos anos 70 e recuperar os lucros. Nesses aspectos, pode se dizer que o modelo obteve êxito, pelo menos nos países da OCDE, onde a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2% entre os anos 70 e 80, e o lucro das indústrias foi possível as custas da derrota do movimento sindical e restrição salarial (ANDERSON, 1995). Mas essas medidas eram apenas um meio de chegar ao objetivo final: restabelecer as taxas de crescimento econômico, o que não aconteceu, ao contrário:

[...] a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente. (ANDERSON, 1995, p. 6).

Apesar da recuperação de lucros, não houve uma recuperação de investimentos, esse paradoxo, foi fruto da explosão dos mercados de câmbio internacional, onde as transações tornaram-se puramente monetárias, diminuindo o comércio mundial de mercadorias reais. Ademais, os gastos sociais com o desemprego e pensões (com o aumento demográfico da população aposentada) custou bilhões ao Estado de bem-estar social (ANDERSON, 1995).

¹⁶ De acordo com Dardot e Laval, (2014), o neoliberalismo não é “herdeiro natural” do primeiro liberalismo, pois agora este modelo não mais se preocupa nos limites que o governo político deve ter na interferência dos mercados, mas sim, em transformar o mercado no próprio princípio dos governos.

É relevante frisar que “A região do capitalismo mundial que apresenta mais êxitos nos últimos 20 anos é também a menos neoliberal, ou seja, as economias do extremo oriente – Japão, Coréia, Formosa, Cingapura, Malásia” (ANDERSON, 1995, p.12). Sob a ótica da economia, é possível dizer que o neoliberalismo fracassou, desde os primeiros anos da década de 1990. Sendo assim, qual a razão para ele ainda permanecer como modelo hegemônico?

A resposta talvez esteja na no fato de que foi justamente esse modelo de capitalismo que triunfou sobre o comunismo na Europa oriental e sobre a ex-União Soviética de 1989 a 1991, que para sanear suas economias pós-Guerra Fria acaba implantando o neoliberalismo mais intenso que no Ocidente, promovendo desigualdades extremas e empobrecimento de grande parte da população. Assim, pode se inferir que sob a perspectiva social, ideológica e política, o modelo obteve sucesso, pois, conseguiu criar sociedades extremamente desiguais, e acima de tudo disseminou de maneira hegemônica, suas ideias e ações como se fossem a única alternativa a ser seguida (ANDERSON, 1995).

Quase duas décadas depois, novas análises também levam a questionamentos sobre a permanência e predominância dessas “[...] políticas neoliberais que afundam as sociedades e Estados em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves” (DARDOT; LAVAL, 2014, p.15). Os autores ainda indagam sobre a ausência de resistências que efetivamente possam ameaçar a supremacia desse modelo. Para eles, a resposta não se limita aos aspectos negativos do neoliberalismo, mas estaria no fato de que:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos[...].Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. (DARDOT; LAVAL, 2014, p.16).

Desse modo, o neoliberalismo não se limitou a definir as normas da vida das sociedades no aspecto político, econômico e social. Ele alcançou também o aspecto subjetivo dos indivíduos, modificando-os e desenvolvendo novas patologias psíquicas (DARDOT; LAVAL, 2014, p.15).

Nesse contexto, talvez só restasse mesmo ao Estado retomar o seu papel de representante dos interesses das coletividades, e não mais dos “mercados” (ou melhor, da minoria dos ricos que se beneficiam com o neoliberalismo). Caberia a esse Estado estabelecer um governo capaz de criar políticas públicas eficientes para diminuir os efeitos negativos - para o trabalhador e para a sociedade em geral, causadas pelas reestruturações que visam superar as crises econômicas. Ocorre que o Estado é nacional e a economia é internacional (KURZ,1998), portanto, o capital sempre irá buscar formas de derrubar qualquer barreira ou interferência sobre sua movimentação, sobretudo em momentos de crise econômica como aconteceu com a implementação do neoliberalismo buscando solucionar a crise do fordismo na década de 1970.

Assim, o final do século XX e início do século XXI assiste uma enxurrada de privatizações de serviços públicos essenciais oferecidos anteriormente pelo Estado, “[...] abrindo novas frentes de valorização para o capital (educação, saúde, habitação, entre outros), condição para que ele siga, indefinidamente, na sua compulsão à acumulação contínua” (BORGES, 2016, p.1).

Seguindo nessa linha, o neoliberalismo pretende atacar as legislações trabalhistas para reduzir os custos com mão-de-obra e aumentar a exploração do trabalho, por isso o desmonte dos sindicatos é necessário, em particular os que têm mais poder de defesa ao trabalhador. Tirando os sindicatos de cena, a ideia do sistema é dar vazão cada vez maior a livre negociação entre patrões e empregados. Retirando o Estado protetor, com a alterações de leis, a relação de trabalho fica completamente desajustada e desequilibrada, onde o empresário já sai na frente, numa vantagem inalcançada pelo trabalhador. Desse modo:

A liberdade que o neoliberalismo oferece, que soa tão fascinante quando expressa em termos gerais, acaba por significar a liberdade para a elite, não para os peixes pequenos. Liberdade em relação aos sindicatos e à negociação coletiva significa liberdade para reprimir salários. Liberdade em relação da regulamentação significa liberdade de envenenar rios, colocar em risco os trabalhadores, cobrar taxas iníquas de juros e criar instrumentos financeiros exóticos. Ficar livre de impostos significa ficar livre da distribuição de riqueza que tira as pessoas da pobreza. (MONBIOT, 2016, p.4)

O modelo neoliberal pretende também acabar com a previdência pública para dar espaço para a acumulação de capital, que precisa se expandir, e sem previdência estatal que possa garantir proteção social aos trabalhadores, a intenção é aumentar as vendas dos planos de previdência privada. Alguns autores como por exemplo, Robert Kurz (1998), acreditam que o sistema capitalista sob a forma neoliberal está se

movimentando no sentido de eliminar completamente o trabalho, onde o capital passaria a se reproduzir sozinho, afinal, retiraria do processo a “mercadoria” de maior custo e mais subjetiva do processo do trabalho: a força do trabalho.

Verifica-se que seria inconcebível a eliminação do trabalho nas sociedades. O trabalho fundamenta a própria existência humana. Desde que o homem existe, ele trabalha, sem trabalho a própria espécie poderia vir a sucumbir. E a característica do trabalho criativo, definida por Harry Braverman (1987), é o que difere o trabalho movido pelo puro instinto de sobrevivência desenvolvido pelos outros animais- os irracionais- do trabalho humano, iniciado na sua mente, antes mesmo de sua execução.

Para Polanyi (2000) o trabalho é um pilar do sistema capitalista, não podendo ser suprimido, e por isso mesmo é reformulado para se adaptar ao mercado. O autor alerta para as sérias consequências da venda da força de trabalho pode trazer para a sociedade. O trabalho enquanto mercadoria, que o autor considera fictícia, apta a ser vendida, é uma prática nascida na economia de mercado, e por mais autoregulável que o mercado se torne no neoliberalismo, não é possível “desapartar” o sistema econômico da sociedade ou do homem. Como um sistema econômico viveria sem sociedade? Ou melhor, como a força de trabalho pode ser vendida se “[...] trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida (POLANYI, 2000, p. 94).

Isso significa que vender a força de trabalho como uma mercadoria qualquer dentro desse sistema de mercado, é como permitir que o mercado disponha, como bem lhe aprouver, do próprio ser humano, já que esse não pode ser separado da sua força de trabalho:

Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do "homem" ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome” (POLANYI, 2000, p. 95).

Deste modo, a presença do Estado se torna essencial para regular a oferta e demanda dessa mercadoria fictícia denominada “trabalho”, haja visto a indissociabilidade existente entre ele e a própria vida humana.

O trabalho se reformula e se torna cada vez mais explorável para atender aos interesses do capital, e o neoliberalismo é o modelo que possibilita a maior precariedade e degradação do trabalhador, no momento que o Estado se ausenta do seu papel de protetor social, em prol da busca pela superação de mais uma crise econômica, que na verdade são desdobramentos da mesma crise (ANTUNES, 2005). Dessa forma:

Exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido [...] A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do trabalho intelectual no interior das plantas produtivas modernas e o aumento generalizado das formas de trabalho precarizado, desenvolvidos intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, são fortes exemplos da lei do valor, uma vez que é a própria forma assumida pela centralidade assumida pelo trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2005, p. 34).

Assim, a reestruturação produtiva da economia mundial, pautadas nas políticas neoliberais, modificaram intensamente o capitalismo no final do século XX. Essas transformações perduram no início do século XXI e traz consequências devastadoras para o mundo do trabalho e para o trabalhador. Adiante, a análise será sobre as particularidades dessas mudanças no Brasil.

3.2 Impactos das transformações econômicas e políticas no mercado de trabalho no Brasil

No Brasil a implantação sistema fordista, que já estava presente no mundo desde a primeira metade do século XX, chega ao país apenas em meados dos anos 50, materializado se no desenvolvimentismo (industrialização). O modelo ficou concentrado na região sudeste, principalmente na região do ABC paulista, e a industrialização não absorveu a maioria dos trabalhadores, predominando a informalidade e deixando sem proteção previdenciária e descoberta pelas leis trabalhistas, a maior parte de população economicamente ativa. Nos melhores momentos da economia brasileira, com as menores taxas de desemprego de sua história, o país nunca conseguiu ter sequer a metade dos seus trabalhadores com carteira assinada (BORGES, 2016).

Por outro lado, o Estado do Bem-Estar Social também nunca foi estruturado no Brasil como se efetivou nos países desenvolvidos (sobretudo na Europa). O Estado iniciou alguma intervenção na economia, na era Vargas (1930-1945), seguindo no período de ditadura militar, onde alcançou seu apogeu. Ocorre que a parcela da população mais beneficiada pelos investimentos públicos em infraestrutura, nessa fase foram os empresários brasileiros e estrangeiros e parcela reduzida dos trabalhadores, especialmente a classe média. Somente a partir do fim da ditadura e com a promulgação da Constituição de 1988 é que a propagação dos direitos sociais foi vista no país (BORGES, 2016). Segundo Ângela Borges:

A constituição brasileira de 1988 reproduziu a disputa entre projetos de país – que se explicitou com o fim da ditadura- recepcionando as demandas do capital, das elites brasileiras proprietárias, mas também, as demandas reprimidas dos trabalhadores pela construção de um Estado de Bem-Estar e pela superação da exclusão histórica, assegurando direitos sociais universais e colocando o combate à pobreza como obrigação do Estado (BORGES, 2016, p. 716).

O Estado é necessário tanto para tentar amparar o excedente de mão de obra (através da prestação de assistência social), assegurar parte dos custos de reprodução dos trabalhadores subordinados ao capital e atender aos interesses do capital (construindo estradas, por exemplo, para escoar produtos para exportação). A democracia instaurada após o fim da ditadura com a constituição brasileira em 1988, trouxe a expectativa de que a o país fosse finalmente saldar sua dívida social, tão antiga, com as desigualdades e a pobreza extrema¹⁷. Mas o que se viu, na prática, foi uma sucessão de governos democráticos adotando a política neoliberal, na contramão da *desmercantilização* (SINGER, 1977) fundamental para proporcionar o acesso a serviços essenciais de saúde, educação, creches, entre outros, a população pobre.

A crise do fordismo no Brasil ocorre somente na década de 1980, dez anos após entrar em declínio nos países centrais. Assim, a fase do milagre econômico brasileiro esgotou-se no mesmo período em que a ditadura caiu, deixando um cenário de hiperinflação, alta dívida externa e intensa pobreza. É nesse cenário econômico que nasce a constituição de 1988, momento onde o choque de interesses cria embates quanto ao caráter do estado brasileiro (BORGES, 2016).

¹⁷ O Brasil teve a oportunidade de redesenhar a desigualdade social na fase do milagre econômico, denominada de desenvolvimentista, mas não o fez. Segundo Adalberto Cardoso (2016, p.572): “O PIB de 1980, pois, era quinze vezes maior do que o de 1940, um crescimento vertiginoso que não teve equivalência no mundo ocidental”.

Como visto, o modo de acumulação flexível (ou toyotismo) surgiu para tentar superar a crise do fordismo. Nesse modelo econômico, a exploração e controle sobre a força de trabalho intensificam-se, a reestruturação produtiva pauta-se no aumento da produtividade e eficiência exigidos através da qualificação do trabalhador que deverá ser polivalente. As inovações tecnológicas propiciam o desenvolvimento desse tipo de gestão que foi extremamente negativo para o mercado de trabalho, na medida que implementou a terceirização, estimulou o trabalho precário e parcial, gerando grande desemprego. A mobilidade do capital leva indústrias para países subdesenvolvidos, e no Brasil ocorre um processo de desindustrialização, onde indústrias são transferidas da região do ABC paulista para cidades e regiões onde há redução de impostos, incentivos fiscais e mão-de-obra mais barata, com menor organização e menor força sindical como, por exemplo, interior do Nordeste. Ideologicamente, o modo de acumulação flexível adota o neoliberalismo como necessário ao sucesso do modelo. No Brasil, é na década de 1990 que as políticas neoliberais se expandem com mais intensidade (BORGES, 2016).

A inflação é vencida a partir de 1994, com o plano de estabilização monetária, mas isso não apontou para o retorno do desenvolvimento econômico dentro dos padrões seguidos pelo país desde os anos 40, que configuraram o nacional-desenvolvimentismo. Pelo contrário, o neoliberalismo mais acentuado propiciou um verdadeiro desmonte do Estado (por meio das privatizações), reduzindo assim, consideravelmente, o seu tamanho. O Brasil estava sob o governo de Fernando Henrique Cardoso de Melo (1995-2002) que seguia o projeto neoliberal iniciado pelo seu antecessor, o ex-presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992). O sucesso do controle inflacionário com a estabilização da moeda a partir do Plano Real, é inegável. Porém, as sequelas deixadas por esse controle inflacionário foram graves, entre elas, a elevação do desemprego no país, especialização regressiva do parque produtivo e o aumento de quase 100% da dívida pública. A crise econômica desse momento, aliada a falta de interesse da ideologia neoliberal, não buscou alimentar o Estado Social, deixando as pessoas mais vulneráveis no país, entregues à própria sorte (BORGES, 2016).

Como as políticas neoliberais visam atender os interesses do modo de acumulação flexível no Brasil (1990-2002), e dos segmentos dominantes do capital nacional e internacional, comandados pelas finanças, a reestruturação produtiva desse período acabou atacando o trabalho por todos os lados: reduzindo a interferência do Estado,

que levaram às privatizações ou concessões de empresas públicas, reduzindo postos de trabalhos, “[...] destruindo grande parte dos melhores empregos no país (aqueles existentes no setor produtivo estatal e nos serviços públicos)” (BORGES, 2016). Do outro lado, a terceirização expandia-se não somente por todo setor privado, mas também no setor público, sendo responsável pelos menores rendimentos, sem benefícios, pela redução de postos de trabalhos, pelo enfraquecimento de sindicatos e pela precarização do trabalho trazida por essa nova forma de contrato de trabalho indireto.

Nesse contexto, ressurgiu um fenômeno antigo (da década de 1980): a migração. O desemprego levou muitos jovens qualificados a migrarem para outras cidades e estados do país e mesmo para outros países, em busca de oportunidade de trabalho. A crise econômica mundial, somada a prática neoliberal adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, mais as perdas sociais para os trabalhadores, inclusive agravadas por mudanças na previdência, resultou na suspensão de apoio político ao ex-presidente, que enfrentou grande resistência por trabalhadores e sindicatos lutando para manter os direitos da CLT e da previdência pública.

Em 2004, já sob o governo do ex-presidente Lula, o Brasil adentra numa nova etapa de desenvolvimento econômico e social iniciada na década 2000. Pela primeira vez na história do país, representantes do segmento dos trabalhadores ocupavam cargos de destaque na política nacional. O modelo neoliberal não desapareceu, mas seu avanço foi contido e o país direcionado para uma nova etapa de políticas desenvolvimentistas garantidas pela participação forte do Estado, resultando em “[...] mudanças importantes na política social e do trabalho, as quais contribuíram decisivamente para o desempenho macroeconômico” (BORGES, 2016, p.723).

Vale ressaltar que Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) denomina o período desta primeira década dos anos 2000, apenas como “pós-liberal”, onde o Brasil passava por um momento de transição onde o Estado retoma sua participação, mas sem a presença de políticas que justifique considerar essa fase de desenvolvimento pós anos 2000 de retomada do *desenvolvimentismo*, como afirmam muitos autores (CESIT, 2014).

De qualquer maneira, independente do rótulo utilizado, é inquestionável as diferenças entre dois panoramas políticos e econômicos descritos acima. Em números, observa-se que no período de 1994 -2003, a média de taxa de crescimento do PIB

era de apenas 2,5% subindo para 3,5% a média do período de 2004-2013. Vale destacar que a crise econômica de 2008 freou esse ritmo de crescimento, enquanto que em 2010 o PIB obteve um crescimento extraordinário de 7,5%. Em 2011 o crescimento econômico foi de apenas 1,0%, indicando assim um declínio que desembocou na grave crise econômica de 2014 que permanece até os dias atuais (2017), levando o país a números de retração de crescimento econômico. No quarto trimestre do ano de 2016, o PIB retraiu 0,9% em relação ao trimestre anterior, sendo o oitavo trimestre seguido de retração. O que significa dizer, que nos anos de 2015 e 2016 o Brasil teve seu PIB retraído a cada novo trimestre em comparação ao trimestre anterior (CESIT, 2014).

A criação de políticas sociais modifica a conjuntura social do país, no período de 2004-2013. As políticas públicas desenvolvidas no governo do ex-presidente Lula, num cenário de estabilidade econômica, levaram as taxas de desemprego ao declínio. De acordo com o IBGE, em 2003 a taxa de desemprego fechou com a média de 12,4% contra 5,4% em 2013. Taxas muito distantes da atual (2017) de 13,3%, registrada no primeiro trimestre do referido ano. A trajetória de queda ininterrupta do desemprego durante esses dez anos (2003-2013) refletiu na diminuição da pobreza no Brasil (CESIT, 2014).

Pela primeira vez na história do Brasil, no período em tela (2004-2013), políticas sociais são efetivadas com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais tão historicamente enraizadas no país. Essa evolução é evidenciada pelos dados do IBGE, trazendo que entre 1997 e 2012, a taxa de aumento de 11,3 percentuais no surgimento de trabalhos assalariados formais abrangeu mais os negros e pardos. Os gastos com as despesas públicas de 19,2% do PIB em 1995, saltaram para 25,2% em 2010. Esse aumento expressivo de 4,1 pontos percentuais em dezesseis anos, está muito ligado ao aumento real do salário mínimo, que de acordo com, o IBGE, de 2003-2013 teve um crescimento real de 94,6% em moeda nacional (CESIT, 2014). Assim:

Graças ao avanço da formalização das relações de trabalho, ao crescimento do emprego, aos **ganhos dos salários dos trabalhadores** e à política de simplificação e incentivo à bancarização, o crédito ao consumo – em especial para bens duráveis – e o crédito imobiliário cresceram fortemente desde 2002, amplificando os efeitos de expansão da renda sobre a demanda, primeiramente via consumo e, de forma indireta, via investimento. (CESIT, 2014, p.18, grifos nosso).

Só a participação do Estado pode regular e equilibrar a relação entre o trabalho e o capital. A análise do período de 2003-2014 deixa evidente que a intervenção do Estado coordenando o processo de desenvolvimento econômico no Brasil possibilitou políticas sociais de inclusão para as camadas mais pobres do Brasil, reduzindo o desemprego e ampliando a capacidade de consumo com a concessão de crédito ao consumidor, aliadas a valorização do salário mínimo¹⁸, e ao desenvolvimento de outras políticas que estimularam o crescimento das indústrias, comércio e serviços, razão que contribuiu para o aquecimento do mercado de trabalho nesses setores por todo país. Nesse sentido:

Essa dimensão desenvolvimentista da política econômica dialogava diretamente com o novo paradigma das políticas sociais, voltado para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades, combinando políticas universais com um amplo leque de políticas localizadas de combate à pobreza, voltadas para o combate à fome, à pobreza extrema, para a inclusão da metade mais pobre da população brasileira no mercado consumidor e para a ampliação do acesso a serviços básicos, como água, energia elétrica, telefonia, educação e saúde. (BORGES, 2016, p. 724).

Ainda de acordo com Ângela Borges (2016), partir de 2003 a mudança do mercado de trabalho no país foi o resultado da adoção de políticas ativas de trabalho e renda pelos petistas aliada ao período favorável do ciclo de expansão das *commodities*. Programas de incentivo a geração de renda foram criados, entre eles, destacam-se: o MEI (microempreendedor individual); o PRONAF (o programa de apoio à agricultura familiar) e a política nacional de economia solidária. Os três programas beneficiaram milhões de trabalhadores. Na área social, destaca-se o programa do Bolsa Família, uma política de transferência condicionada de renda, que apesar dos dados trazidos por IVO (2008) de que “um estudo do Ibase (2008, p.8-9) revela que, em 2007, apenas 16,9% dos beneficiários do Bolsa Família encontravam-se em segurança alimentar” (IVO, 2008, p. 197), é inegável a colaboração para o orçamento familiar, proporcionado pelo programa que atingiu ampla cobertura do segmento de extrema pobreza no país.

Por outro lado, Filgueiras e Pinto (2003), afirmam que ao assumir o país, Governo Lula manteve as mesmas políticas econômicas implementadas e executadas

¹⁸ Não apenas os trabalhadores da ativa foram beneficiados pelos ganhos reais do salário-mínimo, mas a partir do momento que se tornou piso constitucional da Seguridade, esse benefício atingiu também os trabalhadores aposentados e seus dependentes.

durante o Governo do antecessor FHC (Fernando Henrique Cardoso). Os autores argumentam que o discurso de mudança proferidos na gestão do ex-presidente Lula, não condiz com a continuidade das práticas liberais de seu governo (iniciadas no país desde o governo de Fernando Collor de Melo na década de 1990) e que a melhoria dos indicadores econômicos no Brasil no primeiro quadrimestre do governo Lula (gestão de 2002-2006) estava relacionada a três principais razões:

1- A invasão do Iraque, ao aumentar a instabilidade política e agudizar as incertezas econômicas, desencadeou um movimento de antecipação de importações por parte de parceiros comerciais brasileiros, (...) Com isso, as exportações, que já vinham crescendo desde o segundo semestre de 2002 – em virtude da desvalorização cambial - deram um salto, implicando um grande aumento no saldo da balança comercial nos primeiros meses do Governo Lula; 2- A revalorização do real - motivada pelo melhor desempenho da balança comercial e pela entrada de capitais especulativos (...) 3- A sinalização firme, por parte do Governo Lula, da manutenção da mesma política econômica adotada durante os oito anos dos Governos FHC - (...) -, propiciou uma onda de menor desconfiança por parte dos investidores. A consequência se fez sentir, como já se viu, na queda do risco Brasil, na revalorização dos títulos da dívida externa e no retorno de capitais especulativos, atraídos pelas elevadas taxas de juros praticadas no Brasil, comparativamente a outros países. (FILGUEIRAS; PINTO, 2003, p. 12-13).

Entende-se com isso que desde a implantação do plano Real no Brasil (1994), têm-se intensificado dois problemas estruturais da economia brasileira: a fragilidade financeira das finanças públicas, e a vulnerabilidade externa do país. Em cada governo, esses problemas podem ser amenizados ou agravados. A gestão do governo do PT, apesar de não ter realizado mudanças estruturais na economia do país, a ponto de resolver os graves problemas existentes, ao menos promoveu melhoras significativas no país, conforme já demonstrado aqui.

Conclui-se que a economia brasileira passou por relevantes transformações nos últimos vinte anos: viveu tempos gloriosos de expansão na primeira década do século XXI, mas perdeu sua força com a crise financeira de 2008, que reduziu o (BORGES, 2016) preços das *commodities*, exigindo do governo adoção de medidas que permitissem a permanência ao ciclo de consumos duráveis. Do lado da produção, há uma retração do setor industrial nos últimos anos devido a entrada da concorrência de produtos importados no país, gerando desemprego no setor. Nesses dois momentos econômicos, discorridos acima, o posicionamento do Estado, ora seguindo a cartilha do modelo neoliberal, e em seguida caminhando em direção ao modelo desenvolvimentista é crucial para o país atravessar as crises econômicas amenizando suas

consequências para o desenvolvimento social do país, principalmente para o segmento mais vulnerável da sociedade, que são os primeiros a perder seus empregos ou ter que se submeter a precarização do trabalho.

3.3 Reflexos do esgotamento do ciclo econômico, ajustes ultraliberais e reformas políticas para o mercado de trabalho no Brasil

A grave crise econômica pôs fim ao período de desenvolvimento econômico em 2013, e fez com que o partido dos trabalhadores perdesse a base de apoio política que tinham dos capitalistas, apesar destes terem sido tão beneficiados pelo ciclo em expansão. Já o segmento dos trabalhadores e de indivíduos mais pobres, apesar de tão favorecidos pelas políticas sociais e de renda do governo petista, deixaram de defendê-lo por falta de consciência política e de informações sobre os acontecimentos econômicos e políticos do país, sendo manipulados pela mídia¹⁹ ou por líderes de religiões evangélicas. Assim, com a desinformação, e principalmente a despolitização predominando, a classe trabalhadora atribuía a melhoria da qualidade de suas vidas, a geração de empregos e o aumento de renda (que a levou ter o acesso ao consumo de produtos e serviços nunca imaginados antes), ao crescimento econômico do país, aos seus próprios méritos ou até mesmo a pura providência divina.

Como consequência dessa crise, agravada ainda mais em 2015, os capitalistas neoliberais articulados aos interesses de políticos conservadores, se uniram para retirar, através de um golpe, a então presidente eleita em 2014 pelo partido dos trabalhadores, Dilma Rousseff. De acordo com Ângela Borges (2016), o golpe de Estado parlamentar, judicial e midiático, que depôs a ex-presidente em 2014, foi resultado tanto de interesses nacionais quanto internacionais (conveniência geopolítica dos Estados Unidos).

A transição não-democrática do governo da ex-presidente Dilma Rousseff para o presidente Michael Temer, interferiu negativamente na economia do país. Ao assumir a presidência do país, ainda que interinamente, em maio de 2016, Michael Temer

¹⁹ A mídia brasileira é controlada por uma oligarquia capitalista ultraliberal interessada em depor a ex-presidente Dilma Rousseff em 2014, e substituí-la por quem fosse aplicar as políticas neoliberais que os beneficiassem, e para tanto seria necessário realizar inúmeras reformas, entre elas, a reforma trabalhista cujo impacto negativo para os trabalhadores foi devastador.

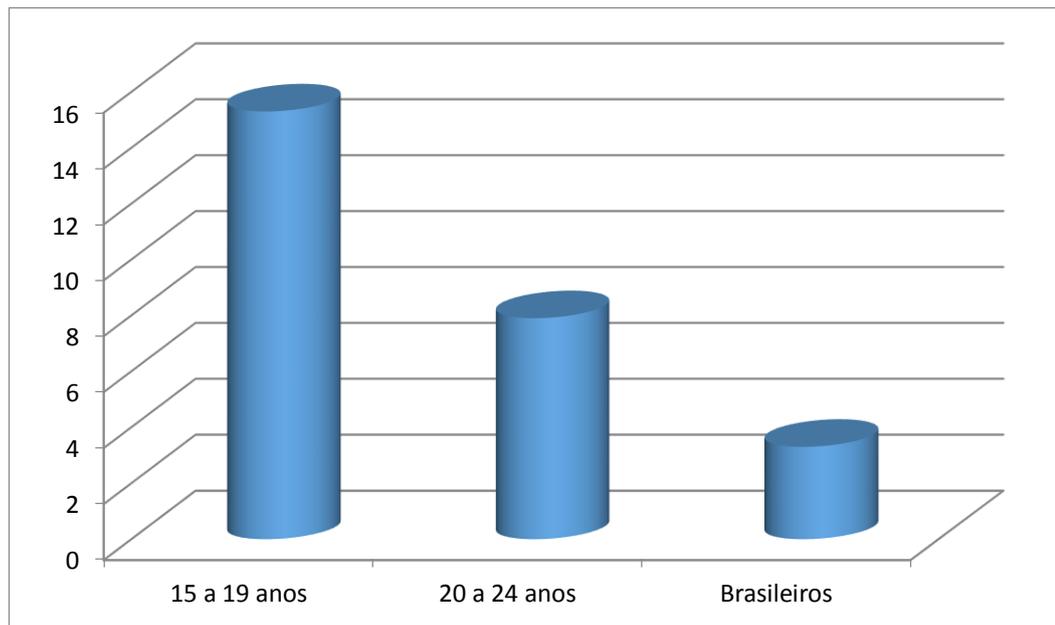
impõem rígidos ajustes fiscais que corroboram ainda mais para a estagnação econômica em 2014 (0,1) e para a recessão em 2015 (-3,8) (BORGES, 2016b). Diante deste cenário de aguda crise econômica e política, um conjunto de reformas são agendadas como parte das medidas neoliberais, entre elas: as privatizações, a reforma da previdência, a terceirização, o congelamento do gasto público por 20 anos, a reforma trabalhista, a redefinição do marco regulatório do Pré-sal, entre outras.

De acordo com Monbiot (2016), as crises neoliberais acabam virando desculpas convenientes para o governo terminar de privatizar os serviços que ainda restam, suprimir mais as redes de proteção social, desregular corporações e “re-regular” os cidadãos. Pior que essas medidas é a crise política causada pelo neoliberalismo na medida em que reduz a participação do Estado, diminui também a possibilidade de mudança através do voto. Nesse cenário, é urgente lembrar que a filosofia neoliberal surgiu “[...] como tentativa consciente de remodelar a vida humana e mudar o *locus* de poder” (MONBIOT, 2016, p.1), embora tenha tornado tão penetrante que pouco o reconhecem enquanto ideologia.

O gráfico a seguir mostra o recuo da renda dos brasileiros fazendo um comparativo entre os anos de 2015 até 2017, demonstrando como a crise política e ajustes implementados por Temer logo no primeiro ano do seu governo ilegítimo, contribuíram para a piora da economia no país. Observa-se que do primeiro trimestre de 2015 até o primeiro trimestre de 2017, os brasileiros tiveram um recuo em suas rendas de 3,3%. Já as perdas de rendimento entre os jovens foram excessivamente maiores. No grupo de 20 a 24 anos, o recuo foi de 7,9%, mais do dobro da taxa total de recuo dos brasileiros. Mas quando analisamos o grupo etário mais vulnerável de jovens entre 15 e 19 anos, é apavorante o resultado: eles tiveram um recuo de renda de 15,3%, ou seja, de cinco vezes maior que o recuo de rendimentos do total de brasileiros. Esses resultados refletem o aumento das taxas de desemprego entre esses grupos, que serão avaliadas melhor mais adiante.

Nesse contexto, um conjunto de medidas são implementadas para tentar criar um cenário propício tanto para o capital produtivo quanto para os empresários. Aos primeiros seria garantido a redução de custos através da reforma trabalhistas e da expansão da terceirização, enquanto que para os segundos o objetivo das medidas seria assegurar a rentabilidade por meio da redução dos gastos públicos e da reforma da previdência. (BORGES, 2016).

Gráfico 5 - Recuo de Renda - Período: 1º Trimestre 2015 para 1º Trimestre 2017



Fonte: IBGE
Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

Essa nova fase do neoliberalismo, propõe projetos que não se limita mais ao plano econômico e político, mas também ideológico e social²⁰. O objetivo agora se expressa na ideia de derrubar qualquer barreira na exploração do trabalho até chegar a própria extinção do direito do trabalho. Ademais, a reforma tolhe perspectivas de trabalhadores futuros, (os jovens) que terão poucas chances de se aposentar ou até mesmo de construir ou desenvolver uma carreira profissional.

Com a retirada de direitos e desmonte das políticas sociais, o plano seria: diminuir o tamanho do Estado no que se refere a implementação de políticas públicas, particularmente em setores da saúde e educação, possibilitando assim expansão da iniciativa privada, por meio das privatizações, como a Caixa Econômica, Petrobrás e Universidades Públicas, por exemplo. A partir do momento em que há um encolhimento do Estado, a redução da carga tributária se torna possível, atendendo os interesses de empresários.

²⁰ "A ideologia afirma que impostos e regulação deveriam ser reduzidos; serviços públicos, privatizados. A organização do trabalho e a negociação coletiva pelos sindicatos são retratadas como distorções do mercado, que impedem a formação de uma hierarquia natural entre vencedores e perdedores" (MON-BIOT, 2016, p.2)

Para esse plano do *novo neoliberalismo* lograr êxito, primeiro o governo do presidente Michael Temer estabeleceu um NRF (Novo Regime Fiscal), onde conseguiu a aprovação da PEC 241, em dezembro de 2016, limitando os gastos públicos por 20 anos. Essa medida é extremamente grave, pois de acordo com a lei, esses gastos ficam limitados ao teto da inflação, o que na prática, não teria aumento real, ficando congelado por 20 anos. Assim:

Já no primeiro ano de vigência, o NRF imporá uma redução significativa de recursos à política de assistência social. O teto estimado para o MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) garantirá apenas R\$ 79 bilhões ao invés dos R\$ 85 bilhões necessários para fazer frente às responsabilidades socioprotetivas, ou seja, uma redução de 8%. Estas perdas tenderão a aumentar de maneira progressiva, alcançando 54% em 2036. Em outros termos, para fazer frente à oferta de serviços e benefícios que correspondem à política atual, em 20 anos a política de assistência social contaria com menos da metade dos recursos que seriam necessários para garantir a manutenção das ofertas nos padrões atuais. Em termos de valores, nas próximas duas décadas, com a vigência do NRF, as perdas para o financiamento da política de assistência social totalizarão R\$ 868 bilhões. Em termos de proporção do PIB, a adoção da nova regra produziria, em 20 anos, a regressão da participação dos gastos com as políticas assistenciais a patamares inferiores ao observado em 2006 (0,89%), passando de 1,26% em 2015 para 0,70% em 2036. (PAIVA et al., 2016, p.4).

Esses dados²¹ são uma projeção do resultado do congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais e demonstram que o novo regime fiscal atua na contramão da busca por redução das desigualdades sociais no país. Além disso, essa medida pode implicar na interrupção de serviços sociais vigentes e no impedimento do Estado ter a capacidade de garantir uma renda mínima que assegure a sobrevivência de famílias pobres em situações de graves crises econômicas.

Na hipótese do teto dos gastos públicos ser descumprido, o salário mínimo não poderá ser reajustado acima da inflação, o que levaria a uma perda e retrocesso absoluto do valor de real desse salário que é a fonte de sobrevivência de milhões de brasileiros. Além disso, o governo federal impôs como punição para os órgãos da união que não obedecerem ao limite dos gastos sansões que atingirão diretamente o trabalhador: proibição de aumento dos salários do servidor durante o ano seguinte ao exercício dos gastos extrapolados, de abrir concurso público, de reestruturar planos de carreiras ou ainda de criar novos cargos.

Para diminuir o poder de interferência do Estado, o projeto neoliberal buscou enxugar seus recursos. Ocorre que a diminuição dos gastos com a PEC 241 atinge

²¹ Esses dados foram publicados pelo IPEA, em setembro de 2016 (PAIVA et al., 2016).

as classes sociais mais baixas que dependem dos serviços oferecidos pelo Estado como saúde e educação, piorando a qualidade de vida de muitos cidadãos, além de elevar a desigualdade social que já tinha recuado no país. Assim, fica evidente que a ideia por trás do discurso de conter as contas deficitárias do governo é desestruturar de vez a possibilidade de desenvolvimento do Estado do Bem-estar social lançado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e de assegurar a capacidade do Estado brasileiro seguir transferindo o excedente para o capital financeiro através do mecanismo dívida pública.

No dia 11 de julho de 2017, o governo brasileiro, continuou a pôr em prática o novo modelo neoliberal e aprovou a reforma trabalhista (Lei 13.467), que já nasceu inconstitucional, posto confrontar dispositivos fundamentais da Constituição Federal de 1988 e da própria Consolidação das Leis do Trabalho. Assim:

A regulação consolidada em 1943 pela CLT, publicada no dia 1º de maio de 1943 para vigor a partir de novembro daquele ano, culminou com a Constituição de 1988, que elevou os direitos dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais. (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.12).

Essas reformas são ilegítimas, porque além de não terem sido amplamente discutidas por todos os setores interessados, o Brasil vive a pior crise política da sua história democrática, com um governo rejeitado quase que por unanimidade da sua população. Além disso, a ilegitimidade ocorre porque os membros do poder legislativo que se encontram no congresso não foram eleitos para discussões desse tipo. Para Zizek:

Esse eterno casamento entre a democracia e o capitalismo está prestes ao divórcio. Isto é dizer que as formas mais eficientes do capitalismo hoje, Singapura, Malásia, China. Este é um capitalismo cada vez mais dinâmico, produtivo, destrutivo, no sentido do movimento capitalista. Então, o capitalismo funciona perfeitamente sem a democracia. (ZIZEK, 2011, p.1).

Nesse sentido, a reforma trabalhista incorporou quase todas (95%) as sugestões de mudanças sugeridas pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), o que deixou claro que ela é o resultado de uma ação de classe, servindo exclusivamente aos interesses do empresariado.

A proteção social tão duramente construída no Brasil é reduzida consideravelmente a partir das aprovações das reformas. Apesar de ter sido criada durante o governo fascista de Getúlio Vargas, a CLT foi apropriada pelos trabalhadores nas décadas seguintes e a partir de muitas lutas incorporou o significado de proteção social,

reafirmado em definitivo com a Constituição Federal de 1988. Por outro lado, argumentos trazidos pelos que defendem a reforma trabalhista são frágeis, como por exemplo a ideia de que a Consolidação das leis trabalhistas são obsoletas e não acompanharam o desenvolvimento econômico da modernidade. Ocorre que a CLT foi alterada historicamente através de emendas constitucionais, decretos, leis e medidas provisórias, a sua maioria (75%) modificada através de legisladores constituintes (GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP, 2017).

De acordo com a CESIT, o argumento dos defensores da reforma trabalhista foi de que a Justiça do Trabalho eliminou a negociação direta entre empregados e empregadores. Entretanto, o modelo brasileiro é bifronte, o que significa que as negociações coletivas sempre existiram, porém, balizadas por um parâmetro mínimo garantido pela constituição e necessário para equilibrar as relações de trabalho, assim como é indispensável a regulamentação do Estado para outros tipos de conflitos sociais. Ao se retirar esse patamar mínimo de legal proporcionado pela lei, provavelmente se instalará um cenário de injustiças sociais e desigualdades, posto que as partes a negociar livremente já se encontram em lugares distintos, o empregador é o dono dos meios de produção e o empregado apenas possui sua força de trabalho para negociar num contexto de elevado índice de desemprego como elemento coercitivo eficaz, afinal, o medo de desempregar-se e demorar a conseguir novo emprego acaba influenciando no poder de negociação do trabalhador. Sobre essa questão, o dossiê sobre a reforma trabalhista traz que:

Ao contrário de soluções baseadas em acordos privados, as ações e decisões das instituições públicas dão lugar a regras públicas visíveis, que podem ser contestadas por ambas as partes do conflito trabalhista, dinamizando as relações de trabalho e alimentando o debate que deve caracterizar uma sociedade democrática. (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.17).

Os idealizadores da reforma buscaram também dificultar o acesso do trabalhador a justiça do trabalho, desrespeitando princípios fundamentais ao processo do trabalho, como o da gratuidade, além de estabelecer regras à interpretação de juízes, levando-os ao risco de se tornarem meros agentes de homologação de acordos extrajudiciais.

É mister ainda trazer ao debate um dos argumentos mais difundidos pelas mídias alienantes para a população: a ideia de que a reforma trabalhista iria gerar mais empregos, já que esses são comprometidos pelos direitos sociais e impulsionados

pela autorregulação dos mercados. Sobre deixar o mercado agir por si só, Paul Singer (1977, p.124) trouxe uma contribuição ao debate ao mencionar que “[...] a tese de Marx é que o capital, deixado a si próprio, tende a negar ao trabalhador os elementos essenciais – tanto em termos de salário real quanto de tempo livre próprio e de seus familiares – à sua sobrevivência e à sua reposição”

Já foi demonstrado aqui neste estudo, diferentes contextos históricos do Brasil, onde, a depender do momento de expansão ou retração da economia- aliado ao tipo de política adotada pela gestão pública, postos de trabalho²² foram criados (e as taxas de desemprego reduzidas) ou, ao contrário, de momentos onde houveram o aumento do desemprego. Ambos os momentos vividos no país estavam submetidos a mesma legislação trabalhista, deixando evidente que as causas do desemprego ou geração de postos de trabalho não se encontram na CLT. Nesse caminho, KURZ (1995) afirma que: “Por isso, também o problema social do desemprego pode ser mais ou menos regulado, em última instância, somente através de intervenções do Estado” (KURZ, 1995, p.3),

Logo, na contramão do Estado de proteção social, “[...] o objetivo da reforma é eliminar os entraves que a regulação pública do trabalho coloca à exploração capitalista, o que acarretará a expansão da precarização, o aumento da vulnerabilidade, da insegurança, da desproteção” (GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.20). Para os empresários, a produtividade só logrará êxito se custos foram cortados, especificamente o custo da mão-de-obra e incrementos salariais. Por isso verifica-se o aumento de um fenômeno muito prejudicial ao trabalhador: a sua demissão para contratação de um substituto com salário menor, para desempenhar a mesma função ou pior, para realizar mais tarefas que o empregado antecessor.²³

A reforma trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017, sem muita resistência por parte dos trabalhadores. Com ela veio o anúncio do fim dos direitos trabalhistas e da própria justiça do trabalho. Se antes da reforma, os jovens já eram o segmento mais atingidos pela precariedade do trabalho, pelo desemprego e

²² De acordo com a RAIS, DEC nº 76.900/75MTB, entre 2003 e 2014 foram gerados 20.887.597 postos de trabalho no Brasil.

²³ “Dados para 2016, extraídos do CAGED, comparam os salários médios dos admitidos e desligados naquele ano para um conjunto de atividades econômicas. Os resultados apontam para uma redução de 13% na remuneração média do trabalhador contratado, quando comparado aos desligados” (GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP, 2017, p.26).

pela informalidade, a previsão para o futuro agora é a pior possível. Todos os trabalhadores serão atingidos pelo aumento de desemprego, extinção de postos de trabalho, bem como sua precarização, aumento da informalidade, bloqueio do acesso à justiça, excessiva exploração do trabalho, e supremacia do negociado sobre o legislado, como se em cada lado da balança estivesse segmentos com forças equiparadas, entre outros.

Toda essa avalanche de retrocesso aos direitos trabalhistas, ganham dimensão maior quando o país é o Brasil, marcado por uma das sociedades mais autoritárias e desiguais do ocidente, com fortes traços ainda presentes da escravidão que leva a desvalorização do trabalho, particularmente do trabalho mais simples, braçal ou semi-qualificado (BORGES, 2017, p.738). Se a oligarquia que detém o poder no país possui raízes na escravidão, (o Brasil nasce na colônia de exploração) e o presidente Temer representa justamente a modernidade oligárquica, enquanto os atores sociais que cumprem de sua ideologia estiverem no comando do país, o que se poderá esperar é a continuidade desse retrocesso, assim como a aprovação (por ora suspensa pela ministra do STF) da portaria que desconstrói a condição de trabalho análogo ao escravo, proposta advinda, principalmente da bancada ruralista que ocupa o congresso nacional e defendeu a mudança em prol de seus próprios interesses. Esse episódio na história do Brasil, da atuação de ruralistas no cenário político exclusivamente para defender seus interesses, remete-nos a inúmeros outros incidentes do mesmo sentido, como os exemplos o trazido por CARDOSO (2010), dando a impressão de que o tempo não passou e parte do *modus operandi* do curso da história desse país, permanece iguais aos da época de sua colonização:

[...] os senhores de engenho de Pernambuco eram também deputados federais, governadores, prefeitos e altos gerentes da máquina estatal, inclusive policial. Os legisladores paulistas que decidiram pela imigração estrangeira, eram, em boa parte, senhores de terra, e mesmo os gestores do Império do Rio de Janeiro eram oriundos da elite agrária de suas províncias de origem [...]. Mas o principal se mantém: a marca das relações sociais até finais do século XIX, com heranças evidentes no século XX, foi a privatização dos mecanismos de controle social, com o Estado funcionando como aliado subsidiário do *pater* famílias proprietários de escravo no disciplinamento de sua “mercadoria”. (CARDOSO, 2010, p. 67).

Levando-se em consideração que a maior parte dos trabalhadores super explorados hoje (2017) são negros e pobres, descendentes dos escravos de outrora, o que a bancada ruralista propôs com a defesa do fim da possibilidade de se considerar

algumas situações de trabalho como sendo análogas ao trabalho escravo foi justamente liberdade para dispor de seus trabalhadores como melhor lhes convier, ou seja, dispor do grupo social hoje (2017) que equivale aos que eram “as mercadorias” (escravos) de seus antepassados. A herança dos bens patrimoniais dos grandes latifundiários do Brasil, veem acompanhada de outro tipo de herança: o modo de agir em defesa de seus interesses.

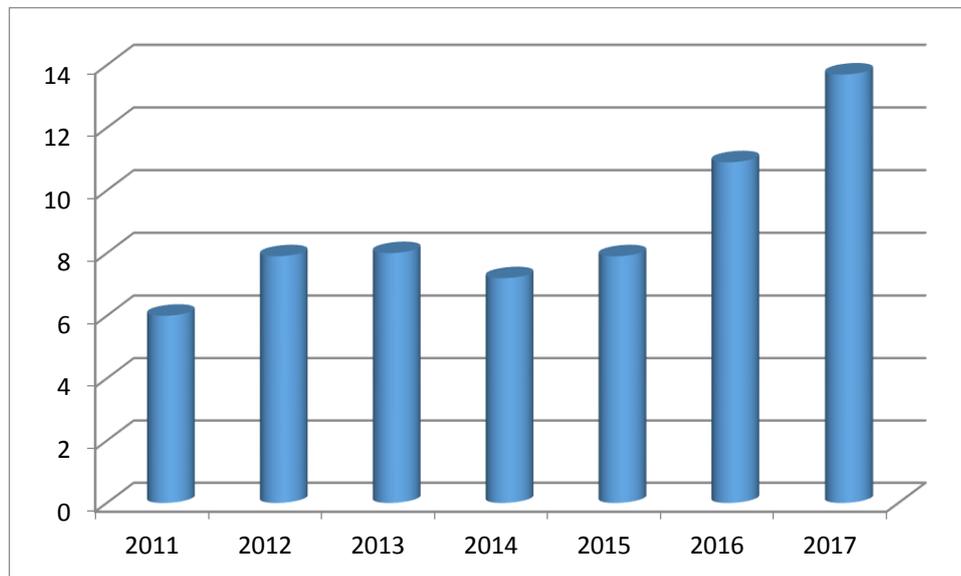
Na maior parte da sua história, Estado brasileiro serviu como instrumento para atender exclusivamente aos interesses do capital. Segundo BOBBIO (1988, p.51), “Quem tem o poder político não pode governar e quem governa não pode deter o poder econômico”. Analisando a teoria das formas de governo, BOBBIO (1988) lembra que Platão considerava a corrupção do Estado um problema político “*ex parte principis*”, ou seja, da parte daqueles que detêm o poder e que tem a responsabilidade de conservá-lo.

O golpe civil sofrido pelo Brasil em 2016 corresponde justamente a essa busca pela conservação do poder e de interesses da oligarquia nacional que atropelou a própria democracia para atingir seus objetivos, deixando óbvio que o país possui, na prática, uma forma mista de governo: uma democracia oligárquica, onde pequenos grupos (detentores do poder econômico no país, também detêm o poder político). Esse modelo visa satisfazer aos propósitos do sistema (neo) liberal, ao invés de buscar promover o desenvolvimento social. A rapidez com que as reformas foram implantadas remetem a “Doutrina do Choque” de Naomi Klein.²⁴

Materializado na imagem do presidente Michael Temer, a oligarquia brasileira logrou êxito e aprovou a reforma trabalhista no Brasil, em maio de 2016. A OIT (organização internacional do trabalho) analisou-as reformas e afirmou que não se trata de ajustes e sim reformas de caráter permanente, onde se pretende instaurar novas relações de trabalho, diferente do que ocorreu após a crise econômica de 2008 onde 110 países passaram por ajustes na relação de trabalho, com o objetivo de gerar mais empregos.

²⁴ Segundo George Monbiot (2016), “[...] teóricos neoliberais advogam o uso de crises para impor políticas impopulares enquanto as pessoas estavam distraídas: por exemplo, a consequência do golpe de Pinochet, da guerra do Iraque e do Furação Katrina, que Frieman descreveu como “uma oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional” em New Orleans (MONBIOT, 2016, p.4).

Gráfico 6 - Evolução Taxa Desemprego (%) Brasil - 1º Trimestre (jan-mar)



Fonte: IBGE – o ano de 2011 por meio da PME (pesquisa mensal do emprego) e a partir de 2012 por meio da PNAD contínua.

Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018)

No gráfico acima temos a evolução das taxas de desemprego do primeiro trimestre dos últimos sete anos. No primeiro trimestre de 2011, a taxa de desemprego ficou em 6%, a menor da série histórica do IBGE iniciada em 2002. Durante os quatro anos seguintes, de 2012 até 2015, houve um crescimento do desemprego, associado a recessão econômica, mas também as poucas medidas do governo do período para tentar estagnar a crise financeira, que correspondeu ao final do primeiro mandato e início do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. O gráfico mostra que o primeiro trimestre do ano de 2016 fechou com o índice de 10,9% de desempregados, mas ao final deste mesmo ano, esse percentual subiu para 11,5% de média anual. O pior resultado da história do IBGE. Esse foi justamente o ano do golpe de Estado (2016) do que a democracia brasileira foi vítima. A crise política associada as primeiras medidas do governo do presidente Michael Temer contribuíram para a superação do pior resultado de 2016 e o primeiro trimestre de 2017 atingiu a inacreditável marca de 13,7%. O resultado desse recorde de desempregados no país, está escancaradamente visível pelas ruas das grandes metrópoles, como Salvador, no aumento da informalidade, onde as pessoas começaram a vender tudo e qualquer coisa que conseguirem para ter um mínimo de rendimento para (SÓ) brevemente: vendem pano de chão,

água, amendoim torrado e uma infinidade de frutas, em qualquer esquina, sinaleira, grande avenida ou até nas pequenas.

Enquanto isso, o governo do presidente Michael Temer comemora a vitória da aprovação da reforma trabalhista, por outro percebe-se que talvez nem todos os trabalhadores brasileiros se deram conta do real significado que essas mudanças trarão para suas vidas. Todo o processo de apresentação do projeto e votações aconteceu de maneira tão rápida que estrategicamente não deixou dúvidas que o intuito era justamente esse: não permitir que os trabalhadores e a sociedade brasileira pudessem ter tempo de se dar conta do que estava acontecendo e assim poder digerir e se articular para criar movimentos de resistência. Além disso, os movimentos sociais vivem um momento de muita fragilidade, principalmente os sindicatos, que depois da reestruturação do mercado de trabalho trazido pela reforma trabalhista, perderam mais força ainda. Nesse sentido:

É neste quadro adverso, com os sindicatos fragilizados pela nova configuração do mercado de trabalho- grandes continentes de terceirizados pulverizados em todo o sistema produtivo, além de mais empregados nos serviços, atividades com menor tradição de organização – e pela elevação exponencial do desemprego pós-golpe, que avança, celeremente, a mais radical ofensiva do patronato sobre a classe trabalhadora já registrada no país (BORGES, 2016, p.733).

Faltando pouco mais de um mês para o término do ano de 2017, o ano da implantação da reforma trabalhista que destrói direitos fundamentais do trabalhador, o governo brasileiro canaliza seus esforços agora para a aprovação a reforma da previdência, e assim concluir o tripé das mudanças de base do plano do novo neoliberalismo. Mais uma vez os atores sociais do neoliberalismo utilizam o poder midiático para difundir a ideologia equivocada que possa justificar a reforma e obter o apoio da população. Difunde-se a ideia equivocada de que a previdência social está falida, pois os indivíduos trabalham poucos anos e se aposentam, e que para que as próximas gerações tenham direito a se aposentarem, é urgente que se faça uma reforma dessa instituição.

O que o governo do presidente Michael Temer almeja com a aprovação da reforma da previdência pode vir a trazer muitos prejuízos aos trabalhadores. Entre as mudanças, destacam-se: aumento da idade mínima para aposentadoria e a supres-

são da avaliação social na concessão de benefícios previdenciários, reduzindo o processo à avaliação meramente do perito médico, descontextualizando-as das condições sociais do beneficiário, entre outras.

Ainda sobre as modificações pretendidas com a aprovação da reforma da Previdência, não se pode deixar de comentar a alteração que imediatamente aumentará a pobreza e desigualdade social no país: o governo pretende desvincular as aposentadorias rurais e urbanas, especialmente o Benefício de Prestação Continuada – BPC – dos reajustes do salário mínimo, para que retorne a apenas um percentual desse salário, retornando a regra anterior a Constituição Federal de 1988 e desfazendo uma medida trazida pelo governo petista para o enfrentamento da pobreza.

Assim como a reforma trabalhista, essa reforma também é inconstitucional, pois a constituição federal possui como um de seus fundamentos, a garantia da dignidade da pessoa humana e sem os benefícios previdenciários, não há proteção e sustento para muitos indivíduos que deixarão de ser respeitados em sua dignidade humana. O que se pretende com as outras reformas do governo ultraliberal e golpista é:

[...] à destruição dos direitos do trabalho e da Previdência Social, a degradação dos salários, em especial do Salário-mínimo, e a destruição das políticas sociais indispensáveis à reprodução da classe trabalhadora, são fundamentais para o projeto neoliberal por razões óbvias: repor as condições de superexploração dos trabalhadores, abrir mercado para o capital explorar os serviços essenciais, liberar recursos do fundo público para o pagamento dos juros da dívida e destruir a capacidade de resistência dos trabalhadores- e de toda a sociedade [...]. (BORGES, 2016, p. 735).

Conclui-se que o projeto ultraliberal do governo ameaça as condições de vida digna da classe trabalhadora de uma nação que a duras penas alcançou direitos e alguma proteção do Estado Social ainda em construção. O governo destruiu com um único golpe, direitos trabalhistas que precisaram de muita luta e que levaram muitas décadas para serem concretizados e reduziu o Estado a um mero instrumento para atender aos interesses da elite nacional e internacional (DRUCK, 2017) acredita se tratar de uma verdadeira barbárie social e de um rebaixamento civilizatório.

Resta saber se os brasileiros atingidos pelo projeto ultraliberal terão capacidade de criar consciência do alcance negativo dessas mudanças, e a partir disso, identificarem quem são seus “verdadeiros inimigos”, pondo fim a polarização crescente em 2016, entre os que foram a favor do golpe político e os que foram contra. Os indivíduos precisam também perceber que pertencem a uma mesma categoria (trabalhadores),

para então se organizar enquanto classe e se unir. Só então, terão alguma chance de tentar reverter ou ao menos estagnar esse processo de desmonte de direitos.

Entretanto, o movimento que se vê dos jovens brasileiros, nos últimos anos é o desejo de sair do país. Segunda pesquisa publicada pelo Datafolha (PINTO, 2018) no dia 17 de junho, 62% dos jovens brasileiros, se pudessem iriam embora, o que significa dizer que 70 milhões de brasileiros com 16 anos ou mais, se pudessem, deixariam o país. Considerando apenas os jovens entre 16 e 24 anos, 62% deles manifestaram a vontade de mudar. Isso equivale a 19 milhões, ou a toda população do estado de Minas Gerais. A pesquisa mostra ainda que o crescimento não está somente na intenção, pois desde 2008 (início da crise) o número de pedidos de vistos para imigrantes brasileiros nos Estados Unidos (país preferido dentre as opções dos brasileiros para imigrar), dobrou, chegando em 2017 a 3.366.vistos. O sentimento de frustração com a situação do país descrita acima, e a falta de perspectiva para o fim da recessão da economia, são as principais razões que está levando um número tão alto de jovens a desejarem ir embora do seu próprio país.

4 ESTUDO DE CASO: TRAJETÓRIAS DE JOVENS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL LANDULFO ALVES NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Este capítulo parte da contextualização do colégio de origem dos jovens entrevistados, levando em consideração as características do bairro onde ele está inserido, que acaba remetendo a informações socioeconômicas que permitem caracterizar o público-alvo de uma escola localizada na periferia da cidade de Salvador, criada para atender uma parcela da população específica, dos bairros da região do subúrbio e adjacências. Em seguida será traçado um perfil da amostra dos 10 ex-alunos que responderam a entrevista semiestruturada, a partir de informações sobre sexo, faixa etária, arranjos familiares, cor e grau de instrução.

Por fim, será traçada a trajetória dos jovens entrevistados desde a conclusão do ensino médio (2011) até 2017, analisando até que ponto, alcançar o patamar mínimo de estudo possibilita a inserção no mercado de trabalho, levando em consideração as transformações econômicas e políticas como cenário desses atores sociais na luta por uma estabilidade profissional.

4.1 Breve caracterização do Colégio Estadual Landulfo Alves: onde fica e quem são seus alunos.

O Colégio Estadual Landulfo Alves (CESLA) está localizado na Avenida Engenheiro Oscar Pontes, s/n, no bairro da Calçada²⁵, na cidade de Salvador, ocupando o prédio onde funcionou por décadas, a sede da Petrobrás na Bahia. Foi inaugurado no dia 18 de março de 2002, pela portaria nº 667, de 21 de janeiro de 2002, e deixou de

²⁵ O nome do bairro surgiu a partir de uma estrada construída entre o Bonfim e a atual Avenida Jequietaia, que ficou conhecida como “Calçada do Bonfim”. O bairro se desenvolveu com a construção da Estação Ferroviária Leste Brasileiro, a maior estação ferroviária da cidade, em 1860, tornando-se uma região tipicamente comercial. Atualmente, apesar da degradação da estação ferroviária, ainda há intenso comércio na região: lojas de diversos segmentos, mercados, hotéis antigos, distribuidoras de embalagens, lanchonetes, entre outras. Por outro lado, há muitos prédios abandonados e comércios fechados, enquanto os índices de violência na região crescem a cada ano.

Por ser um bairro comercial, com um número muito grande de lojas dos mais variados segmentos, supermercados, oficinas de carros, restaurantes, feiras e peixarias, a Calçada recebe uma quantidade muito grande de transeuntes por dia. A região está visivelmente carente de obras públicas, com passeios e ruas esburacadas, alagamentos intensos em períodos de chuvas e o posto policial funcionando em condições tão precárias que parece até abandonado (ROSA, 2008).

funcionar em maio de 2018. Tinha como público alvo as comunidades da Península Itapagipana, do Subúrbio Ferroviário, da Liberdade e adjacências²⁶.

O CESLA fazia parte do Centro Múltiplo Oscar Cordeiro, no Complexo Educacional Jequitaia, que seria um complexo educacional com estrutura vertical, onde comporta no 1º e 2º andares o Colégio Estadual Hamilton de Jesus; nos 4º, 5º e 6º andares, o Colégio Estadual Landulfo Alves, e no 3º andar, a área administrativa comum aos dois colégios. No 7º andar funciona os Centros Interdisciplinares (CENINT), que oferecem cursos e oficinas de línguas, informática, teatro, artes plásticas, música, dança, entre outros. Os cursos eram disponibilizados tanto para os alunos dos colégios, no turno oposto aos das aulas regulares, quanto para a comunidade em geral.

O colégio oferecia o Ensino Médio regular nos três turnos, além do Tempo Formativo III no turno noturno. Quando fundado em 2002, tinha 3.348 alunos matriculados. No ano seguinte, (2003) houve um aumento de procura para novas matrículas por 502 alunos, recebendo o total de 3.850 discentes, o que significa, que no seu primeiro ano de funcionamento, o CESLA atendeu às expectativas dos alunos, que resolveram não só permanecer na escola no ano seguinte, mas ainda propagar positivamente o novo colégio em suas comunidades. Porém, o problema da evasão escolar crescente, cujas causas perpassam os muros da escola, levando-a em 2004 a uma pequena redução no número de alunos matriculados (3.274). Já em 2005, o colégio conseguiu uma recuperação no seu número de matrícula, contando com 2.833 alunos. Em 2006 as matrículas voltaram a decrescer, (2.739) (BAHIA, 2009), tornando-se uma constante em todos os anos subsequentes, até sua matrícula ter sido bloqueada para novos alunos em janeiro de 2016.

É importante ressaltar que o motivo do impedimento de novas matrículas para o CESLA não tem relação com a redução do número de alunos na instituição, pois, o fenômeno da evasão escolar, aconteceu em todos os colégios da rede estadual de

²⁶ A Calçada é um bairro pobre e foi o primeiro localizado entre a Cidade Baixa e o Subúrbio ferroviário de Salvador, o que acaba conferindo-lhe uma posição geográfica estratégica. Pois, a estação ferroviária da Calçada conecta a região de Água de Meninos (incluindo a Calçada) ao bairro de Paripe, no Subúrbio. O bairro da Liberdade também está conectado à Calçada através do plano inclinado, o que facilita o trânsito intenso de pessoas oriundas da Liberdade e adjacências. Ao lado do prédio onde funciona o Colégio Estadual Landulfo Alves, encontra-se a feira livre de São Joaquim, a maior da cidade e após a feira, está localizado o terminal marítimo de onde saem os ferrys *boats* da cidade. Assim, entre a clientela do Colégio é possível identificar moradores oriundos da Ilha de Itaparica (WIKIPÉDIA, 2018).

ensino na cidade de Salvador. Uma combinação de motivos explica o “desaparecimento” dos alunos das instituições de ensino na última década. Não é objeto dessa pesquisa analisa-los, mas é possível trazer algumas pistas. De acordo com pesquisa realizada em 2014 pelo IBGE, 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos abandonaram a escola sem concluir os estudos, dos quais 52% não concluíram sequer o ensino fundamental. Sem concluir o ensino fundamental, o jovem não preenche o pré-requisito mínimos para adentrar o ensino médio, deixando-o cada vez mais vazios. O MEC (Ministério da Educação e Cultura) analisou os dados do IBGE e publicou seus estudos concluindo que os grupos mais vulneráveis a compor as estatísticas da evasão escolar, são jovens negros e de baixa renda, que não muitas vezes trocam os estudos por trabalhos precários ou engravidam na adolescência (TOKARNIA, 2016).²⁷

Vale destacar, que, como demonstrou o IBGE no último Censo de 2010, o Brasil está passando por um processo de transição demográfica, onde na década de 1970, mais da metade da sua população tinha entre 0 e 19 anos (uma pirâmide etária com base larga, típica de países subdesenvolvidos²⁸, onde haviam mais jovens do que idosos). A taxa de fecundidade da mulher brasileira passou de uma média de 6 filhos na década de 1960 para 1,5 filhos em 2010, estreitando a base da pirâmide etária.

A mesma pesquisa do IBGE apontou ainda que dentro do universo de 1,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos que evadiram dos colégios, 63% eram homens que estavam trabalhando ou a procura de emprego. Apesar da escola ter pouca interferência sobre as causas externas da evasão, o estudo apontou outros motivos que corroboram para os alunos abandonarem a instituição de ensino, e que estão ao alcance das autoridades e comunidade escolar criar ações para solucionar. Esses principais motivos seriam: a repetência, o desinteresse dos jovens pelos estudos desmotivados pelo ensino de má qualidade, a precariedade da estrutura escolar e os currículos engessados.

²⁷ A pesquisa do IBGE (2014) apontou que apenas 2% das mães adolescentes conseguem dar sequência aos estudos. Em vistas de tentar evitar a evasão de alunas gestantes, o art.171 do Título IV do regimento escolar do CESLA, recepciona o Decreto-Lei nº, 1044/69 e estipula que: *A aluna gestante e ao aluno impedido de se locomover ao estabelecimento de ensino, pelos motivos previstos no Decreto-Lei n.º 1044, de 21 de outubro de 1969, deverão se atribuir, como compensação à ausência das aulas, atividades domiciliares com acompanhamento da UEE, desde que comunicado à Coordenação Pedagógica em, no máximo, 48 horas do início do impedimento.*

²⁸ Apesar do Brasil ter passado por esse processo de transição demográfica, ele continua sendo um país subdesenvolvido, pois ele não preenche o requisito de outros indicadores sociais importantes para definir um país como sendo desenvolvido.

Nesse sentido, o CESLA identificou seus principais problemas, enumerando-os em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP)²⁹, tais quais: o espaço vertical do prédio; o compartilhamento de seu espaço com outra unidade escolar e com um centro de estudos interdisciplinares; o excesso de luminosidade solar nas salas de aula; ausência de material/equipamentos/mobiliários adequados à área de convivência dos andares; deficiência de material didático-pedagógico; distorção série/idade no Ensino Médio regular, principalmente, no turno vespertino, e o alto índice de abandono escolar, sobretudo no turno noturno, entre outros (BAHIA, 2009).

Entretanto, os obstáculos a serem enfrentados pelo CESLA estão além dos muros da escola. Se por um lado o colégio busca criar um ambiente agradável para os alunos, por outro precisa enfrentar a intensa violência³⁰ presente no bairro que já fizeram inúmeros alunos, professores e funcionários vítimas de assaltos no entorno da escola, tanto durante o dia quanto a noite, onde os comércios fecham e deixam a região mais deserta. Por conta disso, os gestores do Colégio fechavam a instituição todos os anos no dia do feriado dos comerciários, pois temiam pela segurança dos alunos e funcionários transitando pelo bairro que ficava muito vazio quando todos os seus estabelecimentos comerciais deixavam de funcionar, sendo “obrigados” a reduzir um dia de aula letivo para os alunos (BAHIA, 2009).

A região da Baixa do Fiscal, pertence a Calçada, e foi considerada pelo IBGE, em 2012, como a localidade mais violenta de Salvador, onde a cada 10 homicídios praticados na Calçada, 8 eram na localidade da Baixa do Fiscal (RODRIGUES; TORRES, 2012). A violência e a pobreza estão intrinsecamente relacionadas no mundo capitalista, como bem analisou Espinheira (2005):

²⁹ É importante comentar que o objetivo do CESLA, segundo seu PPP, é criar a cultura da aprendizagem com qualidade, aparelhando as suas dependências, oferecendo mais recursos didáticos às aulas, ampliando o acesso à informação e ao conhecimento, utilizando outros espaços de aprendizagem que se afinem com a identidade do jovem aluno, tornando mais prazerosa a sua permanência, assegurando-lhe o sucesso como aluno-cidadão.

³⁰ Em janeiro de 2017, o Centro de Estudos de Transporte e Meio Ambiente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizou uma pesquisa sobre a violência no transporte público de Salvador. Foi avaliado pela instituição como elementos contribuintes para assaltos a ônibus: a falta de movimentação da região, ausência de policiamento, a proximidade com pontos de drogas, proximidade a locais que facilitam a fuga, e maior frequência de ônibus em algumas vias. Segundo o documento, locais como Brotas, Liberdade/Calçada, Bom Juá, avenidas Tancredo Neves e Paralela, são mais acessíveis, já que existe uma grande demanda por ônibus. A presença de vegetação alta dificulta o acesso da polícia em algumas áreas também. O estudo demonstrou que a circulação de pessoas é maior na região do Subúrbio Ferroviário, Península de Itapagipe, Bom Juá e Nordeste de Amaralina, sendo esses os preferidos dos assaltantes, de acordo com a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).

O complexo mundo contemporâneo suprimiu a escassez com a superprodução, mas limitou excessivamente as possibilidades de obtenção de renda por vias formais, forçando uma parcela significativa da população a dedicar-se a atividades informais, clandestinas e dentre elas as criminosas. Se neste campo a violência se estabelece como modo de ser e de fazer, torna-se um componente dessa forma de obtenção de rendimentos, a exemplo do chamado crime organizado, em que um de seus ramos mais ostensivo é o tráfico de drogas. Mas não se resume a violência ao criminal, a violência difusa, na universalidade das classes sociais, mas também a violência da pobreza, esta própria condição como expressão de violência e nela as violações do ser em uma pluralidade de dimensões no cotidiano de vida. A espacialização na ocupação urbana é ecologicamente estabelecida, não por uma atração de iguais, mas pela imposição via mercado das localizações, na lógica da segregação social a separar ricos dos pobres, remediados dos não remediados, campos de concentração, disposição de seres humanos de acordo com a classe, como castas, a marcar definitivamente as identidades. Assim foram criadas as periferias, e nelas o ser periférico se distancia da centralidade de todas as coisas, uma poderosa força magnética de repulsão o mantém distante das coisas boas e belas, do supérfluo; fica apenas com o básico, e nem sempre é esta a medida de sua sorte. A rica sociedade capitalista oferece, generosamente, aos pobres a pobreza e os acusa de fracassados, de perigosos e de desperdício social da riqueza acumulada. (ESPINHEIRA, 2005, p. 469).

Apesar da falta de segurança tão presente na região, a localização privilegiada do CESLA, num bairro de passagem e acesso fácil a muitos outros bairros, facilitava a mobilidade dos alunos e funcionários que podiam utilizar a variadas linhas de ônibus passantes na frente do colégio, ou ainda, ao trem, ao plano inclinado (que conecta a Cidade Baixa a Cidade Alta) ou ao transporte marítimo. No turno noturno, por exemplo, era comum que alunos residentes da região do Subúrbio que estavam voltando do trabalho para a casa, escolhessem estudar no CESLA justamente por ficar no caminho para suas residências, o que facilitaria a ida para casa e também proporcionava mais chances de chegarem a tempo do horário das aulas, pois, a alternativa de estudar em escolas localizadas em seus próprios bairros residenciais, os levaria a ter mais dificuldade de chegar a tempo, devido ao trânsito intenso do horário de “pique” típico das grandes metrópoles como Salvador.

Nas grandes cidades brasileiras há uma relação direta entre a divisão de seus espaços e os impactos que os locais de ocupações exercem sobre as condições de vida da população. Para Borges e Carvalho (2017) a segregação socioespacial interfere sobre as condições de acesso e incorporação ao mercado de trabalho.

De acordo com dados publicados pelo IBGE (CORREIO, 2017) em 30 de agosto de 2017, Salvador é a quarta cidade mais populosa do país, com uma popula-

ção estimada em 2,9 milhões de habitantes. A cidade caracteriza-se por graves problemas sociais, por uma pobreza marcante e diferenças regionais³¹ decorrentes dos históricos problemas de ocupacionais. Conforme dados da PNAD contínua/IBGE e publicada em maio de 2017, a Bahia é o estado com maior número de desocupados do Brasil, fechando o índice de 18,6% no primeiro semestre de 2017. Salvador, a capital baiana ocupou o primeiro lugar do ranking das capitais com maior número de desempregados do país por muitos anos, mas de acordo com a mesma pesquisa, ela perde o posto de primeiro lugar e passa a ocupar o 8º lugar entre as capitais com maior taxa de desocupação, fechando o primeiro trimestre de 2017 com o índice de 15,3% (BORGES; FIGUEIREDO, 2018a).

Na primeira década deste século, quando houve um crescimento do emprego formal na cidade, e uma melhora dos índices de desemprego, resultado da expansão da economia, o número de soteropolitanos sem registro formal ainda era muito alto. De acordo com a PNAD de 2012, a cidade possuía 17,6% de trabalhadores sem carteira assinada, 18,7% de trabalhadores por conta própria e os serviços domésticos correspondiam a 9,1% na ocasião.

Como já foi mencionado, os índices negativos do mercado de trabalho não atingem todos os atores sociais do mesmo modo. Características como cor, gênero, idade, escolaridade e renda influenciam diretamente no resultado das estatísticas. Os negros, jovens e mulheres acabam sendo os segmentos mais expostos ao desemprego, menores rendimentos, informalidade, e precariedade do trabalho. Além disso:

A esses atributos somam-se os locais de residência na metrópole, ou seja, os impactos do padrão de segregação e dos efeitos do lugar sobre as oportunidades ocupacionais, uma vez que Salvador também se caracteriza por uma intensa desigualdade entre os seus três grandes vetores de expansão, a orla marítima norte, o miolo e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos. (BORGES; CARVALHO, 2017, p. 124).

Para as autoras, a Orla Marítima Norte se constitui a área nobre de Salvador, onde estão concentrados a riqueza, investimentos e possibilidades de trabalho. Já o

³¹ “A espacialização na ocupação urbana é ecologicamente estabelecida, não por uma atração de iguais, mas pela imposição via mercado das localizações, na lógica da segregação social a separar ricos dos pobres, remediados dos não remediados, campos de concentração, disposição de seres humanos de acordo com a classe, como castas, a marcar definitivamente as identidades. Assim foram criadas as periferias, e nelas o ser periférico se distancia da centralidade de todas as coisas, uma poderosa força magnética de repulsão o mantém distante das coisas boas e belas, do supérfluo; fica apenas com o básico, e nem sempre é esta a medida de sua sorte. A rica sociedade capitalista oferece, generosamente, aos pobres a pobreza e os acusa de fracassados, de perigosos e de desperdício social da riqueza acumulada” (ESPINHEIRA, 2005, p.469).

miolo da cidade seria a região onde foram destinados a construção de conjuntos habitacionais para classe média baixa. Por fim, a localidade do Subúrbio Rodoviário, e para onde foram levados moradores dos assentamentos extinguidos pela prefeitura das áreas nobres da cidade, caracterizando-se por ser uma região que:

[...] se transformou em uma das áreas mais carentes da capital baiana, marcado pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos, pela pobreza dos seus moradores e, mais recentemente, por altos índices de violência (BORGES; CARVALHO, 2017, p.125).

Mas afinal, quem seriam os alunos pertencentes ao CESLA? Vejamos. A breve caracterização do CESLA e da região onde o mesmo encontra-se inserido, já mencionados neste capítulo, são informações capazes de oferecer-nos indicadores sobre o perfil dos alunos que frequentaram o colégio: são jovens oriundos de famílias pobres, tendo estudado em escola da rede pública durante toda a trajetória escolar, senão na maior parte do tempo.

O mapa presente na figura 1 demonstra que os bairros de origem dos alunos da pesquisa (São Caetano, Cabula, São Tomé de Paripe, Plataforma e Alto do Cabrito – estes 3 últimos pertencentes a região do Subúrbio Ferroviário) considerados médio, popular ou popular inferior.

Em 2016, os jovens moradores dos bairros da Península Itapagipana, do Subúrbio Ferroviário, da Liberdade e adjacências do CESLA, que buscavam inserção no 1º ano do ensino médio, foram obrigados a buscar outras instituições de ensino, pois a Secretaria de Educação resolveu fechar os colégios e os cursos, e emprestá-lo para que parte administrativa da Universidade do Estado da Bahia se instalasse. Para tanto, bloqueou novas matrículas para o ano de 2016, onde somente no exato momento que os funcionários tentavam abrir o programa de computador para efetivas a matrícula dos alunos novos, é que descobriram o bloqueio do sistema pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), no dia 20 de janeiro de 2016. Ficou claro o descaso da instituição com os pais e responsáveis pelos alunos que aguardavam na fila para efetuar as matrículas, há apenas três semanas para o início das aulas. A comunidade escolar e com os profissionais que trabalhavam no colégio desde sua fundação, também foram pegos de surpresa com tamanho desrespeito. Naquele mesmo ano, 90% dos educadores que ensinavam no CESLA, tiveram que ir em busca de uma vaga em outra unidade de ensino, e rapidamente, sob pena de terem seus salários cortados. O Colégio seguiu funcionando apenas com os segundos e terceiros

anos. Em 2017 funcionaram as últimas turmas de terceiro ano, encerrando o ano letivo em dezembro e mantendo a e a secretaria do colégio até maio de 2018, período em que foi definitivamente extinto.

Figura 1 - Tipologia Socioespacial Salvador - 2000



Fonte: Borges; Carvalho (2017).

4.2 Perfil dos ex-alunos entrevistados

A amostra dos jovens entrevistados é formada por 10 ex-alunos do Colégio Estadual Landulfo Alves, concluintes do Ensino Médio no ano de 2011 e foi realizada entre os meses de março/2018 e junho/2018. Como já foi explicado na metodologia, os nomes dos jovens mencionados nessa pesquisa, são fictícios. Em relação a faixa etária, possuem 23 ou 24 anos (5 deles têm 23 anos e 5 estão com 24 anos). Quanto ao sexo, o predomínio é do sexo feminino (7 casos: Amanda, Bianca, Gisele, Laura, Mariana, Paula e Sarah) e 3 casos do sexo masculino (Kaio, Wagner e Wilson).

Ao serem indagados sobre sua cor, a maioria se autodeclarou pardo (6 casos), três reconheceram-se negros e apenas um, preto. Somente Wagner teve dificuldade em responder, ficando em dúvida em autodeclarava-se pardo, moreno, preto ou negro. No final disse “Sou negão, e pronto”. Mas ao resolver, por fim, afirmar-se como

“negão”, emitiu um orgulho na entonação da voz. A amostra representa a grande maioria dos residentes da região metropolitana de Salvador, formada por negros e pardos³², onde a questão étnica-racial parece estar bem resolvida para os entrevistados.

Entre os 10 entrevistados, 3 moram na periferia (2 no bairro de São Caetano e 1 no Cabula) e 7 moram na região do Subúrbio da cidade (3 em Boa Vista do Lobato, 2 em São Tomé de Paripe, 1 em Plataforma e 1 no Alto do Cabrito). De acordo com o sociólogo Gey Espinheira:

A periferização não é uma consequência natural do crescimento urbano, mas uma forma racional de promovê-lo com a segregação social e espacial, dando aos pobres a pobreza das condições de vida que a própria urbanização segregada produz: distância excessiva, precariedade de transporte e vias de acesso, das construções, da infraestrutura em rede, de segurança, de serviços os mais diversos etc. (ESPINHEIRA; SOARES, 2006, p.5)

Ou seja, a Periferia das grandes metrópoles como Salvador, não foi ocupada de forma “natural”, mas sim como resultado da estratificação urbana do capitalismo que acaba “selecionando” as pessoas que ocuparam determinadas áreas, ao inflacionar preços de imóveis e terrenos das regiões centrais, há um movimento de “expulsar” os mais pobres para regiões mais afastadas. Os alunos entrevistados compõem essa parcela da população. Pertencem às famílias de baixa renda, e em sua maioria não vivem em famílias formadas por casal e filhos, mas sim com outros tipos de arranjos familiares, morando com avós, tios, só com a mãe ou só com o pai. Todos os entrevistados moravam com a família quando concluíram o ensino médio, mas no momento da entrevista – de março a junho de 2018, se constatou que 3 deles já estão casados, e 1 deles tem uma filha. Seis continuam morando com a família de origem e uma mora sozinha porque vivia somente com a mãe que veio a falecer.

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos entrevistados da amostra informou que ao concluírem o ensino médio – patamar mínimo de credenciais para pleitear uma vaga no mercado de trabalho - ainda foram além, dando continuidade aos estudos. Sete deles concluíram o ensino superior, 2 ainda estão estudando um curso superior, restando apenas um que se mantém com a escolaridade de ensino

³² De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a região metropolitana de Salvador tem 51,7% de habitantes negros ou pardos. A capital baiana é a cidade com o maior número de descendentes de africanos do mundo, seguida por Nova York (a maioria vindo da Nigéria, Gana, Benim e Togo)

médio, porém, buscou aperfeiçoamentos através de vários cursos: “Fiz curso de bombeiro e continuei me aperfeiçoando, fiz resgate em altura, primeiros socorros, espaços confinados, APH, tudo na área de emergência”³³.

4.3 Trajetória dos jovens entrevistados

Como já foi discutido em capítulos anteriores, o padrão fordista estabelecia um modelo de vida onde a transição da escola para o trabalho era o maior marcador para a vida adulta. Porém, vimos que o fordismo não se desenvolveu de maneira uniforme em todos os países capitalistas. No Brasil esse modelo nunca chegou a se configurar completamente, principalmente porque “Sair da escola deixou de significar arrumar emprego [...] para a proporção crescente de jovens, emprego e trabalho deixaram de ser alternativas excludentes” (CARDOSO, 2008, p. 587). A trajetória profissional de muitos jovens pertencentes as famílias de classes mais baixas começam antes da conclusão dos estudos escolares, essa é uma característica do padrão brasileiro de transição escola-trabalho, claramente percebida na primeira observação da trajetória dos jovens da amostra da presente pesquisa. Dentre os 10 jovens entrevistados, 7 começaram a trabalhar ou estagiar antes de concluir o ensino médio. Como se pode ver no depoimento de Wagner (23 anos):

Eu trabalhava 6 horas por dia como empacotador no mercado Atacadão. Comecei com 16 anos, quando eu era 2º ano, em 2010 e fiquei até julho de 2013. O trabalho era duro e a carteira era assinada, mas eles não me pagaram tudo certinho, por isso quando saí botei na justiça e com o dinheiro que recebi comprei essa moto aí.³⁴

Dados recentes do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), publicado em 19 abril de 2017, mostra que o Brasil está entre os 6 países do mundo com as maiores taxas de jovens entre 15 e 16 anos, no mercado de trabalho. De acordo com o levantamento da OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico), 43,7% dos jovens brasileiros nessa faixa etária declararam exercer algum tipo de trabalho remunerado em suas rotinas, antes ou depois de ir à escola (BERMÚDEZ, 2017). O resultado da pesquisa corrobora portanto para uma realidade

³³ VAGNER. Salvador, 7 mar. 2018. Entrevista.

³⁴ VAGNER. Salvador, 7 mar. 2018. Entrevista.

onde os jovens começam precocemente suas trajetórias profissionais, concomitantemente com os estudos, muitas vezes comprometendo a capacidade de dedicação ao aprendizado, e aumentando o risco de evadir-se da escola devido ao cansaço proveniente do trabalho. Bianca, Gisele e Kaio, começaram a estagiar (com remuneração) durante o 2º ano do ensino médio, com idades entre 15 e 16 anos. Já Paula e Wilson trabalharam desde o mesmo período escolar, como jovem aprendiz, sob um contrato de 2 anos de duração. Ao mencionar a experiência que obteve em uma indústria de produtos sanitários como jovem aprendiz, Wilson lamentou não ter podido continuar após o fim do contrato, mas se lembrou que ter conseguido trabalhar na empresa já foi sorte, já que na verdade essa oportunidade era “só para filhos dos funcionários, mas eu tinha uma tia que trabalhava lá e não tinha filhos, então ela lutou muito pra me colocar lá dentro [...], como sobrinho mesmo”³⁵. É coerente que ao ser indagado sobre qual seria a maior dificuldade hoje para conseguir emprego, Wilson ter sido o único a mencionar na sua resposta “[...] a questão da indicação”³⁶.

Ao sair do trabalho no supermercado como empacotador, Wagner ficou um tempo desempregado, “fazendo bicos”, até que um tio, que era bombeiro, o incentivou a fazer o curso, e em seguida o indicou para participar de uma seleção na empresa onde ele trabalhava. Wagner disputou 2 vagas com 8 candidatos e obteve êxito no resultado final. Atualmente ele é o único dos 10 jovens que não está cursando - nem concluiu o ensino superior, mas um dos poucos que está trabalhando com carteira assinada, em uma empresa Terceirizada que presta serviço para uma indústria automobilística sediada em Camaçari. Nesse ponto vale comentar uma das conclusões de Nadya Guimarães sobre a relevância das redes para a obtenção de trabalho: “O recurso de redes pode dar acesso e/ou reter indivíduos tanto em trajetórias de instabilidade, quanto em trajetórias vulneráveis” (GUIMARÃES, 2012, p. 142). O que significa dizer que as condições socioeconômicas das redes de relações dos entrevistados tendem a ser muito parecidas com as suas, contribuindo para “reter” ao invés de expandir acessos ao mercado de trabalho, e quando há esse apoio de indicação, nota-se que a tendência é o indivíduo reproduzir o tipo de trabalho e as condições sociais que os cercam. Foi o que aconteceu com Wilson (ainda que temporariamente), com Wagner e também com Geisa, que cursou Ciências Contábeis e hoje trabalha na área,

³⁵ WILSON. Salvador, 7 mar. 2018. Entrevista.

³⁶ WILSON. Salvador, 7 mar. 2018. Entrevista.

com carteira assinada. O pai de Geisa também é contador e ela é a única dos jovens que respondeu positivamente à pergunta “se alguém em sua família havia nível superior”.

Em relação à escolaridade dos pais e das mães dos alunos entrevistados, a resposta foi de que 6 deles têm o ensino fundamental incompleto, um tem o ensino médio incompleto, 12 concluíram o ensino médio e apenas um alcançou e concluiu o ensino superior (como já foi mencionado acima). Considerando a idade média dos jovens hoje, entre 23 e 24 anos, é possível inferir que as gerações dos seus pais vivenciaram já adultos um momento (década de 1990) onde estava se iniciando “[...] o deslocamento do patamar mínimo ideal de escolaridade exigido para a inserção no mercado de trabalho da RMS do ensino fundamental para o nível médio” (BORGES, 2006, p. 91), logo em seguida expandindo a exigência para o nível superior.

A partir de 2004, políticas governamentais foram intensificadas no sentido de proporcionar o acesso de indivíduos de baixa renda no setor privado de ensino superior, através de subsídios como o Prouni, ou expandindo vagas nas Universidades públicas, incrementando programas de ação afirmativa. Como a grande parte das vagas do ensino superior encontram-se nas instituições de ensino privado (PEDUZZI, 2017)³⁷, é correto afirmar que as políticas de valorização do salário mínimo, aliada ao aquecimento do mercado de trabalho desse período, contribuíram decisivamente para que os jovens mais pobres pudessem custear seus estudos (COMIN; BARBOSA, 2011, p. 2)

Assim, comparando o nível de escolaridade dos jovens com seus pais, nota-se que houve uma diferença considerável, pois: somente um permaneceu apenas com o ensino médio completo (Wagner), três estão cursando nível superior, (Amanda - Publicidade e Propaganda/ Mariana- Serviço Social) e seis concluíram o nível superior (Laura - Letras Vernáculas; Bianca- Enfermagem/ Kaio: Psicologia/ Sarah – Gestão em RH, Wilson- Biomedicina, Gisele: Ciências Contábeis).

Por outro lado, a conjuntura econômica e política, dos pais dos jovens entrevistados não era das mais favoráveis, pois pela primeira vez (1990-2002), o neoliberalismo se colocava de maneira agressiva e as taxas de desemprego no país eram altas

³⁷ De acordo com o Censo de educação superior, em 2016, quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos superiores de graduação. Desse total, 82,3% ingressaram em instituições privadas (2,45 milhões) e 17,7% nas públicas (PEDUZZI, 2017).

(TOLEDO, 1999).³⁸ Talvez isso tenha colaborado para que a maioria dos jovens entrevistados tenham se lançado em suas trajetórias profissionais tão cedo, antes de concluir os estudos básicos. Traçando um paralelo ao nível de escolaridade dos jovens com seus pais, nota-se que houve uma diferença considerável, pois: somente um permaneceu apenas com o ensino médio completo (Wagner), como já fora apontado.

O cenário econômico e político que os jovens enfrentaram quando concluíram o ensino médio (2011) diferia muito daquele vivenciado pelos seus pais, pois de 2003 a 2014, a economia brasileira dava sinais de recuperação, com a presença mais forte do Estado para amenizar os efeitos do neoliberalismo³⁹. Por isso a dificuldade dos dois jovens que procuraram trabalho logo ao saírem do colégio em 2011 não foi tão aguda, variando de três meses a um ano. Ressalte-se que cinco dos ex-alunos entrevistados não buscaram logo emprego ao saírem do colégio porque continuaram com seus estágios ou trabalhos de jovem aprendiz por mais um ano após a conclusão do colégio. Mas será que quadro de melhora na situação econômica do país, reduziu a precarização do trabalho?

Examinemos. Em 2011, ao concluir o Ensino Médio, quatro dos jovens entrevistados procuraram imediatamente emprego, levando em média de três meses a um ano para conseguir se inserir no mercado de trabalho. É importante salientar que as duas ex-alunas que se inseriram mais rapidamente no mercado de trabalho (Laura e Sarah), não tinham nenhuma experiência prévia de estágios ou como jovem aprendiz, mas logo foram admitidas como operadoras de telemarketing. Laura saiu do colégio e buscou emprego com o objetivo de pagar um cursinho pré-vestibular. Logo encontrou como operadora de telemarketing, em 2012. Ao iniciar o curso de Letras, na Universidade Federal da Bahia, em 2013, só conseguiu conciliar os estudos com o trabalho por um ano, optando em permanecer na faculdade. Desde 2014 encontra-se desempregada, apesar de já ter se formado. Trajetória semelhante foi a de Sarah, que desde outubro de 2016 foi demitida do emprego como operadora de telemarketing e até o

³⁸ De acordo com IBGE, o número de desempregados no Brasil cresceu 38% só nos 4 primeiros meses do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1998.

³⁹ Os índices de desemprego reduziram consideravelmente e políticas públicas colaboraram para a expansão e acesso à educação para as camadas sociais mais pobres (como já foi explicado no capítulo 3).

momento (março de 2018) não conseguiu outro emprego, apesar de ter obtido o diploma de ensino superior no curso de gestão de Recursos Humanos. Ao ser indagada como avalia as mudanças na sua situação profissional desde 2011, quando concluiu o ensino médio até o momento, se melhorou ou piorou e a que ela atribui essas mudanças? Ela respondeu: “Ficou estagnada na mesma coisa, porque eu não mudei de profissão e quando eu tentei mudar que foi agora não estou achando oportunidade”⁴⁰.

Em 2012, um ano após a conclusão do estágio iniciado durante o ensino médio, Kaio continuou os estudos numa faculdade e trabalhou apenas de forma voluntária, durante parte da faculdade. Encontra-se desempregado desde que se formou no curso de Psicologia em 2017. Situação similar é a de Wilson, que após encerrar o contrato de jovem aprendiz em 2012, procurou emprego, mas não encontrou. Iniciou no mesmo ano o curso superior em biomedicina, e esteve em um estágio remunerado na área de laboratório e recepção ao mesmo tempo, de 2014, até se formar em 2016. Depois disso, procurou emprego e até hoje não encontrou, passando a vender cosméticos da marca Jequití e Hinode, desde 2017.

Mariana começou a trabalhar aos 16 anos com a mãe, num armário que funciona na própria casa dela. Procurou emprego ao concluir o ensino médio, mas nunca encontrou. Em 2013 entrou na faculdade de Serviço Social, mas ao perder a mãe em 2015, passou a morar sozinha e ser a única responsável pelo seu próprio sustento, tendo perdido em três disciplinas, e com isso ficou sem a cobertura do Fies sobre elas. Atualmente conseguiu terminar o restante do curso, e tenta juntar dinheiro para pagar essas três disciplinas pendentes, sob pena de não se conseguir se titular. O prazo final para a quitação dessa dívida é no segundo semestre de 2018, mas ela ainda não encontrou emprego e permanece com a renda exclusiva do armário.

Tanto Laura, quanto Kaio, Wilson e Mariana nunca conseguiram um emprego com carteira assinada, de 2012 até 2018. Apesar dos três primeiros já terem concluído um patamar mais elevado no grau de escolaridade, ao terminarem o ensino superior, essas credenciais não foram suficientes para modificar a realidade de vida deles.

Essas situações exemplificam justamente os tipos de trabalhos mais disponíveis, especialmente para os jovens de famílias mais pobres: ocupações precárias, um desdobramento da era da acumulação flexível, resultado das transformações trazidas

⁴⁰ SARAH. Salvador, 7 mar. 2018. Entrevista.

pelo rompimento com o fordismo, gerando com isso um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e precarização do trabalho, com o objetivo de atender as exigências do processo de financeirização da economia, para que o capital possa ser mundializado, “num grau nunca visto antes”. (DRUCK, 2011). Segundo Oliveira (2013), não houve a redução da precarização no período do governo Lula, pois:

Não significou uma ruptura ou inflexão estrutural da relação capital X trabalho, da década anterior, mas pelo contrário, a flexibilização e precarização do trabalho se intensificaram via terceirização, subcontratação, elevadas taxas de rotatividade, extensão da jornada de trabalho, acidentes de trabalho, assédio moral, etc. E quanto aos jovens, pode-se afirmar que há mais continuidade do que ruptura em relação a padrão de inserção no mercado dos anos 1990. O cenário de recuperação do emprego formal não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. Sobre eles recai a vivência desigual da precarização social do trabalho (DRUCK; OLIVEIRA; SILVA, 2010 *apud* OLIVEIRA, 2013),

Apesar de concordar com Oliveira (2013) que de fato houve a permanência da política macroeconômica do país no governo Lula, como bem já fora mencionado no capítulo três deste trabalho, nota-se que o crescimento econômico do PIB brasileiro a partir de 2004, intensificando-se em 2010, possibilitou que o governo petista escolhesse investir em políticas sociais. Além disso, a política de recomposição do valor real do salário mínimo foi revertida com impactos positivos sobre os jovens, que ocupam exatamente as posições no piso do mercado de trabalho. Tudo isso trouxe repercussões visivelmente positivas para a vida de muitos brasileiros, este sim foi um diferencial em relação aos governos anteriores.

A partir de 2004, ganham força iniciativas governamentais voltadas tanto para subsidiar o ingresso de indivíduos de baixa renda no setor privado de ensino (caso do Prouni) quanto para a expansão de vagas no setor público; assim como políticas específicas de inclusão no ensino superior, como o Reuni e os programas de ação afirmativa. Dado que a maior parte das vagas de ensino superior se encontra em instituições privadas e que os programas de subsídios públicos recobrem apenas uma fração destas, é bastante razoável assumir que o forte aquecimento do mercado de trabalho, com aumento mais que proporcional dos estratos salariais mais baixos, colaborou de forma significativa para a rápida expansão do ensino superior na última década. (COMIN; BARBOSA, 2011, p.2).

Nesse cenário, seis entre os dez jovens entrevistados concluíram o ensino superior, nunca imaginado pela geração de seus pais, outros três estão cursando e apenas um permaneceu com o ensino médio, mas conseguiu fazer cursos e se inserir no mercado de trabalho. Apesar de terem alcançado um patamar de escolaridade muito superior aos de seus pais, esses jovens se defrontam com um mercado de trabalho que, mesmo no seu período de melhor desempenho, gerou poucos postos de trabalho

que realmente demandam mais qualificação, e com remunerações correspondentes as expectativas dos jovens.

Apesar disso, é importante considerar que para jovens oriundos de famílias pobres, como se aplica aos entrevistados dessa pesquisa, cursar uma faculdade significa muito mais do que investir em um maior grau de escolaridade, mas representa a ruptura com um modelo predominante até então, onde somente os filhos das classes média e alta poderiam obter um diploma de curso superior. E isso só foi possível porque entre os nove entrevistados que iniciaram o curso superior, cinco foram beneficiados pelo programa do Fies ou por bolsas (Bianca, Gisele, Kaio, Mariana, Wilson) e dois foram cotistas em universidades federais (Amanda e Paula). A realização pessoal que circunda essa mudança proporcionada pelos governos do PT talvez não seja percebida por alguém que fala da mesma plataforma que os jovens da amostra. Do ponto de vista simbólico e do exercício da cidadania esse benefício é muito importante, ainda que nem todos os diplomas sejam capazes de se traduzir em acesso ou melhores condições de trabalho. Além do mais, se o Brasil tinha necessidade de elevar seus níveis de escolaridade, “[...] os cidadãos comuns, especialmente aqueles oriundos de famílias mais pobres, têm feito sua parte” (COMIN; BARBOSA, 2011, p.15).

Vale ressaltar que a crise econômica e o pacote de políticas do governo de Michael Temer, que assumiu a presidência em 2016, veem corroborando para a diminuição da inserção do jovem às instituições de ensino superior. Nesse sentido, o Censo da Educação Superior 2016 do Ministério da Educação, divulgado no dia 01 de setembro de 2017, mostra que no ano de 2016 houve a diminuição de 3,7% de alunos matriculados nas universidades privadas, em relação ao ano anterior (2015) (REINA, 2017).

Os jovens entrevistados nessa pesquisa ainda alcançaram os benefícios do governo anterior do PT, intensificadas a partir de 2004 até 2015, quando a crise econômica agudizou. Assim, constata-se que entre os dez jovens que compõem a amostra, cinco deles estão trabalhando com carteira assinada, atualmente, em 2018, ou seja, metade da amostra, dos quais dois concluíram o ensino superior, dois estão graduando-se e um tem apenas o nível médio. Dois jovens estão trabalhando por conta própria em posições precárias e cinco encontram-se desempregados, conforme mostra no quadro a seguir (em ordem alfabética):

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados

Entrevistado (Nome fictício)	Idade	Cor	Escolaridade (Grau e curso)	Local de moradia	Situação laboral no segundo trimestre de 2018
Amanda	24	Parda	NSI- em curso (Publicidade e propaganda)	São Caetano	Emprego com carteira assinada, como escrevente em cartório privado
Bianca	23	Negra	NSC (Enfermagem)	São Tomé de Paripe	Emprego com carteira assinada, como enfermeira no hospital do Subúrbio (empresa terceirizada)
Graziele	23	Parda	NSC (Ciências Contábeis)	São Caetano	Emprego com carteira assinada, como contadora na empresa Rede Bahia
Kaio	23	Pardo	NSC (Psicologia)	Plataforma	Desempregado
Laura	24	Preta	NSC (Letras)	São Tomé de Paripe	Desempregada
Mariana	24	Parda	NSI – trancado (Serviço Social)	Lobato	Por conta própria em armarinho
Paula	24	Parda	NSI - em curso (Física)	Cabula	Emprego com carteira assinada, como operadora de telemarketing (empresa terceirizada)
Sarah	23	Negra	NSC (Gestão de RH)	Lobato	Desempregada
Wagner	23	Negro	NMC	Lobato	Emprego com carteira assinada, como bombeiro, empresa industrial

Wilson	24	Pardo	NSC (Biomedicina)	Alto do Cabrito	Por conta própria vendendo cosméticos de revistas (Jequiti/Hinode)
--------	----	-------	-------------------	-----------------	--

Nota: NMC= Nível médio completo; NSI=Nível superior incompleto; NSC=Nível superior completo.

Fonte: Pesquisa de campo março/2018 a junho/2018.

Elaboração: Janaína Matos dos Santos (2018).

Apesar da maior escolarização não garantir a inserção no mercado de trabalho no Brasil, o mercado passou a exigir níveis mais elevados de escolaridade para a contratação. Uma das razões seria justamente o movimento dos empresários na busca por reduzir os postos de trabalho com exigência de maior qualificação, a fim de evitar que se tornem dependentes de mão-de-obra qualificada. Segundo Borges (2006):

Essa redução das taxas de desemprego associada ao aumento da escolaridade revela a importância da educação formal e, mais especificamente, o valor atribuído pelo mercado aos diplomas que ela fornece os quais, como visto, constituem cada vez mais num dos primeiros critérios adotados pelos empregadores na seleção pessoal. (BORGES, 2006, p. 91).

Porém, em momentos de altos índices de desemprego, de crescimento de escolaridade média da população economicamente ativa, sem a ocorrência de um aumento de atividades capazes de absorver essa mão-de-obra mais qualificada, pode levar a situações de “super-qualificação” (BORGES, 2006). Ademais, em 2011, ao analisarem os “novos graduados”, Comin e Barbosa, chegaram à conclusão de que: “[...] em todos os grandes grupos ocupacionais a taxa de crescimento dos graduados é superior à taxa de crescimento da própria ocupação” (COMIN; BARBOSA, 2011, p.6).

Percebendo o mercado de trabalho se movimentando nesse sentido, ao ser perguntado sobre qual seria a maior dificuldade que ele encontra hoje para arranjar emprego, Wilson disse que:

A questão da falta de trabalho no país mesmo, a questão da indicação e também pra os trabalhos que oferecem oportunidade pra você fazer uma prova, a questão também da **qualificação profissional porque se tornou mais competitivo, praticamente, no meu ponto de vista daqui há uns dias pra você trabalhar como caixa de um supermercado você vai ter que ter o nível superior em administração**. E outra coisa que foi um ponto negativo pra mim é infelizmente que muitas empresas não consideram estágios como

experiência profissional, mesmo que você tenha a mesma competência e tenha trabalhado tanto quanto um profissional da área e só por não assinarem sua carteira isso já conta como bastante negativo.⁴¹ (Grifos nossos).

O diploma universitário pode não garantir a inserção do jovem no mercado de trabalho, (ou colocá-lo em posições inferiores as que deveria) (POCHAMANN, 2004), mas ainda é um pré-requisito capaz de contribuir para sair do desemprego, quando comparado aos outros patamares de escolaridade.

Dentre os casos investigados nas entrevistas, sete responderam que precisaram trabalhar enquanto davam continuidade aos estudos universitários ou qualificações técnicas. Esse fenômeno foi bem colocado por Comin e Barbosa:

A acelerada expansão do ensino superior no Brasil trouxe para o sistema de ensino, indivíduos pertencentes a grupos de menor renda que frequentam cursos noturnos e arcam privadamente com os custos dos estudos. (COMIN, BARBOSA, 2011, p.1).

Ainda que a qualidade da educação seja baixa e que os postos de trabalho não criem oportunidade para todos os jovens que pagam seus cursos superiores com tanto esforço, Comin e Barbosa (2011) lembram que “mais educação é sempre melhor que menos educação” e cabe ao Estado brasileiro buscar garantir que “o produto” que esses jovens estão adquirindo no mercado, tenham o mínimo do prometido no “rótulo”. Isso se faz necessário não apenas em relação aos cursos universitários, mas também no que se refere a qualidade do próprio ensino médio. Já foi demonstrado acima que o diploma do ensino médio se configura o patamar mínimo de qualificação para o competitivo mercado de trabalho. Ao serem questionados sobre a importância de terem concluído o ensino médio para a busca por um posto de trabalho, todos ressaltaram o quanto fora relevante. Observemos os depoimentos de Bianca (23 anos), Laura (24 anos), Wilson (24 anos) e Paula (24 anos):

Nos parâmetros dos aprendizados mesmo das matérias do ensino médio é [...], a linguagem do português, e outras vivências, a gente não tinha aula de informática, se não me engano, mas tinha umas oficinas na escola de informática e isso contribuiu para o primeiro emprego, já que uma coisa nova na época [...], tava se instalando.⁴²

Eu creio que no sentido geral, porque se eu não tivesse concluído o ensino médio eu não teria conseguido esse emprego porque um dos requisitos pra tá empregada como operadora de telemarketing era a conclusão do ensino médio.⁴³

⁴¹ WILSON. Salvador, 10 mar. 2018. Entrevista.

⁴² BIANCA. Salvador, 14 abr. 2018. Entrevista.

⁴³ LAURA. Salvador, 13 abr. 2018. Entrevista.

Bastante porque sem o ensino médio não tem como a gente procurar um emprego, até mesmo para gari tem que ter o ensino médio completo.⁴⁴

Rapaz, o ensino médio, assim, hoje em dia tudo pra você arrumar qualquer emprego pede o ensino médio, então eu ter concluído meu ensino médio no tempo previsto, sem nunca ter perdido, foi ótimo, porque você tá com o ensino médio então as chances são mais fáceis..., fáceis não, porque não é fácil, mas assim...abre mais as portas pra você, agora referente ao meu ensino eu não posso dizer que totalmente abre, porque às vezes o ensino que eu tive foi um pouco..., não, foi muito fraco, pra poder dizer assim : eu vou daqui pra frente com o meu ensino que eu tenho, eu vou arrumar um emprego bom, eu vou passar numa faculdade boa, e daqui pra frente vai dar tudo certo, não, pelo contrário, a gente que vem de uma escola pública, a gente tem que se esforçar ao máximo pra gente poder se inserir no mercado de trabalho, pra gente entrar numa faculdade boa, certo, então é o tempo todo a gente correndo atrás, o tempo perdido, estudando em casa, aprendendo os assuntos que não foram dados no colégio, entendeu, isso aconteceu muito comigo, eu tive que estudar bastante, então, pra poder conseguir...].⁴⁵

De acordo com Frigotto, (2004, p.194 apud Sofiati 2006, p.6) historicamente a escola teria dois objetivos: espaço de incorporação de conhecimentos e valores para vida adulta, e espaço para disciplinar para o trabalho precário e precoce. Mas os filhos da classe dominante frequentam o primeiro tipo de escola, enquanto que para os jovens das classes populares, resta a escola onde a educação é voltada para o trabalho. Portanto, os jovens entrevistados veem o diploma do ensino médio como requisito mínimo para sua inserção no mercado de trabalho, “*sem o ensino médio não tem como a gente procurar um emprego*”, resume e exemplifica a representação social que o ensino médio possui enquanto credencial mínima para pensar em ter alguma colocação no mercado de trabalho. Por outro lado, para os empregadores, a qualificação do demandante por emprego possui outros significados, tais como bem trouxe Guimarães (2006):

No modelo generalista, ao qual parecemos estar engajados no Brasil, os empregadores veem nas credenciais escolares pistas quanto aos seus prováveis custos adicionais de incorporação do trabalhador (dados os treinamentos suplementares requeridos, a socialização complementar porventura necessária etc.), e não exclusivamente os indicadores das suas qualificações específicas. Portanto, tais credenciais servem antes para ordenar as filas de demandantes de trabalho, os quais são, por isso mesmo, instigados a adquirir (sempre e mais) formação complementar; pois só assim podem alterar sua posição na disputa por postos de trabalho. (GUIMARÃES, 2006, p.178).

Muitos jovens buscam qualificações acreditando que com elas, necessariamente conseguirão uma vaga no disputado mercado de trabalho, quando na verdade elas servem mais para ordenar “as filas de demandantes”. Esse modelo acaba sendo

⁴⁴ WILSON. Salvador, 10 mar. 2018. Entrevista.

⁴⁵ PAULA. Salvador, 25 mai. 2018. Entrevista.

perverso e desvaloriza as credenciais obtidas pelos indivíduos, muitas vezes obtidas a partir de muito esforço financeiro.

Paula é a única dos casos que além de afirmar a importância do ensino médio para conseguir um emprego, preocupa-se e menciona a má qualidade do ensino nas redes públicas, “[...] o ensino que eu tive foi um pouco..., não, foi muito fraco [...]”⁴⁶. Sofiati (2006) acredita que o fator predominante para o fracasso da escola pública não está em fatores externos, mas sim dentro da própria escola. Apesar da ampliação maciça do acesso à educação no Brasil, vista nas últimas décadas, a qualidade do ensino é precária e o papel da escola de passaporte para o trabalho, sob a ótica do jovem, não tem sido eficiente. (SPOSITO, 2005, *apud* SOFIATI, 2005).

Buscando compreender a visão do jovem hoje sobre qual é a maior dificuldade que eles encontram hoje para arranjar emprego, até mesmo para confirmar ou negar a centralidade que os entrevistados atribuíram ao ensino médio como requisito mínimo para conseguir um trabalho, obteve-se algumas respostas sugerindo o discurso da *meritocracia*⁴⁷, palavra tão em moda ultimamente, conforme disseram Bianca e Mariana (24 anos):

É a competência que depende dos estudos, a gente se torna visivelmente mais competente pra exercer aquilo, quando a gente não para de estudar, de crescer..., o conhecimento, se a gente para, outras pessoas passam na frente e aí começam as dificuldades pra encontrar emprego. Eu acho que é isso..., no meu trabalho a gente tem 12 horas mensais na carga horária pra estudo, é designado 12 horas de estudo pro enfermeiro... e esse projeto é justamente pra isso, pra que a gente não pare, pra que a gente não fique pra trás, porque quando a gente está exercendo e esquece de estudar, a gente estagna naquele tempo que a gente parou de estudar mas o tempo continua, e se a gente não se atualizar, se a gente não fizer disso nosso cotidiano, a gente vai encontrar dificuldade e ficar pra trás daqueles que estão se atualizando.⁴⁸

Rapaz..., conhecimento, tem que ter bastante conhecimento pra você conseguir algo.⁴⁹

A falta de conhecimento, estudos e qualificações enquanto responsáveis pelo desemprego é um discurso amplamente divulgado na década de 1990 e já superado, pois o Brasil nunca teve tantos trabalhadores com escolaridade média e superior quanto a que possui atualmente, apesar de ainda apresentar uma proporção relativa-

⁴⁶ PAULA. Salvador, 25 mai. 2018. Entrevista.

⁴⁷ A definição de meritocracia entendida nesse trabalho, seria um conjunto organizacional onde a colocação e mobilidade dos indivíduos estão diretamente relacionadas aos esforços e comportamentos individuais de cada um.

⁴⁸ BIANCA. Salvador, 14 abr. 2018. Entrevista.

⁴⁹ MARIANA. Salvador, 20 abr. 2018. Entrevista.

mente baixa quando comparado com outros países em igual nível de desenvolvimento. Nas duas últimas décadas, de todos os níveis, o ensino superior foi o que mais cresceu, tendo seu percentual triplicado no comparativo entre as décadas de 1990, 2005 e 2009 (COMIN; BARBOSA, 2011). O desemprego persistente entre os escolarizados só pode ser analisado a partir da atual reestruturação produtiva, a globalização e a posição que o Brasil ocupa nesse cenário. É preciso levar em consideração também os perfis de mão-de-obra (mais escolarizados ou não) e sua dependência dentro da cadeia produtiva do Brasil enquanto um país de periferia, diferente dos países de centro. (BORGES, 2006, p.97).

Assim, percebe-se que ter conhecimento não é suficiente para garantir a inserção ou a manutenção do indivíduo no mercado de trabalho, como acreditam Bianca e Mariana. Um conjunto de fatores econômicos, internos e externos ao país influenciam nesse quadro de acesso a postos de trabalho (conforme mencionado em capítulos anteriores).

Contrapondo as respostas de Bianca e Mariana, temos outros depoimentos a seguir:

Na minha opinião a maior dificuldade hoje é de fato a falta de oportunidade, porque a qualificação eu tenho, o que falta mesmo é a oportunidade, a questão do concurso público que vem diminuindo muito, eu creio que seja isso.⁵⁰

Rapaz..., a concorrência, eu vejo que hoje em dia muita gente tá buscando independência, e aí a concorrência aumentou muito, então é uma vaga para 30 pessoas. Antigamente mais homens procurava empregos e hoje em dia as mulheres estão na mesma proporção dos homens.⁵¹ (GISELE, 23 anos, 14/04/2018)

A maior dificuldade, acredito eu seja essa instabilidade do mercado e também pela alta competitividade, acredito eu que tenho um currículo bacana, estudei numa faculdade que me proveu tudo aquilo que eu poderia ter para me tornar um profissional capacitado, inclusive por ser uma faculdade reconhecida, acredito que isso me ajude, mas assim..., atualmente eu acho que essa questão mesmo da instabilidade, por ter um cenário econômico e político bastante perturbado, essa ainda seja minha maior dificuldade.⁵²

Os três depoimentos retratam o olhar dos jovens entrevistados sobre a dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, refletindo o momento político e econômico do país dos últimos quatro anos. A crise econômica agravada a partir de 2015, aliada a uma crise política culminou num golpe de Estado parlamentar e judicial que

⁵⁰ LAURA. Salvador, 13 abr. 2018. Entrevista.

⁵¹ GISELE. Salvador, 14 abr. 2018. Entrevista.

⁵² KAIO. Salvador, 15 jun. 2018. Entrevista.

depôs a presidenta eleita democraticamente em 2014. O vice-presidente Michael Temer assumiu o governo, implementando um pacote de políticas ultraliberais, impondo um rigoroso ajuste fiscal, que influenciaram no agravamento do desemprego no Brasil, pois o quadro de estagnação da economia “[...] destruiu mais de 1.500 mil vagas de empregos formais em 2015 e 1.300 mil vagas em 2016, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego” (BORGES, 2016, p. 733). Quando Laura diz que “[...] o concurso público está diminuindo muito”⁵³, talvez ela não saiba que faz parte também do projeto de governo ultraliberal do Presidente Temer, a transformação de um Estado mínimo para sociedade, através das privatizações dos serviços públicos essenciais, como saúde e educação, da aprovação da PEC 55 (analisada no capítulo 3) e das reformas trabalhista e da previdência.

Com o objetivo de analisar com mais detalhes as trajetórias profissionais dos ex-alunos do CESLA, a pesquisa indagou se entre 2011 e 2017 eles ficaram desempregados alguma vez, e todos os 10 jovens entrevistados responderam que sim. Se ao sair do colégio em 2011 o tempo de espera para encontrar emprego foi relativamente pequeno, como já mencionado no início deste capítulo, a partir de 2015 para todos a dificuldade foi bem maior sendo que para alguns, essa busca continua até hoje (2018). Essa situação tende a reforçar as desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira, e acima de tudo compromete a transição para a vida adulta desses jovens pertencentes a famílias de classes populares.

Focando as trajetórias em busca de emprego de cada um dos entrevistados vemos que Wagner saiu do emprego que iniciara ainda enquanto era estudante do 2º ano do ensino médio como empacotador do mercado Atacadão, em 2013. Justamente o ano de agravamento da crise econômica. Somente conseguiu empregar-se novamente no segundo semestre de 2015 por causa do tio bombeiro que o indicou para a seleção da empresa onde ele já trabalhava. A rede de relação acionada por Wagner, como já fora comentado, contribuiu de forma decisiva para sua recolocação no mercado de trabalho, onde permanece até os dias atuais (março de 2018).

Amanda ficou desempregada de 2011 a 2014, empregando-se em 2015 até meados de 2016, quando ficou novamente excluída do mercado de trabalho, conseguindo trabalhar por cinco meses na administração de uma clínica odontológica sem

⁵³ LAURA. Salvador, 13 abr. 2018. Entrevista.

carteira assinada em 2016 e finalmente conseguindo se recolocar em janeiro de 2017 como escrevente de um cartório. Esse caso é um exemplo da instabilidade do mercado de trabalho, como componente de um quadro econômico hostil.

Gisele não procurou emprego até 2017. Ela apenas estagiou em sua área durante todos os anos, até se formar em 2016 e ao iniciar a busca por emprego em 2017, encontrando logo em seguida um emprego com carteira assinada como contadora de uma emissora de televisão. Ela representa uma exceção por ter ficado apenas dois meses aguardando um emprego.

Bianca terminou o contrato de jovem aprendiz em 2012 e em 2013 conseguiu uma vaga de operadora de telemarketing, onde ficou até 2014. Procurou novamente por emprego, encontrando em 2015 e ficando até 2016, onde saiu para poder estagiar em sua área de estudo (enfermagem). Ao se formar em 2017, levou seis meses para ser contratada como enfermeira, com carteira assinada, pela empresa privada (PRO-DAL SAÚDE) que administra o hospital onde ela havia estagiado enquanto estudava, e onde trabalha até o momento atual (abril/2018)

Paula ficou desempregada somente no ano de 2013. Em 2014 começou a trabalhar como vendedora numa loja no shopping, mas ao passar no vestibular numa universidade pública para o curso de licenciatura em física, em 2016, ela não conseguiu mais conciliar o horário do trabalho com os estudos. Foi quando deixou o emprego de vendedora e em seguida conseguiu uma vaga de operadora de telemarketing, que por ser jornada de 6hs, permitiu que ela trabalhasse e estudasse. No momento da entrevista (maio/2018), ela ainda se encontrava no mesmo emprego durante o dia e estudando a noite.

A trajetória profissional de Mariana restringe-se a trabalhar por conta própria no armarinho que tem em casa. Começou ajudando a mãe quando ainda estudava até que sua mãe veio a falecer, e ela teve que assumir sozinha esse pequeno comércio. Ela procura emprego desde que saiu da escola em 2011, mas nunca conseguiu. Está prestes a concluir um curso universitário de Serviço social, mas disse que sair para procurar emprego está mais difícil porque ela tem que fechar o armarinho, fonte única de seu sustento. Com isso deixa de vender e gasta dinheiro de transporte sem conseguir nada. Sarah foi demitida do emprego de operadora de telemarketing em outubro de 2016, e até o momento não conseguiu uma nova posição no mercado de trabalho. Já Laura trabalhou de 2012 a 2013, também como operadora de telemarketing,

quando entrou na faculdade pública no turno matutino e por isso não conseguiu conciliar o trabalho com os estudos, sendo obrigada a sair do trabalho em 2013. Ela está desempregada até o momento da entrevista, em março de 2018.

Wilson, que nunca trabalhou de carteira assinada, concluiu o trabalho como jovem aprendiz no final de 2012. De 2014 até 2016, estagiou na área de seu curso universitário de Biomedicina, e até hoje (abril de 2018) não conseguiu empregar-se. No final de 2017, cansado de procurar emprego sem sucesso, começou a trabalhar por conta própria como consultor de produtos da Hinode e Jequití. Por fim, Kaio, nunca conseguiu empregar-se nesse período, (de 2012 até junho de 2018) assim como Wilson, apenas estagiou ou trabalhou como voluntário, enquanto estava na faculdade de psicologia.

O desemprego de longa duração que acomete Mariana, Laura, Wilson e Kaio os deixa numa posição de risco para se transformarem em desempregados por desalento, ou seja, que passem a fazer parte de uma categoria de desocupados que desistiram de buscar trabalho. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (Pnad), divulgou pelo IBGE, que a Bahia registrou nos três primeiros meses do ano (2018) o maior número de desalentos do país. A pesquisa foi publicada em jornal de circulação no estado no dia 18 de maio de 2018 e trouxe que a Bahia chegou a 805 mil desalentados, um recorde histórico desde a série histórica da Pnad. A região metropolitana de Salvador registrou um aumento na taxa de desalento no primeiro trimestre de 2018 (15,7%), em relação ao mesmo período de 2017 (15,3%). Esse resultado é preocupante porque demonstra que a situação da crise econômica iniciada em 2015 e agudizada pelo governo ultraliberal de Michel Temer, só piora no país, aumentando o contingente daqueles que se desmotivaram demais para seguir na busca por emprego (BORGES; FIGUEREDO, 2018b).

As trajetórias dos jovens entrevistados constituem uma amostra que coaduna com o cenário político, social e econômico do Brasil no período analisado. Eles fazem parte da geração de jovens mais qualificados, pois são egressos de um momento de expansão da escolaridade média e superior do país, resultado do período *desenvolvimentista* das políticas públicas incrementadas pelo governo do PT. Por outro lado, suas credenciais não foram suficientes para inserção de todos no mercado de trabalho, com trabalhos especialmente porque eles concluíram o ensino médio em 2011,

sendo rapidamente vitimados pela crise econômica, intensificada em 2015, justamente no momento que muitos estavam cursando uma universidade em busca de melhor colocação de trabalho. Na contramão dessa qualificação, eles encontraram um Brasil *ultraliberal*, que eliminou muitos postos de trabalhos formais, lançou um pacote de reformas prejudiciais ao trabalhador, e interfere cada vez menos no mercado, colaborando para o desequilíbrio e exploração da força de trabalho que significa um verdadeiro retrocesso em relação às conquistas sociais da primeira década do século XX.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação buscou compreender as transformações no mundo do trabalho no Brasil, a partir das reconfigurações políticas e econômicas nas últimas décadas e a situação do jovem nesse processo, enquanto categoria socialmente construída, enredado num contexto socioeconômico, político e cultural repletos de especificidades, destacando a centralidade do trabalho na trajetória de vida juvenil, como pré-requisito para a efetividade da transição para vida adulta.

Assim, em face da apresentação da temática e da análise de indicadores estatísticos, pode-se considerar que a juventude brasileira é caracterizada por ser uma juventude trabalhadora, a trajetória da maioria desses jovens é marcada por inserções igualmente precoces nos postos de trabalho, com o estudo e o trabalho convivendo simultaneamente nas suas vidas e, em numerosos casos, percorrendo um caminho assinalado por muitos hiatos, onde apesar das credenciais alcançadas, em muitos contextos não há trabalho.

Essa realidade ficou exemplificada na pesquisa de campo realizada com 10 jovens egressos do ensino médio em uma escola pública em Salvador, Bahia, onde sete deles já tinham ocupação remunerada antes da conclusão do curso. Na amostra estudada, os jovens alternaram ocupações em postos de trabalho precários com momentos de desocupação, em alguns casos de longa duração, mesmo nos casos dos que deram continuidade aos estudos e conquistaram o diploma de nível superior.

Mudanças relevantes no processo de transição escola-trabalho começaram a partir da reestruturação produtiva da década de 1990, com a primeira ofensiva do neoliberalismo, quando o Brasil, nos governos de Collor e Cardoso foi promovida a abertura da economia e iniciado o processo de privatizações, deixando a economia nacional subordinada a fluxos de capital internacional. Nesse período, o mercado de trabalho sofreu retração, sobretudo dos postos socialmente protegidos, implicando na proleção da inserção do jovem no mercado de trabalho e na multiplicação de formas de precarização e flexibilização dos vínculos trabalhistas como estratégias de contratar mão-de-obra a menores custos.

Nos anos 2000, há uma melhora significativa na economia, com a retomada do desenvolvimento econômico, aliada a maior participação do Estado, que abandonou em muitos aspectos a política neoliberal agressiva da década anterior, refletindo numa

grande recuperação no mercado de trabalho. Além disso, políticas visando diminuir a desigualdade social surtiram efeito ao elevar o valor real do salário mínimo, ampliando a renda daqueles que ocupam as classes mais baixas. Vale ressaltar, no entanto, que a maioria dos empregos formais criados nesse período estava no setor terciário, em ocupações que pagavam os salários baixos e que não demandam tanta qualificação, o que acabou sendo um paradoxo com as políticas governamentais que propiciaram mais escolaridade à população, expandindo o número de vagas nas universidades públicas, criando programas de ação afirmativa, além de estabelecer subsídios para as instituições privadas de nível superior.

Em sua maioria, os jovens da amostra da pesquisa são beneficiários desses programas políticos, sendo que entre os nove que deram continuidade aos estudos, dois deles alcançaram o ensino superior através das cotas e cinco utilizaram o Fies, ficando evidente a importância dessas políticas para jovens de camadas mais pobres.

Os ganhos advindos dessa mudança formaram uma mão-de-obra mais qualificada no país, mais elevada do que das décadas anteriores, proporcionando aos empregadores a oportunidade de contratar trabalhadores mais competentes para postos de trabalho de baixa complexidade. A partir dessas mudanças, o mercado de trabalho passou a exigir maior nível de escolaridade para a obtenção de emprego, mas apesar do esforço para cada vez mais jovens elevarem seus níveis de escolaridade, também se tornaram menores a chance de inserção em postos de trabalhos mais bem remunerados.

Os jovens entrevistados na pesquisa fazem parte da geração beneficiada por políticas públicas num momento de recuperação da economia, alcançaram qualificações muito mais elevadas que seus pais, mas se depararam com uma crise aguda no momento em que buscaram a inserção no mercado de trabalho. Metade dos jovens que ainda não têm emprego com carteira assinada têm sua transição para vida adulta comprometida pela ausência do *trabalho* enquanto elemento central nesse processo de construção de um futuro melhor.

Assim, é possível confirmar que a elevação da escolaridade permanece sendo importante para o acesso aos postos de trabalho. Entretanto, diante de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, os diplomas não são capazes de impedir o desemprego nem as trajetórias profissionais instáveis, pois mesmo nos períodos de expansão da economia, os empregos criados foram marcados pela precariedade, falta

de segurança, vínculos precários e reduzidos horizontes de melhora, levando inclusive muitos jovens a desejarem sair do país.

As taxas de desemprego juvenil, que sempre costumam ser até o dobro das taxas de desemprego dos adultos, elevam-se mais rapidamente ainda em momentos de crise aguda na economia, como ocorreu em 2015, onde os jovens foram os primeiros a serem descartados do mercado de trabalho.

Com a mudança da política macroeconômica observada a partir de 2016, desindustrialização, privatizações e desmonte de setores capazes de gerar postos de trabalho de melhor qualidade, a economia perde rapidamente a capacidade de incorporar as novas gerações mais escolarizadas de modo a atender as expectativas desses jovens e das suas famílias.

Por fim, a reforma trabalhista de 2017 que destrói direitos e flexibiliza ao máximo as formas de contratação e de remuneração torna ainda mais negativas as perspectivas de trabalho das futuras gerações de jovens.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo, Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

ABRAMO, Helena. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?**. Brasília: Flasco – Brasil, OEI, MEC, 2015.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 13,1% no trimestre encerrado em março**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20994-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-1-no-trimestre-encerrado-em-marco.html>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BAHIA, Governo do Estado da. Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual Landolfo Alves, Salvador: Secretaria da educação. Diretoria Regional de Educação-DIREC 1/B, 2009.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **No Brasil, 44% dos estudantes de 15 e 16 anos trabalham, mostra ranking**. 2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/04/19/no-brasil-44-dos-estudantes-de-15-e-16-anos-trabalham-mostra-ranking.htm/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1988.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: UnB, 1988.

BORGES, Ângela. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão1. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 619-632, 2010.

BORGES, Ângela. Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados. **Gestão em Ação**, Salvador, v.9, n.1, p.7-36, 2006.

BORGES, Ângela. Jovens em mercados de trabalho em mudança: Indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais. 2016a. Disponível em:<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362016000100008&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BORGES, Ângela. M. C. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90.** 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BORGES, Ângela. M. C. Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção. **Caderno do CEAS**, Salvador, n.239, p.713-741, 2016b.

BORGES, Ângela. Jovens em mercados de trabalho em mudança: Indicações a partir da trajetória de dois grupos geracionais. **Última década. [online]**. v.24, n.44, pp.195-225, 2016c. Disponível em:<https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362016000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 10 set. 2017.

BORGES, Ângela; CARVALHO, Inaiá. Revisitando os efeitos de lugar: segregação e acesso ao mercado de trabalho em uma metrópole brasileira. **Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades- CRH/UFBA**, Salvador, p.121-135, 2017.

BORGES, Thaís; FIGUEIREDO, Kelven. Abatidos pelo desemprego. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 18 mai. 2018b, p.16-17.

BORGES, Thaís; FIGUEIREDO, Kelven. **Bahia tem o maior número de desalentados do país, mostra IBGE.** 2018a. Disponível em:< <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-o-maior-numero-de-desalentados-do-pais-mostra-ibge/>>. Acesso em 3 jun. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** In:_____.Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra.** In:_____.Questões de Sociologia. Rio de Janeiro, Ed. Marco Zero, 1883. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Tradução de Guilherme Joao de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** 2002. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.748, de 22 de outubro de 2003.** 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.748.htm>. Acesso em: 11 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** 2013. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** 2013b. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Disponível:**<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. **Acesso em: 7 mai. 2017.**

BRASIL. **Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013.** 2014. **Disponível:**< http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/estatisticas/agenda_juventude_brasil__vs_jan2014.pdf>. **Acesso em: 11 fev. 2017.**

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de emenda à constituição nº 241-a, de 2016. Disponível:**< https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741&filename=Tramitacao-PEC+241/2016>. **Acesso em: 21 jul. 2017.**

CAMARANO, Ana Amélia et al. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Transições da Escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.51, n.3, p.569-616, 2008.

CARRANO, P. M. [30 de setembro, 2016]. Rio de Janeiro: **ESPJV/Fiocruz**. Entrevista concedida a Raquel Júnia.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso. **Salvador: transformações na ordem urbana.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de.; BORGES, Ângela Maria de Carvalho. **A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado**

de trabalho. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. (Orgs.) **Salvador: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro : Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO, Regiane Lucinda de. **Casa, comida e roupa lavada: fatores associados à saída do jovem brasileiro do domicílio de origem**. 2009. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CESIT. Economia brasileira nos últimos 20 anos: em busca de um novo regime de acumulação. **Carta Social e do Trabalho**, n. 25, 2014.

CNTTL. **51 milhões dos brasileiros são jovens, aponta Censo IBGE**. 2014. Disponível em: <<http://cnttl.org.br/index.php?tipo=noticia&cod=3138>>. Acesso em 29 nov. 2017.

COMIN, Alvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos estudos CE-BRAP**, São Paulo, n. 91, p.1-16. 2011.

CORREIO. **Quarta mais populosa do país, Salvador tem 2,9 milhões de habitantes**. 2017. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/quarta-mais-populosa-do-pais-salvador-tem-29-milhoes-de-habitantes/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.1, p.37-57, 2011.

DRUCK, Graça. **Transformações do trabalho**. Salvador, 2017. Mesa redonda.

ESPINHEIRA, Gey. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 461-470, 2005.

ESPINHEIRA, Gey; SOARES, Antônio Mateus de Carvalho. **Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.contatosociologico.crh.ufba.br/site_artigos_pdf/Pobreza%20e%20Marginalizac%C3%A3o%20em%20Salvador-BA.txt.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FERREIRA, PAULA. **Brasil tem quase 25 milhões de jovens de 14 a 29 anos fora da escola**: IBGE mostra que principais motivos são trabalho e falta de interesse nos estudos. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-tem-quase-25-milhoes-de-jovens-de-14-29-anos-fora-da-escola-22212162>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo costa. **Política e conjuntura econômica do governo lula**. 2003. Disponível: <[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/filgueiras_&_costa_pinto_\(2003\).pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/filgueiras_&_costa_pinto_(2003).pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres.** 2016. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-de-ensino-medio-do-des-governo-de-turno-decreta-se-uma-escola-para-os-ricos-e-outra>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

FURTADO, Adolfo. **Desemprego entre jovens: situação do Brasil e lições da experiência internacional.** Brasília: Câmara Legislativa, 2016.

G1. **Desemprego entre jovens é de 28,7%.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/06/desemprego-entre-jovens-e-de-287.html>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. **Nove a cada dez jovens acreditam que é possível mudar o mundo.** 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/nove-a-cada-dez-jovens-acreditam-que-e-possivel-mudar-o-mundo>>. Acesso em 25 ago. 2017.

GT REFORMA TRABALHISTA CESIT/IE/UNICAMP. **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista.** 2017. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/noticias/arquivos/dossie_cesit_-_contribuicao_critica_a_reforma_trabalhista.2017.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

GUIMARAES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da Juventude Brasileira.** São Paulo, Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004. p.2-27.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais.** 2006. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo_6_trajetorias.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. **Revista Hispanica para el analisis de redes sociales**, v.22, p.106-143 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

HUFFPOST BRASIL. **Em discurso de Ano-Novo, papa pede ação contra desemprego.** 2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/12/31/em-discurso-de-ano-novo-papa-pede-acao-contra-desemprego_a_21698115/>. Acesso em 29 nov. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2018b. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 10 mai. 2018.

IBGE. **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas.** 2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=1866&t=primeiros-resultados-definitivos-censo-2010-populacao-brasil-190-755-799-pessoas&view=noticia>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

IBGE. **População jovem no Brasil: O que é.** 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ISLAS, P. A. J. Juventude: Um Conceito em Disputa. In: GUIMARÃES, C.T. M; SOUZA, G. M.S; (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade: desafios e perspectivas.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: UFG: Cãnone Editorial, 2009. p.16-46.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio.** São Paulo: Annablume, 2008.

IVO. A.B.L. Trabalho, pobreza e proteção social. In: IVO. A. B. L. (Coord). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; Salvador: Fapesb, 2013. p. 508-515.

KURZ, Robert. **Os últimos Combates.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro i: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MEC. **Evasão no ensino médio supera 12%, revela pesquisa inédita.** 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=50411>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

MEC. **Evasão no ensino médio supera 12%, revela pesquisa inédita.** 2017b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/50411-evasao-no-ensino-medio-supera-12-revela-pesquisa-inedita>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MEC. **Formação de jovens e oportunidades de trabalho são temas de seminário em Brasília.** 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/43171-formacao-de-jovens-e-oportunidades-de-trabalho-sao-temas-de-seminario-em-brasilia>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MEC. **Novo Ensino Médio – DÚVIDAS.** 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MEC. **Pronatec.** 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MONBIOT, George. **Para compreender o neoliberalismo além dos clichês.** Tradução de Inês Castilho. Categorias: mundo, post., 2016.

MORENO, Ana Carolina. **Cresce o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/cresce-o-numero-de-jovens-entre-15-e-29-anos-que-nao-estudam-nem-trabalham.ghtml>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

NEDER, Vinicius. **IBGE: de 2017 para 2018, desocupação caiu em função de desalento e subutilização.** 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/05/17/internas_economia,959511/ibge-de-2017-para-2018-desocupacao-caiu-em-funcao-de-desalento-e-sub.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2018.

OIT. **Emprego juvenil no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_618420/lang--pt/index.htm>. Acesso em 12 jan. 2018.

OIT. **Fraca recuperação nos mercados de trabalho juvenil exige uma resposta abrangente**. 2017. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS_597076/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 21 jun. 2017.

OLIVEIRA, Caroline. **Atlas da Violência 2017: negros e jovens são as maiores vítimas**. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/atlas-da-violencia-2017-negros-e-jovens-sao-as-maiores-vitimas>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

OLIVEIRA, Ramom. Empregabilidade. 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/emp.html>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

OLIVEIRA, Ramon de. **Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho**. In: Encontro Nacional da ABET, 15. 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2017. p.1-13.

OLIVEIRA, Ramon de. **Globalização e as reformas do ensino médio e da educação profissional nos anos 90**. Coleção formação pedagógica, v. 4. Curitiba : Instituto Federal do Paraná, 2014.

ONU-BR. **Brasil tem 7ª maior taxa de homicídios de jovens de todo o mundo, aponta UNICEF**. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-tem-7a-maior-taxa-de-homicidios-de-jovens-de-todo-o-mundo-aponta-unicef/>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

ONU-BR. **Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, v. 25, p.139-165, 1990.

PAIS, José Machado; CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. **Jovens europeus: retrato da diversidade**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a06v17n2> Acesso em: 20 mai. 2017.

PAIVA, Andrea Barreto de; et al. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. n. 27. Brasília: IPEA, 2016.

PAIVA, Andrea Barreto de; et al. **O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil**. n. 27. Brasília: IPEA, 2016.

PAMPLONA, Nicola. **Desemprego chega a 13,7% e já atinge 14 milhões de pessoas no Brasil**. 2017. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1879416-numero-de-desempregados-ja-passa-de-14-milhoes-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PEDUZZI, Pedro. **Ritmo de crescimento no número de matrículas no ensino superior diminui em 2016**. 2017. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-08/ritmo-de-crescimento-no-numero-de-matriculas-no-ensino-superior-diminui-em>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

PERALVA, ANGELINA. **O jovem como modelo cultural**. Juventude e Contemporaneidade. Coleção Educação para Todos. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Se pudessem, 62% dos jovens brasileiros iriam embora do país**. 2018. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/se-pudessem-62-dos-jovens-brasileiros-iriam-embora-do-pais.shtml>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

POCHAMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In NOVAES, Regina, R. (org.) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.220-238.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, M. [28 de setembro, 2016]. Rio de Janeiro: **ESPJV/Fiocruz**. Entrevista concedida a Raquel Júnia.

REDE BRASIL ATUAL. **Desemprego, que sobe em todas as regiões, e subocupação atingem 26,5 milhões**. 2017. Disponível em:< <http://www.redebrasiltual.com.br/economia/2017/05/desemprego-que-sobe-em-todas-as-regioes-e-subocupacao-atingem-26-5-milhoes>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

REINA, Eduardo. Política educacional de **Temer diminui número de alunos em universidades no Brasil**. 2017. Disponível em:<<https://www.diariodocentrodo-mundo.com.br/politica-educacional-de-temer-diminui-numero-de-alunos-em-universidades-no-brasil-por-eduardo-reina/>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

RODRIGUES, Rafael; TORRES, Juan. **Mapa deixa clara a concentração de homicídios em bairros pobres**. 2012. Disponível em:< <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mapa-deixa-clara-a-concentracao-de-homicidios-em-bairros-pobres/>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

ROSA, Fernanda Santa. **Onde moro: história e descaso na Calçada**. 2008. Disponível:< <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1272313-onde-moro:-historia-e-descaso-na-calcada>>. Acesso em 05 de fev. 2017.

SALLES, Leila Maria Ferreira. **Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos**. 2005. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000100005>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SINGER, Paul. **A Juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1977.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **A juventude no Brasil: história e organização**. 2005. Disponível em:< <http://apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiat.pdf>>. Acesso em 3 jun. 2018.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. **Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites**. Última década, Valparaíso, v.12, n.20 Santiago, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TOKARNIA, Mariana. **Estudo mostra que 1,3 milhão de jovens de 15 a 17 anos abandonam escola**. 2016. Disponível em:< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/13-milhao-de-jovens-entre-15-e-17-anos-abandonam-escola-diz-estudo>>. Acesso em 30 nov. 2017.

TOLEDO, José Roberto de. **Recessão pode deixar até mais 3,6 milhões sem ocupação este ano; total de 1998 chega a 6,6 milhões: Desemprego cresce 38% no governo FHC**. 1999. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/diheiro/fi31019919.htm/>>. Acesso em 3 jun. 2017.

VEJA. **OCDE alerta para nível de desemprego entre jovens no Brasil**. 2013. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/economia/ocde-alerta-para-nivel-de-desemprego-entre-jovens-no-brasil/>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

VENTURINI, G.; TORINI, D. **Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**. Genebra: OIT, 2014.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa Qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, n.22, p.203-220, 2014.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p.2015-224, 2010.

WEYRICH, Márcio Luiz. **Primeiro emprego: Uma análise comparativa dos programas federal e estaduais**. 2007. Monografia (Especialização em Orçamento Público) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília.

WIKIPEDIA. **Calçada (Salvador)**. 2018. Disponível em:< [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada_\(Salvador\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cal%C3%A7ada_(Salvador))>. Acesso em 08 mar. 2018.

ZIZEK, Slavoj. [9 de novembro, 2016]. **Esquerda.net**. Entrevista concedida a Tom Ackerman.

ANEXO A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PESQUISA EXPLORATÓ- RIA

- IDENTIFICAÇÃO:

1- Nome:

2- Sexo:

3- Idade:

4- Cor:

5- Qual o seu estado civil?

6- Endereço:

7- E-mail:

8- Com quem morava no ano de conclusão do colégio? (Em 2011)

9- Qual era a ocupação do seu pai e da sua mãe em 2011?

10- Qual é a escolaridade do seu pai e da sua mãe?

ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1- Já trabalhava antes de concluir o ensino médio?
- 2 - Se sim, trabalho ou estágio?
- 3 - Que tipo de trabalho/emprego tinha naquela época? (Empregado, com ou sem carteira assinada, trabalhava por conta própria (o que fazia), ou trabalha com a família?
- 4- Procurou emprego ao sair do colégio? Caso a resposta seja positiva, quanto tempo levou para conseguir?
- 5- Com quantos anos começou a trabalhar?
- 6- Se já trabalhava: continuou no mesmo emprego após a conclusão do 2º grau? Se mudou, qual foi a mudança?
- 7- Se procurou logo ao sair do colégio, qual o motivo?
- 8- Se encontrou trabalho, qual foi? (Empregado, com ou sem carteira assinada, por conta própria, ou trabalhava com a família?)
- 9- Em que medida você acha que o ensino médio contribuiu para você conseguir emprego?
- 10-Entre 2011 e 2018, ficou desempregado alguma vez? Em quais anos/períodos?
- 11-Se mudou de ocupação emprego: acha que a mudança foi para melhor ou para pior?
- 12-Está trabalhando atualmente? Em quê? (O emprego é com ou sem carteira assinada, por conta própria, ou trabalha com a família?)
- 13-Como avalia as mudanças na sua situação profissional de 2011, quando concluiu o 2º grau até hoje? Melhorou ou piorou? A que atribui essas mudanças?

- 14-Você continuou com os estudos? Quando? Se sim (qual o curso?) Diurno ou noturno? Particular ou pública? Entrou por Cotas? Bolsa PROUNI? FIES?
- 15-Concluiu o curso? Alguém na sua família concluiu o nível superior?
- 16-Se abandonou, qual o motivo?
- 17-Precisou trabalhar enquanto estudava, ou pode só estudar?
- 18-Casou nesse período? (De 2011 até agora)
- 19-Teve filhos? (Ou já tinha quando concluiu o ensino médio?)
- 20-Com quem mora atualmente?
- 21- Qual a proporção da sua participação na renda familiar?
- 22-Na sua opinião, qual é a maior dificuldade que você encontra hoje para arranjar emprego?